



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Marcela Pereira Freitas Lemos

**HISTÓRIA DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: O PROTESTANTISMO E A
EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO (1908 -1938).**

Belo Horizonte
2019



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Marcela Pereira Freitas Lemos

**HISTÓRIA DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: O PROTESTANTISMO E A
EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO (1908 -1938).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa I: Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves.

Belo Horizonte
2019

Lemos, Marcela Pereira Freitas

L557h História da Escola Agrícola de Lavras: o protestantismo e a educação do trabalhador do campo (1908 – 1938). / Marcela Pereira Freitas Lemos. -- Belo Horizonte, 2019.
162 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Bibliografia

1. Ensino Profissional. 2. Educação – História. 3. Ensino Agrícola – Lavras (MG). I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 378.009



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Marcela Pereira Freitas Lemos

**HISTÓRIA DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: O
PROTESTANTISMO E A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR DO
CAMPO(1908-1938)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 27 de agosto de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Juliana Cesário Hamdan
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Para os meus meninos Lucas e Felipe.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste mestrado significa uma grande conquista para mim ! Este projeto só foi possível graças ao apoio de pessoas muito queridas e especiais que de alguma maneira contribuíram para que este projeto se realizasse. Primeiramente, minha gratidão a Deus por tantas bênçãos !

Agradeço aos meus pais e irmão, que mesmo distantes torceram para que eu chegasse até aqui.

Ao Eduardo, meu amor, meu companheiro de vida, meu maior incentivador e apoiador.

Aos meus meninos, Lucas e Felipe, que souberam entender a minha ausência.

Às amigas que souberam entender que a minha ausência era por um bom motivo.

À Maria Cláudia, pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

Ao professor Irlen Antônio Gonçalves por ter me escolhido. Agradeço pela disponibilidade, pela orientação competente e zelosa, e pelos momentos de aprendizado.

Aos professores do mestrado do CEFET MG, em especial, professora Sabina e professor José Geraldo Pedrosa pelas aulas que me ensinaram a refletir.

Aos professores membros desta banca, professora Juliana Cesário Hamdan e professor José Geraldo Pedrosa pelas valiosas contribuições.

Aos servidores do CEFET MG, em especial na pessoa do Narlisson, pelo atendimento atencioso e pelo apoio nas questões administrativas. Agradeço também à Elisângela Barbieri pelas inúmeras informações sobre as normas da ABNT.

Aos amigos do mestrado, em especial, Nívea, Natália, Helbert, Poliana, Jaqueline, Márcia, Elisângela e Vinícius com os quais pude aprender, dividir e criar laços.

Aos colegas da turma do ano de 2016, Fernanda Gouveia, Débora, Daniela, Eduardo e Sandra, que me acolheram e compartilharam conhecimento.

À Dona Vandinha do Instituto Pró-Memória Gammon, pela atenção, pelas fontes e pelas informações acerca do meu objeto de pesquisa.

À museóloga Patrícia do Museu Bi Moreira, por ter disponibilizado as fontes.

Ao professor Ângelo Constâncio Rodrigues da UFLA, pelas valiosas informações acerca das fontes.

Ao professor Jardel Costa Pereira pela gentileza em doar inúmeras fontes para a minha pesquisa.

À CAPES pela bolsa concedida.

Minha gratidão !

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem” (João Guimarães Rosa, 1994, p.448).

RESUMO

Esta dissertação tem como propósito apresentar um estudo sobre a história da Escola Agrícola de Lavras, uma instituição confessional privada, de origem norte-americana, localizada na cidade de Lavras, Região Sul de Minas Gerais. A Escola Agrícola de Lavras, objeto do nosso trabalho, foi fundada em 1908 pelo missionário norte-americano Samuel Rhea Gammon e dirigida pelo agrônomo norte-americano Benjamin Harris Hunnicutt. A instituição tinha como pretensão evangelizar via escola, qualificar os sujeitos do campo para o exercício das suas profissões e viabilizar a formação da sociedade local. Assim, os objetivos deste estudo são: compreender como se deu a implementação da Escola Agrícola de Lavras a partir das iniciativas dos missionários; inventariar os saberes que circularam na escola, com ênfase para os saberes próprios da realidade protestante e americana; examinar como se deu a organização espacial e temporal da escola; identificar os sujeitos escolares e analisar a trajetória da escola no período recortado, nos aspectos da sua formalidade e nas práticas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos. O período estudado compreende o ano de 1908 até o ano de 1938. No entanto, não ficamos restritos somente no período cronológico estudado. Neste trabalho, foi significativo demonstrar o projeto do ensino agrícola em Minas Gerais, que tinha como objetivo principal profissionalizar o trabalhador do campo. Assim, mereceu destaque as várias leis e decretos que foram promulgadas entre os anos de 1906 e 1911, que tratam sobre a criação e a regulamentação de instituições de ensino agrícola no Estado de Minas Gerais. Prezamos neste estudo a relevância da história das instituições escolares, como tal, para produzir este trabalho, utilizamos as fontes que foram acessadas no Instituto Pró-Memória Gammon, no Museu Bi Moreira e na Biblioteca da UFLA, todos localizados na cidade de Lavras.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Agrícola de Lavras. Ensino Profissional. História das Instituições Escolares.

ABSTRACT

This thesis has as purpose to present a study about the Lavras Agricultural School history, a private confessional Institution, North American, located in Lavras city, Southern Region of Minas Gerais. The Lavras Agricultural School, object of our work, was founded in 1908 by the North American missionary Samuel Rhea Gammon and directed by the North American agronomist Benjamin Harris Hunnicutt. The Institution had as pretension, evangelize through the school, qualify field individuals for their professions exercise and enable the local society formation. Thus, the objectives of this study are: comprehend how the Lavras Agricultural School was implemented based on the missionaries' initiatives; inventory the knowledge that circulated in the school, emphasizing the proper knowledge of the protestant and American reality; examine how was the spatial and temporal organization of the school; identify the school individuals and analyze the school's trajectory in the selected period, in the aspects of its formality and in the practices experienced by the individuals involved. The period under study comprises the year 1908 until the year 1938. However, we were not restricted only to the chronological period studied. In this work, was significant to demonstrate the project of agricultural education in Minas Gerais, which had as main objective to professionalize the field worker. Thus, deserved prominence the several laws and decrees that were enacted between the years 1906 and 1911, which treat of the creation and regulation of the agricultural education Institutions in the Minas Gerais State. We prized in this study the relevance of the School Institutions History, consequently, to produce this work, we used the sources that were accessed at the Gammon Pro-Memory Institute, at the Bi Moreira Museum and at the Library of UFLA, all located in Lavras city.

KEY WORDS: Lavras Agricultural School. Professional Education. School Institutions History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Missões da igreja do norte no Brasil.....	27
Figura 2. Missões da igreja do sul no Brasil.....	29
Figura 3. Foto de Samuel Gammon exposta no Instituto Pró-Memória Gammon.....	45
Figura 4. Herma de Samuel Gammon localizada no campus histórico da UFLA.....	45
Figura 5. Benjamin Harris Hunnicutt na comemoração do Cinquentenário da ESAL.....	49
Figura 6. Herma de Benjamim Hunnicutt localizada no campus histórico da UFLA.....	50
Figura 7. Carlota Kemper.....	107
Figura 8. Professor Firmino Costa.....	109
Figura 9. Os primeiros professores.....	113
Figura 10. Gymnasio de Lavras - 1909.....	121
Figura 11. Silo aéreo de alvenaria da Escola Agrícola de Lavras	123
Figura 12. Prédio Science Hall e prédio do internato.....	124
Figura 13. Prédio Álvaro Botelho.....	125
Figura 14. Prédio Carlos Prates - prédio do internato.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Instituições agrícolas criadas em Minas Gerais entre 1889 e 1920.....	71
Quadro 2. Primeiro programa de ensino - Escola Agrícola 1908.....	89
Quadro 3. Programa de ensino - Escola Agrícola 1909.....	90
Quadro 4. Programa de ensino do curso de nível médio -Escola Agrícola 1912.....	93
Quadro 5. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 1º Ano.....	98
Quadro 6. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 2º Ano.....	98
Quadro 7. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 3º Ano.....	99
Quadro 8. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 4º Ano.....	99
Quadro 9. Programa de estudos do novo curso de quatro anos.....	101
Quadro 10. O corpo docente de 1909.....	105
Quadro 11. Corpo docente do ano de 1919.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparativos sobre a produção cafeeira da Zona da Mata Mineira e do Estado de Minas Gerais.....	56
Tabela 2. Tabela de preços para alunos internos e externos da Escola Agrícola.....	115
Tabela 3. Relação de formandos da Escola Agrícola (1911 até 1938).....	117

LISTA DE ABREVIATURAS

- EUA.** Estados Unidos da América
- PCUSA.** Presbyterian Church of United States of America
- PCUS.** Presbyterian Church of United States
- CAPES.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- IBICT.** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- PUC MG.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- USP.** Universidade de São Paulo
- UFLA.** Universidade Federal de Lavras
- ESAL.** Escola Superior Agrícola de Lavras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. O ADVENTO DA MISSÃO PRESBITERIANA NO BRASIL.....	23
1.1. Uma sucinta narrativa sobre o presbiterianismo americano.....	23
1.2. A missão presbiteriana no Brasil.....	25
1.3. Os presbiterianos e o propósito educacional para o Brasil.....	30
1.4. Samuel Rhea Gammon: um exímio educador à frente do projeto educacional da missão em Lavras.....	31
1.5. Benjamin Harris Hunnicutt: O instalador da Escola Agrícola de Lavras.....	46
CAPÍTULO 2. ECONOMIA, TRABALHO E ENSINO AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS: DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	51
2.1. A economia em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX.....	51
2.2. As proposições do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903.....	60
2.3. Mão-de-obra qualificada permanente e assídua: a formação do trabalhador do campo....	69
2.4. A ampliação do ensino agrícola em Minas Gerais.....	73
2.5. As Fazendas-modelo.....	79
CAPÍTULO 3. AS SINGULARIDADES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS.....	85
3.1. O propósito de criação da Escola Agrícola de Lavras.....	85
3.2. Do ensino primário elementar ao ensino médio ou teórico prático: programa de ensino..	88
3.3. Sujeitos escolares.....	103
3.3.1. Professores.....	104
3.3.2. Alunos.....	114
3.4. O espaço da Escola Agrícola	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	131

ANEXOS

ANEXO A. Primeiro programa de ensino - Escola Agrícola 1908.....	140
ANEXO B. Programa de ensino - Escola Agrícola 1909.....	141
ANEXO C. Programa de ensino do curso de nível médio - Escola Agrícola 1912.....	142
ANEXO D. Programa de estudos do novo curso de quatro anos.....	143
ANEXO E. Programa de estudos do novo curso de quatro anos.....	145
ANEXO F. O corpo docente de 1909.....	156
ANEXO G. Corpo docente do ano de 1919.....	157
ANEXO H. Tabela de preços para alunos internos e externos da Escola Agrícola.....	158
ANEXO I. Relação dos formandos da Escola Agrícola de Lavras de 1911 até 1938.....	159

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, está inserida na Linha de Pesquisa Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas e apresenta uma pesquisa sobre a História da Escola Agrícola de Lavras: o protestantismo e a educação do trabalhador do campo (1908-1938).

A proposição da pesquisa presente nesta dissertação situa-se no campo da história da educação profissional, que é um subcampo da história da educação e tem como objetivo produzir a história da trajetória de uma instituição confessional privada de origem norte-americana, denominada Escola Agrícola de Lavras, no período compreendido entre 1908 a 1938. Entretanto, “o recorte temporal não será rígido, uma vez que é o “tempo das fontes” que indica o rumo que a pesquisa pode tomar” (VEYNE, 1998, p.27). Nesta perspectiva, há que se destacar que a demarcação do período pesquisado não nos impossibilitou de voltarmos nos anos finais do século XIX. Assim, ao regressar no tempo, foi possível compreender sobre a chegada dos missionários presbiterianos no Brasil, posteriormente em Lavras, possibilitando que tempos depois fosse fundada a Escola Agrícola de Lavras.

O interesse pela temática sobre as instituições educativas emergiu durante as aulas e os seminários da disciplina História da Educação Profissional no Brasil, que foi ministrada pelo professor Dr. Irlen Antônio Gonçalves, no Campus II, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, no ano de 2016. Durante as aulas e durante os seminários, foram apresentados alguns trabalhos que abordavam a história de algumas instituições que estiveram envolvidas com o ensino profissional¹. Tais discussões chamaram a minha atenção aguçando o meu interesse sobre as temáticas da história das instituições educativas, sobretudo a partir das leituras de Justino Magalhães e Décio Gatti².

As discussões ocorreram na apresentação do 5º Seminário³ - Instituições Escolares de Formação do Trabalhador do Campo, no mês de maio do ano de 2016, na disciplina História da Educação Profissional no Brasil. O seminário tinha como objetivo apresentar as instituições

¹ Escola de Minas de Ouro Preto - Ouro Preto - MG (1876), Fazenda Modelo Gameleira - Belo Horizonte - MG (1906), Escola Agrícola e Pecuária de Passa Quatro - Passa Quatro - MG (1917), Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais - Belo Horizonte - MG (1910), Escola Rural Santa Tereza - Uberlândia - MG (1934) (GONÇALVES, 2012; OLIVER, 2005).

² Confira: MAGALHÃES, Justino Pereira (2004, 1996) e GATTI JÚNIOR, Décio (2007, 2002).

³ Seminário apresentado no dia 16 de maio do ano de 2016 pelas alunas: Fernanda Gouveia, Marcela Lemos e Nívea Ramos.

escolares que estiveram envolvidas com a formação do trabalhador do campo durante o período da Primeira República. No decorrer do seminário foram apresentadas questões sobre: ciências agrícolas e processos formativos, mudanças governamentais e políticas para o campo. No primeiro tempo do seminário discutiu-se a temática “A escolarização do trabalhador do campo”, a partir dos textos dos autores Irlen Antônio Gonçalves e Vinícius Azevedo Machado (2011), Luciano Mendes de Faria Filho (2006) e André Luciano Simão (2004). Em que, Gonçalves e Machado (2011) discutiram sobre a contribuição do intelectual João Pinheiro da Silva (1860-1908) para a educação do trabalhador do campo, nos anos iniciais da Primeira República em Minas Gerais. Faria Filho (2006) abordou a formação para o trabalho, articulando-a ao processo de escolarização e à defesa da necessidade de modernização da agricultura brasileira. E, finalmente, Simão (2005), que abordou o Congresso Agrícola de 1878, que também se deparava com o problema da transição lenta do trabalho escravo para o trabalho livre e suas consequências.

Após a explanação dos textos que foram citados no parágrafo anterior, ocorreu a apresentação do seminário intitulado como "Instituições escolares de formação do trabalhador do campo", composto pelas alunas Fernanda Gouveia, Nívea Ramos e Marcela Lemos, autora desta dissertação. No seminário foram apresentados os trabalhos das autoras Daniela Pereira Versieux (2010), Tânia Cristina da Silveira (2008) e Graciela de Souza Oliver (2005). Em que, Versieux (2010) traz um estudo sobre a criação das seis fazendas-modelo no Estado de Minas Gerais, que tinha como finalidade implantar o ensino agrícola como estratégia para modernizar a produção agrícola no Estado. O trabalho de Silveira (2008) traz a história de uma escola instalada na Fazenda Santa Tereza, situada na cidade de Uberlândia no período de 1934 a 1953. No trabalho, a autora descreve o contexto do ensino rural no município de Uberlândia. E por último, o trabalho de Oliver (2005) que demonstra um estudo acerca do desenvolvimento das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas entre 1930 e 1950. Oliver traz um estudo sobre as seguintes escolas superiores: Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Escola Nacional de Agronomia, Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais em Viçosa e a Escola de Agricultura da Bahia.

No fechamento da apresentação do seminário o professor Irlen citou a Escola Agrícola de Lavras como um exemplo de escola formadora, e foi nesse momento, ao anotar as considerações do professor sobre o seminário, surgiu o meu interesse em saber sobre a história da Escola Agrícola de Lavras.

Uma vez despertado o interesse pelo conhecimento histórico da Escola Agrícola de Lavras, recorri a uma revisão da produção da área de história da educação para averiguação do

que já havia sido produzido ou não. Recorrer ao já produzido pela área seria, e é, uma forma de criar as condições para o estabelecimento de um diálogo indicativo de aproximação ou distanciamento do meu interesse, ou mesmo para encontrar alguma lacuna.

Diante do exposto, o procedimento adotado para rever a produção partiu de buscas nos bancos de teses e dissertações do Brasil (CAPES, IBICT, UFMG, PUC MG, PUC SP, USP, UFLA). Primeiramente, realizamos uma busca geral pelas teses e dissertações que tinham como objeto de pesquisa o ensino profissional agrícola. No entanto, foi necessário aprimorarmos as buscas para que o objeto pesquisado pudesse ser tratado de forma mais direta. Assim, conforme as orientações do professor Irlen, as buscas tomavam uma direção mais assertiva com a escolha das palavras-chaves, tais como; Escola Agrícola de Lavras, escolas agrícolas, ensino agrícola, ensino profissional agrícola, protestantismo, educação profissional e história das instituições escolares. De acordo com as palavras-chaves mencionadas, foram selecionadas as teses e dissertações que estavam dentro do recorte temporal que seria pesquisado (1908 -1938) e que abordam o ensino profissional agrícola, as práticas educativas protestantes no Brasil e a Escola Agrícola de Lavras.

Quanto às pesquisas que se referem especificamente à temática que envolve a Escola Agrícola de Lavras, foram encontrados os trabalhos dos seguintes autores: Thiago de Oliveira Andrade (2006), José Normando Gonçalves Meira (2009), Michelle Pereira da Silva Rossi (2010), Ângelo Constâncio Rodrigues (2013), Jardel Costa Pereira (2014), Thaís Batista de Andrade Arantes (2016) e Lucas Pereira Rezende (2017).

A dissertação de Thiago de Oliveira Andrade, "Memória e história institucional: o processo de constituição da Escola Superior de Agricultura de Lavras (1892-1938)", defendida em 2006, investiga a criação da Escola Superior de Agricultura de Lavras, a partir da teoria institucional, que afirma ser a organização um ente social que cria e sedimenta cultura entre seus membros. Andrade (2006) destaca que o objetivo principal do seu trabalho foi investigar a constituição da ESAL e os valores transmitidos pelos presbiterianos.

A tese de José Normando Gonçalves Meira, "Ciência e prática: ensino agrícola na educação presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)", defendida em 2009, discute a educação presbiteriana em Minas Gerais, trazendo a experiência do Instituto Evangélico, com destaque para a Escola Agrícola de Lavras. Meira (2009) destaca que o objetivo da tese é ampliar as discussões sobre a educação protestante no Brasil, avaliar a relação entre o projeto educacional presbiteriano no Brasil e o americanismo. O autor também traz uma discussão sobre a ideologia protestante e os princípios educacionais que conduziram o Instituto Evangélico de Lavras, especificamente a Escola Agrícola de Lavras.

A tese de Michelle Pereira da Silva Rossi, "Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras - UFLA (1892-1938)", defendida em 2010, tem como propósito apresentar o projeto educativo da Escola Agrícola de Lavras, criada pela missão da igreja presbiteriana dos Estados Unidos da América em 1908. Rossi (2010) destaca que o objetivo da tese é aclarar como a implantação da Escola Agrícola de Lavras foi significativa para o processo de evangelização protestante, de modo que também atendeu a demanda da educação agrícola no Estado de Minas Gerais sob os ideais de modernização do campo.

A tese de Ângelo Constâncio Rodrigues, "A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA: a trajetória de uma transformação", defendida em 2013, tem como objetivo central demonstrar como ocorreu o percurso de transformação institucional de uma "escola superior" em "universidade". Rodrigues (2013) destaca em sua tese, que buscou documentos legais internos da instituição - portarias, atas e outros - e entrevistas abertas com os atores sociais envolvidos no processo de transformação da ESAL em UFLA para trazer a trajetória de transformação de uma escola superior em universidade.

A tese de Jardel Costa Pereira, "O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon", defendida em 2014, aborda a educação confessional secundária num período de 50 anos (1892-1942), discorrendo sobre a cultura urbana, a cultura escolar e a cultura religiosa nas categorias de moderno e progresso. Pereira (2014) destaca que o objetivo do trabalho é compreender como o Instituto Presbiteriano Gammon se estabeleceu ao longo do tempo, concebendo uma cultura escolar diferenciada, trazendo os ideais educacionais da missão presbiteriana para o progresso não somente da cidade de Lavras, mas também para o Brasil.

A dissertação de Thaís Batista de Andrade Arantes, "As damas da educação: Clara Gammon e Carlota Kemper no Instituto Evangélico de Lavras," defendida em 2016, demonstra a participação feminina no Instituto Evangélico de Lavras por meio dos trabalhos das missionárias Carlota Kemper e Clara Gammon. Arantes (2016) traz em seu trabalho a atuação das missionárias em espaços sociais que não eram o delas. Quando as mesmas se comprometeram a deixar seus lares, muitas ainda solteiras, percorrendo espaços predominantemente masculinos em uma sociedade patriarcal. Segundo Arantes (2016), ao exercerem essas funções, as missionárias assumem um papel subversivo nessa sociedade que mantinha a maioria de suas mulheres em um papel muito bem demarcado e definido.

E, finalmente, a dissertação de Lucas Pereira Rezende, "O ensino de laticínios nos primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938)", defendida em 2017, que traz um estudo sobre o contexto histórico sócio-político do ensino agroindustrial em Minas Gerais, tomando como abordagem principal a experiência da Escola Agrícola de Lavras. Rezende (2017) destaca que o trabalho realizado também traz um estudo sobre o desenvolvimento da educação agroindustrial no Estado de Minas Gerais e no Brasil, sendo este, um elemento importante para os estudos da educação profissional nos dias atuais.

Como se pode ver, são vários os trabalhos que tratam de temáticas que abordam direta ou indiretamente o objeto aqui pesquisado. Entretanto, a especificidade desta pesquisa tem como objetivo outra escala de observação, a partir dos referenciais da história das instituições educativas, na produção da escola em sua peculiaridade, de modo a problematizar a sua criação, a compreender os processos de sua construção e instalação, as formas de organização espaço-temporal, a escolha e aplicação dos métodos pedagógicos, dos saberes escolares, enfim, do processo de sua institucionalização, quer por meio da normatização ou não.

O referencial teórico-metodológico definido para a pesquisa fundamenta-se na história das instituições escolares. Assim, Décio Gatti Júnior (2002) afirmou que a história das instituições educativas vem conquistando um lugar no campo da pesquisa histórico-educacional e vem aproximando muitos pesquisadores para a área. Isto porque, segundo ele, é uma abordagem que permite a construção de um processo histórico que confere uma identidade a uma determinada instituição educativa. Para isso, o autor sugere, ancorado em Justino Magalhães, um roteiro de pesquisa que é utilizado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que realizam estudos sobre as instituições educativas, em que se evidenciam as seguintes preocupações: a criação e o ciclo de vida das instituições educativas; a composição e as transformações ocorridas no prédio da instituição; o perfil dos docentes e dos alunos; além da construção e transformação do saber transmitido nestas instituições de ensino. Ademais, amplia Gatti, afirmando que o alcance da abordagem

[...] almeja dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à Instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ele tenha se transformado no decorrer dos tempos (GATTI Jr., 2007, p 184).

Tomando por base tais itinerários, o objetivo desta pesquisa foi produzir a história da Escola Agrícola de Lavras, de forma a entender como se deu o seu processo de

institucionalização, considerando a sua fundação e seu ciclo de vida e, bem como a sua trajetória, demonstrando as configurações do espaço físico e da sua organização temporal, o tipo de aluno que nela estudou, o perfil dos seus professores, os saberes que circularam e foram transmitidos e sua relação com a cidade de Lavras. O que se pretende, numa mesma direção que Décio Gatti Júnior, é o que alerta Justino Magalhães sobre a importância do conhecimento da escola, quando afirmou que:

compreender e explicar a existência histórica de uma Instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p.2).

Assim, de acordo com os dois autores, foi possível especificar uma análise sobre a história da instituição, tomando como categoria de análise: espaço, tempo, currículo, modelo pedagógico, manuais escolares, públicos, dimensões.

Como metodologia utilizamos a pesquisa documental. Para tal, recorreu-se a explorar os vários documentos disponíveis no Instituto Pró-Memória Gammon⁴, no Museu Bi Moreira⁵ e na Biblioteca da UFLA,⁶ localizados na cidade de Lavras, Região Sul de Minas Gerais, local de fundação da instituição pesquisada. Em tal busca, encontramos a seguinte documentação: prospectos da escola, livros de registros de matrículas, regimento interno, cartas, jornais de época, boletins, revistas, fotos e certificados. Nesse ponto, convém destacar que os prospectos⁷ que foram disponibilizados pelo Instituto Pró-Memória Gammon e pelo Museu Bi Moreira se mostraram preservados para a pesquisa. Por meio destes prospectos, foi possível compreender como se deu a implementação do projeto criador da Escola Agrícola de Lavras, inventariar os saberes que circularam na escola, examinar como se deu a organização espacial e temporal da escola e identificar os sujeitos escolares.

Ainda sobre a documentação pesquisada, se faz necessário relatar que outros documentos foram disponibilizados pelo professor Dr. Jardel Costa Pereira, que ao realizar a

⁴ Localizado no campus do Instituto Presbiteriano Gammon, antigo Instituto Evangélico.

⁵ Situado no campus histórico da Universidade Federal de Lavras - UFLA.

⁶ Localizada no novo campus da Universidade Federal de Lavras - UFLA.

⁷ Os prospectos são pequenos manuais impressos que tinham a finalidade de trazer informações da instituição para os alunos e seus familiares. No ano de 1903 foram realizadas as primeiras publicações desses prospectos. As últimas publicações que encontramos no Instituto Pró-Memória Gammon, são do ano de 1972. Eles apresentam as disciplinas, os horários das aulas, e até mesmo os valores das mensalidades de todos os cursos que eram oferecidos. Esses prospectos eram confeccionados no setor de tipografia do Instituto Evangélico. Atualmente existem alguns prospectos arquivados no Instituto Pró-Memória Gammon e no Museu Bi Moreira.

pesquisa de doutoramento intitulada, "O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon", defendida em 2014, financiada pela CAPES, cedeu alguns documentos que foram encontrados no Instituto Pró-Memória Gammon e no Museu Bi Moreira.

Para finalizar, convém descrever que esta dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução. O capítulo 1 tem como propósito explicar a inserção do presbiterianismo no Brasil, buscando demonstrar a expansão das atividades missionárias após a chegada em 1859 do Rev. da igreja do norte, Ashbel Green Simonton. Neste primeiro capítulo, se faz necessário também demonstrar o trabalho educacional missionário que foi desenvolvido em Campinas e em Lavras. Logo, procuramos dividir o capítulo da seguinte maneira: uma elucidação de como foi a chegada dos primeiros missionários; o propósito missionário de desenvolvimento dos projetos educacionais; e uma explanação da história de vida dos principais missionários, sujeitos importantes para o desenvolvimento da nossa dissertação. Por fim, explicar sobre a vinda do agrônomo Benjamin Harris Hunnicutt dos EUA para o Brasil.

O capítulo 2 tem como objetivo principal contextualizar como ocorreu a educação do trabalhador do campo durante o início do século XX. Como ponto de partida, expomos o cenário da economia mineira, essencialmente a agrícola, que passava por uma crise econômica no final do século XIX. Crise esta, que foi amplamente exposta no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, convocado pelo Presidente de Minas Gerais, Francisco Antônio Sales e presidido por João Pinheiro. Diante das discussões que ocorreram no Congresso, surgiram preocupações com o ensino agrícola, que teria como objetivo principal profissionalizar o trabalhador do campo. Na sequência, apresentamos as várias leis e decretos que foram promulgados entre os anos de 1906 e 1911, que tratam sobre a criação e a regulamentação de instituições de ensino agrícola no Estado, tais como: Institutos Agrônômicos, Institutos Zootécnicos, Institutos Agrícolas e Fazendas-modelo. Com destaque para as Fazendas-modelo: Gameleira (Belo Horizonte), Fábrica (Serro), Retiro do Recreio (Santa Bárbara), Diniz (Itapecerica), Aiuruoca (Aiuruoca) e Bairro Alto (Campanha).

E por fim, o capítulo 3, que tem como objetivo apresentar as singularidades da Escola Agrícola de Lavras. Neste capítulo, demonstraremos como ocorreu o processo de institucionalização, quanto ao propósito de criação, aos saberes que circularam na escola, a identificação dos sujeitos e a organização espaço-temporal. Embasou a escrita deste capítulo a documentação produzida pela escola, que foi disponibilizada pelo Instituto Pró-Memória Gammon, pelo Museu Bi Moreira e pela Biblioteca da UFLA. Aqui se faz necessário descrever que na intenção de preservar a escrita original dos documentos, todas as citações estão escritas

de acordo com as regras ortográficas que eram utilizadas naquele tempo. A leitura e análise das fontes inspirou-se em Justino Magalhães, que nos auxilia na compreensão de que a história de uma instituição “[...] inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p.147).

CAPÍTULO 1. O ADVENTO DA MISSÃO PRESBITERIANA NO BRASIL

Neste capítulo, temos como propósito elucidar a inserção do presbiterianismo no Brasil, buscando demonstrar a expansão das atividades missionárias após a chegada em 1859 do Rev. da igreja do norte, Ashbel Green Simonton. É nosso objetivo, também, demonstrar o trabalho educacional missionário que foi desenvolvido em Campinas e em Lavras. Para tal, dividimos o capítulo da seguinte maneira: uma elucidação de como foi a chegada dos primeiros missionários; o propósito missionário de desenvolvimento dos projetos educacionais; e uma explanação da história de vida dos principais missionários, sujeito importante para o desenvolvimento da nossa dissertação. Por fim, uma explanação sobre a vinda do agrônomo Benjamin Harris Hunnicutt dos Estados Unidos da América para o Brasil.

Para atender ao nosso propósito de apresentação de como foi a chegada dos missionários ao Brasil, como se instalaram, e como se expandiram para atender as finalidades da missão, fizemos o uso das seguintes fontes: os prospectos⁸ do Instituto Evangélico e do Instituto Gammon, revistas, cartas, jornais da época e as bibliografias escritas por Alderi Souza de Matos⁹ (2004) e Clara Gammon¹⁰ (2003).

1.1. Uma sucinta narrativa sobre o presbiterianismo americano

Desde o início da história do Brasil, conforme relatam alguns historiadores¹¹, sabe-se da presença de protestantes nas terras brasileiras. Os primeiros, que podem ser destacados, são oriundos de grupos da França Antártica, que se instalaram na Baía de Guanabara e os Holandeses no Nordeste. Esses são os exemplos mais conhecidos de protestantes do período colonial. O protestantismo no período colonial era denominado de protestantismo de colônia

⁸ Como dito anteriormente, os prospectos aqui citados, são pequenos manuais que trazem informações sobre as regras do Instituto Evangélico. Eles apresentam as matérias, os horários das aulas, e até mesmo os preços das mensalidades de todos os cursos que eram oferecidos. Esses prospectos eram confeccionados no setor de tipografia do Instituto Evangélico.

⁹ Alderi Souza de Matos é graduado em Teologia, Filosofia e Direito. O autor é Mestre em Novo Testamento pela Escola Teológica Andover Newton, EUA (STM, 1988) e Doutor em Teologia pela Escola de Teologia da Universidade de Boston, EUA (ThD, 1996). É ministro presbiteriano desde 1975 e historiador oficial da IPB (ANDREW JUMPER).

¹⁰ Clara Gammon foi a segunda esposa do missionário Samuel Rhea Gammon. Confira mais detalhes sobre a autora nas próximas páginas deste capítulo.

¹¹ Historiadores: Alderi de Souza Matos (2004), Henrique Hack (2002), Júlio Andrade Ferreira (1992) e Boanerges Ribeiro (1987).

ou protestantismo de migração. Foi a partir da vinda da família real, no início do século XIX, sobretudo com o Ato assinado por D. João VI, em 28 de janeiro de 1808¹², da Abertura dos Portos às Nações Amigas, que começam, pelo menos incipientemente, a chegar os protestantes. Esse ato permitiu que as nações amigas de Portugal pudessem entrar livremente pelos portos do Brasil, abrindo assim as portas do país para a vinda de grupos protestantes, o que vai ocorrer ao longo do século XIX. Num primeiro momento, os que chegaram passaram a viver em grupos isolados, não professavam a sua fé de forma pública aos brasileiros e nem desempenhavam trabalhos missionários (BEZERRA, 2016; CHAMON, 2005; MATOS, 2004).

Posteriormente, a Constituição Imperial de 1824¹³ determinou no Artigo 5º que: a “Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórmã alguma exterior do Templo”. Assim, houve grande interesse por parte dos protestantes para virem para o Brasil. Clara Gammon (2003), detalha em sua biografia que naquele tempo o Brasil ainda era um país desconhecido no exterior. A autora descreve que o ambiente não era favorável para as questões religiosas e que “a hierarquia romana [vinha há] quatro séculos dominando discricionariamente e mantinha o povo na observância estrita dos seus dogmas, levantando uma tremenda barreira contra toda inovação” (GAMMON, 2003, p.32). Diante do exposto, a autora detalha que apesar da hostilidade que predominava no Brasil, foram ocorrendo sucessivos fatos. Um dos fatos citados por ela é a Independência do Brasil em 1822, que abriu caminho para o trabalho dos missionários.

A igreja presbiteriana iniciou suas atividades no Brasil no ano de 1859. Ela procede das igrejas reformadas de doutrina calvinista. As igrejas presbiterianas partilham da doutrina e das concepções teológicas fundamentadas por João Calvino¹⁴. É válido enfatizar que não constitui o nosso objetivo historiar sobre como se deu a reforma protestante. Convém apontar, que outros autores como, Luiz Maria Veiga (2004), Ronald Wallace (2003), Jacques Senarcles (1989), dentre outros, já realizaram estudos acerca desse tema. Assim, direcionaremos nossos entendimentos sobre a igreja presbiteriana.

¹² Em 1808, assim que chegou ao Brasil, D. João VI decretou a abertura dos portos às Nações Amigas. Ao assinar o decreto encerrou-se o antigo Pacto Colonial, cuja Metrópole tinha exclusividade no comércio com o Brasil, ou seja, o Brasil só poderia vender e comprar de Portugal. Com esse decreto a Inglaterra foi diretamente beneficiada. Fonte consultada: https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/abertura_portos.htm.

¹³ Fonte consultada: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

¹⁴ Sobre João Calvino confira: Eber da Cunha Mendes (2009).

De acordo com os estudos realizados por Michele Pereira da Silva Rossi (2010), a denominação igreja presbiteriana faz referência ao modo como a igreja é de fato administrada. Como tal, a administração da igreja é realizada por meio de presbíteros. Os presbíteros por sua vez são denominados como regentes, ou docentes. Os regentes são indicados e eleitos pela comunidade local e a eles cabe a função de governar. Já os docentes, após avaliação e aprovação da igreja são encaminhados aos Seminários e após anos de estudos são designados reverendos ou pastores. Esses presbíteros são eleitos democraticamente pelas igrejas locais para estarem a frente do comando da igreja. Assim, “em cada comunidade há um grupo de presbíteros, denominado conselho. Estes oficiais integram os concílios superiores da igreja, que são os Presbitérios, os Sínodos e o Supremo Concílio” (ROSSI, 2010, p.37).

Ainda conforme Rossi (2010), é importante acrescentar que o Presbitério é constituído pelas igrejas locais. O Presbitério dispõe de jurisdição e liderança sobre as igrejas locais, que se dá por meio de Comissão Executiva, que é composta por Presidente, Vice-presidente, Secretários e Tesoureiro. Já os Presbitérios estão sob o comando de um Sínodo. Diante do exposto, há que se destacar que existe o Supremo Concílio, considerado a principal autarquia da igreja presbiteriana. O Supremo Concílio é escolhido através de eleição onde participam os representantes dos Presbitérios e dos Sínodos.

1.2. A missão presbiteriana no Brasil

A vinda de protestantes presbiterianos para o Brasil tem como precursor o Rev. James Cooley Fletcher. Ele era um pastor presbiteriano e chegou ao Brasil em 1851 como o novo Capelão da Sociedade dos Amigos dos Marinheiros e como Missionário da União Cristã Americana Estrangeira. James Cooley Fletcher, foi o primeiro agente oficial da Sociedade Bíblica Americana. Em contrapartida, estudiosos do presbiterianismo reconhecem seu pioneirismo, mas dialogam que ele se limitou a realizar atividades religiosas dentro da comunidade imigrante. O mesmo, não teve como propósito fundar igrejas ou fazer evangelizações. Diante disso, considera-se que de forma efetiva o trabalho dos presbiterianos no Brasil teve início com a vinda do Rev. Ashbel Green Simonton¹⁵ (BEZERRA, 2016; RODRIGUES, 2013; MATOS, 2004).

¹⁵ Ashbel Green Simonton nasceu no dia 20 de janeiro de 1833 em West Hanover, Condado de Dauphin no Estado da Pensilvânia, EUA. Era o filho mais novo dos nove filhos de William Simonton, um médico e político e Martha Davis Snodgrass, que era filha de um pastor presbiteriano. Ashbel Simonton formou-se em 1847 na Academia de Harrisburg, depois ingressou no Colégio de Nova Jersey, uma Instituição fundada em 1746 pelos presbiterianos, que tempos depois passou a ser a Universidade de Pinceton. Aos 19 anos de idade, Simonton concluiu seus estudos

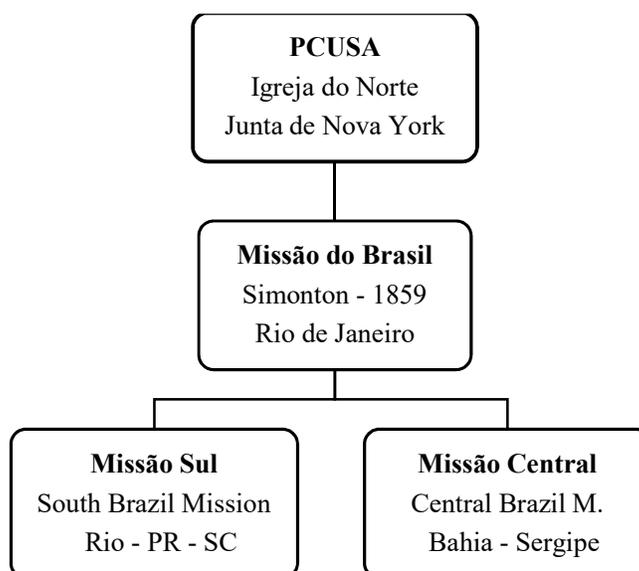
A Junta das Missões Estrangeiras¹⁶ enviou para o Brasil, no ano de 1859 o Rev. Ashbel Green Simonton. O Brasil foi o sexto País a receber missionários da Junta sediada em Nova York. O missionário embarcou para o Brasil em Baltimore, em junho de 1859 e chegou ao Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1859. Matos (2004) descreve que “em virtude da falta de fluência na língua portuguesa, de início, limitou-se a proferir as suas prédicas em navios ancorados na Baía de Guanabara e em residência de estrangeiros” (MATOS, 2004, p. 25). Logo em seguida, outros missionários vieram para o Brasil. Dentre os missionários que vieram, quase todos vieram acompanhados das esposas. Então, chegaram aqui: Alexander Latimer Blackford (1860) e Francis Joseph Christopher Schneider (1861). Eles eram membros da missão do Brasil. Nos primeiros anos de trabalho eles instituíram as três primeiras igrejas. No ano de 1862 fundaram a primeira igreja no Rio de Janeiro, em 1865 em São Paulo e em 1865 na cidade de Brotas (SP). Além das igrejas, eles também criaram o Jornal Imprensa Evangélica (1864-1892), o Seminário do Rio de Janeiro (1867-1870) e a Escola Americana¹⁷ (1870), que atualmente é a Universidade Mackenzie (MATOS, 2004, p.13-14).

e realizou uma longa viagem para o sul dos EUA. Durante o período de um ano ele administrou uma academia para meninos no Estado do Mississippi. No ano de 1855, Simonton ingressou no Seminário de Princeton, em Nova Jersey. No ano de 1858 ele candidatou-se na Junta de Missões e declarou que tinha preferência para atuar como missionário no Brasil. No ano de 1859, aos 26 anos de idade, ele desembarcou no Brasil e iniciou o trabalho evangelístico. Simonton casou-se em 1863 com Helen Murdoch. A esposa dele faleceu em 28 de junho de 1864, nove dias após o nascimento da primeira filha, que recebeu o mesmo nome da mãe, Helen Murdoch Simonton. A menina foi a única filha de Simonton. Ela foi entregue aos cuidados da irmã de Simonton, Elizabeth Simonton Blackford e do cunhado que viviam em São Paulo. No ano de 1867 Simonton foi até São Paulo para visitar a filha, porém, o mesmo já estava enfermo. Poucos dias depois seu estado de saúde agravou-se e ele veio a falecer no dia 9 de dezembro de 1867 de “febre biliosa”. Ele faleceu poucas semanas antes de completar 35 anos de idade (MATOS, 2004).

¹⁶ É importante destacar que a igreja do norte formou a sua Junta de Missões Estrangeiras no ano de 1837 com sede em Nova York. Tempos depois, a Junta designou trabalhos para missionários na Tailândia, na China, na Colômbia e no Japão. Araken Amâncio Bezerra (2016) reitera que durante o período de 1837 a 1862 a Junta de Missões Estrangeiras foi uma sociedade beneficente da igreja presbiteriana sem "status" legal com sede em Nova York.

¹⁷ Sobre a Escola Americana confira: César Guimarães do Carmo (2017).

Figura 1. Missões da igreja do norte no Brasil.



Elaboração própria.

Fonte: MATOS, 2004, p.19.

Na figura acima é possível visualizar a constituição da igreja do norte e os desdobramentos das missões que ocorreram no Brasil. É importante destacar que poucos anos após a chegada de Simonton ao Brasil, iniciou nos EUA a Guerra Civil¹⁸ (1861-1865). Matos (2004) destaca que “[...] uma das consequências desse conflito foi a divisão das denominações norte-americanas, inclusive a presbiteriana” (MATOS, 2004, p.14).

Logo, houve um desmembramento das igrejas motivado por discordâncias. Então, foi criada a PCUS (Presbyterian Church of United States), denominada igreja do sul. A PCUS criou uma agência missionária com o propósito de financiar as missões no exterior. A instituição criada pela PCUS recebeu o nome de Comitê de Missões Estrangeiras, com sede em Nashville no Estado do Tennessee. Almiro Schulz (2003), reitera que:

As duas missões, a de Nova York, do norte, e a de Nashville, do sul, são fruto da conjuntura pela qual passaram os Estados Unidos, principalmente no séc. 19; portanto, fruto da realidade socioeconômica, política e religiosa. Sem entrar em detalhes, apenas como referência, a Igreja do Sul estava inserida num sistema de produção da

¹⁸ A Guerra da Secessão foi uma guerra civil que ocorreu entre os anos de 1861 a 1865 nos Estados Unidos da América, entre os estados do norte e os estados do sul. A guerra foi causada pela discordância que existia entre os dois grupos acerca da abolição da escravidão e da extensão dos novos territórios que estavam sendo ocupados no oeste. O conflito separou a América entre o norte progressista industrializado liberal e o sul escravista, conservador e agrícola. Nos dias atuais, a história da Guerra da Secessão é preservada pelos americanos por meio da literatura, do cinema, dos monumentos dedicados aos desaparecidos e dos estudos históricos (AMEUR, 2013).

monocultura que usava mão de obra escrava, enquanto a Igreja do Norte estava inserida num contexto de expansão da indústria, do comércio e uso da pequena agricultura, necessitando para isso de mão de obra livre (SCHULZ, 2003, p. 38-39).

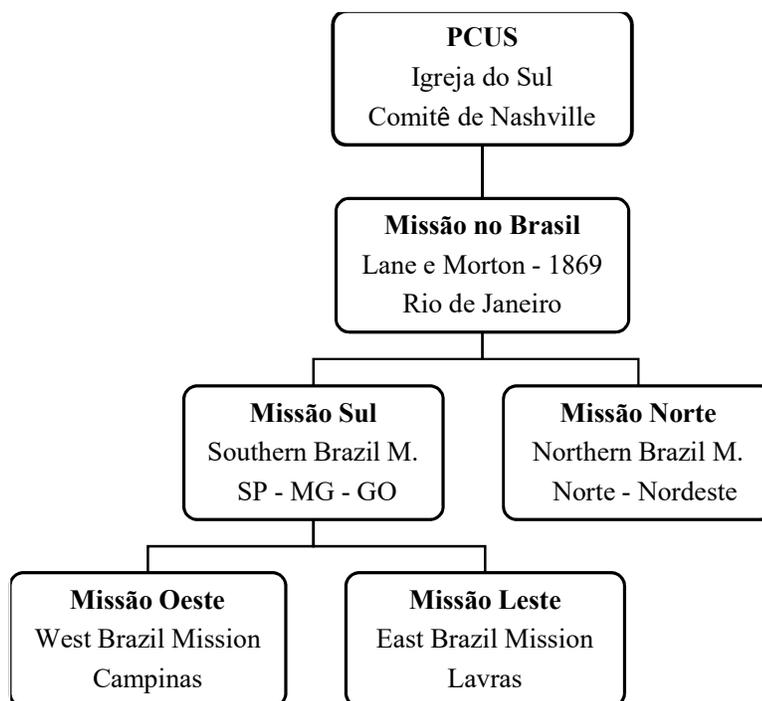
As duas denominações que foram criadas, a igreja do norte e a igreja do sul, mantiveram a tradição calvinista. Os missionários da igreja do norte se empenharam na construção de templos e os missionários da igreja do sul tinham como propósito propagar o evangelho, sobretudo através de escolas. Logo, a igreja do sul tinha “[...] uma estratégia de propaganda protestante indireta pela educação, com a finalidade de produzir uma civilização cristã protestante via fundação de escolas [...]” (SCHULZ, 2003, p. 39).

Poucos anos após a chegada do Rev. Ashbel Green Simonton, a PCUS enviou os primeiros missionários para o Brasil. A missão no Brasil foi a segunda missão que a igreja do sul estabeleceu em terras estrangeiras. Sendo que a primeira missão da igreja do sul ocorreu em 1867 na China. No ano de 1866, o teólogo Robert Lewis Dabney, sugeriu à PCUS que o Brasil recebesse missionários para que fosse feito um trabalho promissor. Então, foram escolhidos dois missionários para a missão no Brasil. A escolha ocorreu quando, no ano de 1868, foi finalizada a primeira turma de formandos do Union Theological Seminary de Richmond na Virgínia. A turma era composta por 14 alunos, cinco alunos optaram pela carreira missionária, dentre eles os Reverendos George Nash Morton¹⁹ e Edward Lane²⁰ (BEZERRA, 2016; MATOS, 2004; GAMON, 2003).

¹⁹ George Nash Morton nasceu em 1841 no Condado de Marshall no Mississippi. Ele estudou no Colégio Hampden-Sydney, recebeu o título de bacharel e mestre em artes. Posteriormente, alistou-se no exército confederado. Depois da Guerra Civil ele estudou no Union Theological Seminary de Richmond na Virgínia, formou-se em teologia no ano de 1868. Em 1869 George Morton casou-se com Mary Elizabeth Wilson Brown. O casal teve dez filhos, sendo que a maioria nasceu no Brasil. George Morton faleceu aos 84 anos no dia 14 de dezembro de 1925 (BEZERRA, 2016; MATOS, 2004).

²⁰ Edward Lane nasceu em Dublin na Irlanda, entre 1835 e 1837. Ele era de origem humilde, acabou ficando órfão ainda criança e durante algum tempo morou com a família de um operário. Tempos depois, Edward Lane foi entregue aos cuidados de uma senhora que o levou para Liverpool e depois para Nova York. Pouco tempo depois, a senhora que era sua cuidadora faleceu e ele com apenas 10 anos de idade ficou sozinho. Logo, um médico alemão adotou o menino e decidiu investir nele para que estudasse medicina. Esse médico veio a falecer, e então, Lane com 13 anos de idade foi morar com uma família presbiteriana em uma fazenda perto do rio Hudson. Em 1855 ele despediu-se da família que o adotara e seguiu para a Geórgia. Foi professor em Evansville em uma escola para meninos. Durante o período da Guerra Civil ele foi assistente de cirurgião em um acampamento militar na Virgínia. Edward Lane decidiu que seria seminarista, então, procurou o Dr. Robert Lewis Dabney, que era teólogo e professor do Seminário Union, em Hampden-Sydney. Dr. Dabney acolheu Lane em sua casa por um período de três anos. Lane concluiu os estudos e seguiu rumo ao Brasil. No ano de 1871 Edward Lane casou-se com Sarah McCorkle Poague e tiveram quatro filhos. Edward Lane veio a falecer no dia 26 de março de 1892 vitimado pelo surto de febre amarela em Campinas (MATOS, 2004, p.176-180).

Figura 2. Missões da igreja do sul no Brasil.



Elaboração própria.

Fonte: MATOS, 2004, p.19.

Na figura 2, demonstrada acima, é possível visualizar a divisão da igreja do sul e as missões que ocorreram no Brasil. As missões da igreja do sul iniciaram no ano de 1869, quando George Nash Morton e Edward Lane chegaram em solo brasileiro e se instalaram na cidade de Campinas²¹, na Província de São Paulo. Os missionários escolheram a cidade de Campinas em função da boa estrutura que a cidade possuía e pela proximidade de duas colônias de norte-americanos: Vila Americana (Atual cidade de Americana) e Vila de Santa Bárbara (Atual cidade de Santa Bárbara do Oeste). Essas duas colônias foram imigrações de confederados após a Guerra de Secessão (MATOS, 2004; INSTITUTO GAMMON, 1934).

²¹ A cidade de Campinas foi fundada no ano de 1774 como um bairro rural. O povoamento do "Bairro Rural do Mato Grosso" iniciou com o pouso dos tropeiros na região. O pouso das "Campinas do Mato Grosso" acabou contribuindo para o desenvolvimento da região. Do final do século XVIII ao início do século XX, a cana de açúcar e o café foram os produtos agrícolas que mais tiveram destaque na economia da cidade. Em decorrência das atividades da produção cafeeira, a cidade de Campinas concentrou inúmeros trabalhadores escravos e livres, vindos de várias regiões do País. Na segunda metade do século XVIII a cidade cresceu economicamente atraindo muitos imigrantes de vários Países. Fonte consultada: <http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/campinas.php>.

1.3. Os presbiterianos e o propósito educacional para o Brasil

No primeiro ano em Campinas os missionários norte-americanos George Morton e Edward Lane criaram uma escola dominical e deram início a uma escola noturna para adultos. Matos (2004), descreve que “a ideia era ganhar conversos através da educação. Logo, os missionários conceberam um projeto mais ambicioso: um educandário de alto nível, que ficou conhecido como Colégio Internacional ou Instituto de Campinas” (MATOS, 2004, p.172). Essa assertiva se confirma em José Normando Gonçalves Meira (2009) ao afirmar que o Colégio foi

[...] a primeira escola de confissão protestante a se instalar no Brasil. [...] O Colégio Internacional foi a primeira escola de ensino secundário, pois as escolas paroquiais de primeiras letras, cuja finalidade era a alfabetização para ampliar as possibilidades de leitura e interpretação do texto bíblico, já existiam ao lado das igrejas desde a sua fundação (MEIRA, 2009, p. 43).

Matos (2004) e Clara Gammon (2003) descrevem que no ano de 1871 o Rev. Edward Lane foi para os EUA buscar aprovação e solicitar verba para dar sequência ao projeto educacional. Logo em seguida, no ano de 1871, o terreno para a construção do colégio foi adquirido e as construções iniciaram em 1873. Durante o período de construção do colégio outros missionários da igreja do sul foram para Campinas com o propósito de colaborar com a obra educacional. O colégio era dirigido pelo Rev. George Morton, que além de estar na direção do colégio, trabalhava com evangelização e lecionava. Com relação ao desempenho do colégio, Clara Gammon (2003) destaca que:

O colégio não só floresceu como adquiriu larga fama, com uma matrícula de cento e cinquenta alunos, o máximo que ele comportava. Entre o seu corpo discente havia alguns rapazes que mais tarde desempenhariam alta função na política e nas letras do Brasil. Isso não se conseguiu sem árduas lutas, pois os jovens pioneiros tinham de vencer as dificuldades da língua, dos costumes, e, principalmente, do meio religioso inteiramente adverso, sem falar no desamparo financeiro em que se viam (GAMMON, 2003, p.36)

Matos (2004), acrescenta ainda que “o nível acadêmico era dos mais elevados, o que atraiu alunos de algumas das famílias mais importantes da Província” (MATOS, 2004, p.173). No prospecto do Instituto Gammon de 1934, que descreve a história do Colégio Internacional, expõe que naquele tempo o Imperador D. Pedro II estava na cidade de Campinas e, por ocasião, acabou fazendo uma visita ao colégio. Assim, explicita o prospecto: “S. M. dignou-se examinar as instalações e assistir ao funcionamento das aulas tendo palavras de sincero elogio para o collegio, cujo serviço á mocidade brasileira elle devidamente apreciava” (INSTITUTO GAMMON, 1934, p.6).

Meira (2009) aponta que no ano de 1879 o colégio passou por algumas intempéries, principalmente de importância administrativa e econômica. Assim, a situação adversa acabou ocasionando o afastamento de George Morton. Posterior a essa data, Edward Lane e John Watkins Dabney²² assumiram a administração e a direção do Colégio Internacional. No ano de 1892 uma epidemia de febre amarela²³ causou a morte de vários missionários na região de Campinas. Por conta das mortes dos missionários americanos o Colégio Internacional encerrou suas atividades em Campinas no ano de 1892. Posteriormente, o colégio foi transferido para a cidade de Lavras. Diante do contexto apresentado, elucidaremos os detalhes da transferência do Colégio Internacional de Campinas para Lavras no próximo item deste capítulo.

1.4. Samuel Rhea Gammon: um exímio educador à frente do projeto educacional da missão em Lavras

Antes de adentrar na vinda do missionário Samuel Rhea Gammon para o Brasil, em rápidas palavras oportuno se faz conhecê-lo. Gammon, nasceu no dia 30 de março de 1865²⁴, na cidade de Bristol, no Vale do Apalache no Estado da Virgínia, fronteira com o Estado do Tennessee, nos EUA. Ele nasceu poucas semanas antes do fim da Guerra da Secessão. Ele era filho de Audley Anderson Gammon e Mary Faris Gammon, que além de Samuel Gammon, também tiveram os filhos Bessie, Nannie, Spence e Minnie. Seus pais eram presbiterianos, ascendentes dos escoceses irlandeses que colonizaram a região da Virgínia. O pai de Samuel

²² John Watkins Dabney nasceu em 20 de setembro de 1850 no Estado da Virgínia, nos EUA. Ele era sobrinho do teólogo Dr. Robert Dabney, que sugeriu a vinda da missão da igreja do sul para o Brasil. No ano de 1874, John Dabney formou-se no Hampden-Sydney College. Ele foi designado missionário pelo Comitê Executivo da igreja do sul em julho de 1874 e logo viajou para o Brasil no mês de agosto do mesmo ano. Durante dois anos John Dabney lecionou no Colégio Internacional de Campinas e foi auxiliar do Rev. Edward Lane. Tempos depois, ele assumiu a tesouraria do Colégio Internacional com o propósito de esclarecer a situação econômica do colégio. Posteriormente, após a saída de George Morton, ele assumiu a direção do colégio. John Dabney casou-se em 1878 com Kate Nelson Gregory e tiveram cinco filhos. John Dabney faleceu em Campinas no dia 09 de março de 1890 aos 39 anos de idade vítima de febre amarela (MATOS, 2004, p.201 e 202).

²³ No final do século XIX e no início do século XX a febre amarela proliferou nas cidades do litoral, principalmente Rio de Janeiro e Santos. Mas, a epidemia não ficou restringida somente no litoral. A doença alastrou rapidamente para Campinas e para as cidades do oeste Paulista: Rio Claro, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal, Ribeirão Preto e São Simão. Na cidade de Campinas, estima-se que houve cerca de dois mil óbitos.
Fonte consultada: http://www.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta_brasil/campinas.php.

²⁴ Clara Gammon, segunda esposa de Samuel Gammon descreveu em seu livro que “[...] Samuel nasceu a 30 de março de 1865. Não era aquela ocasião muito propícia para o nascimento de uma criança num lar sulista, apenas duas semanas antes de o General Lee entregar sua espada, em Appomatox, aquela espada sem nódoa” (GAMMON, 2003, p.13).

Gammon foi um comerciante bem-sucedido em Bloutville, no Tennessee. Ele investiu todas as suas economias em títulos confederados, que veio a perder posteriormente. Devido às adversidades ocasionadas pela Guerra Civil, no ano de 1871 a família Gammon se mudou para Montgomery no Estado da Virgínia. Tempos depois, foram viver numa região rural chamada Rural Retreat, também no Estado da Virgínia (BEZERRA, 2016; MATOS, 2004).

Sam, como era chamado pela sua família, durante a infância frequentou uma pequena escola rural. Nessa escola, o menino demonstrava ser um aluno dedicado, estudioso e amigos dos professores. Por volta dos 16 anos de idade, ingressou no King College²⁵, localizado em Bristol. Durante o tempo em que esteve estudando no King College, ele precisou trabalhar para custear as suas despesas. Quando já estava nos últimos anos ele melhorou seus rendimentos financeiros “[...] lecionando aritmética e álgebra para as turmas inferiores. Tendo bom aproveitamento, foi escolhido para ser orador da turma e recebeu medalhas como melhor aluno de filosofia e letras” (MATOS, 2004, p.238). Após finalizar os estudos no King College, Samuel Gammon ingressou no Union Theological Seminary (UTS), que era parte de Hampden-Sydney College²⁶ no Estado da Virgínia. Bezerra (2016), relata que ainda como seminarista Samuel Gammon trabalhou por um tempo na igreja de Reconvert, West Virgínia, cobrindo o período de férias de um pastor da comunidade. No ano de 1889, formou-se em Teologia e conseguiu trabalho permanente nas igrejas de Lynchburg e Jamestown, na Virgínia, onde foi ordenado Ministro do Evangelho. Matos (2004) reitera que a decisão de Samuel Gammon pela obra missionária se deu pelos seguintes motivos:

Primeiro, o advento do Movimento Voluntário Estudantil, que surgiu sob os auspícios do evangelista Dwight L. Moody em 1886 e chegou em Hampden-Sydney em 1888. Em 1889, ano da formatura de Gammon, uma grande onda de interesse por missões varreu os Estados Unidos. Foi quando o Rev. Edward Lane, missionário pioneiro em Campinas, visitou o seminário e falou aos estudantes sobre a grande oportunidade para o trabalho missionário no Brasil aliado à obra educacional (MATOS, 2004, p.238).

Assim, conforme Bezerra (2016) e Matos (2004), Gammon afirmou sua vinda para o Brasil como missionário. A segunda igreja presbiteriana de Alexandria, que era pastoreada por seu primo Jim Vance, ficou encarregada de prover suas despesas. Então, no dia 23 de novembro

²⁵ O King College é uma instituição acadêmica confessional presbiteriana fundada em 1867. Atualmente, a instituição chama-se King University e mantém o ensino confessional. Fonte consultada: <https://www.king.edu/>.

²⁶ Hampden-Sydney foi fundada em 1775, é a décima faculdade mais antiga dos EUA, sendo a última faculdade Americana fundada na América Colonial Britânica. A instituição tem como missão “[...] formar bons homens e bons cidadãos em uma atmosfera de boa aprendizagem”. Fonte consultada: <http://www.hsc.edu/about-h-sc/history>.

de 1889 ele embarcou no navio “Advance” rumo ao Brasil. Durante a viagem que durou 33 dias, Gammon teve aulas de língua portuguesa com a missionária Charlotte Kemper ²⁷ que estava retornando para o Brasil após um período de férias. Gammon “chegou ao Rio de Janeiro no dia 24 de dezembro e a Campinas no dia 27, acompanhado do colega Frank A. Cowan e dos veteranos Edward Lane, Mary Parker Dascomb e Carlota Kemper, que voltavam de suas férias” (MATOS, 2004, p.238-239).

Assim que Gammon chegou em Campinas no ano de 1889, coube a ele a direção do Colégio Internacional. Então,

havendo o director Sr. Morton, voltado á America do Norte, o Dr. Gammon, veio para o Brasil afim de substituil-o. Exactamente um mez depois de sua chegada, assumiu ele as responsabilidades que cabiam ao director do Collegio. Abriu-se o anno lectivo em 27 de Janeiro, com 7 alumnos, numero que foi augmentando de dia para dia. (INSTITUTO GAMMON – HISTÓRICO, 1933, p.7).

Em janeiro de 1890, Gammon assumiu a diretoria do Colégio Internacional e ficou responsável provisoriamente pela direção da missão. Ele ficou hospedado no edifício do colégio, onde morava Carlota Kemper, que era diretora das meninas. De acordo com o prospecto do Instituto Gammon “a amizade travada a bordo, durou enquanto os dois viveram. A boa D. Carlota tomou um interesse maternal pelo jovem que se achava tão longe do lar, recebeu-o em sua casa, e ajudou-o na tarefa difícil de acostumar-se a nova vida” (INSTITUTO GAMMON - HISTORICO, 1933, p.7). Matos (2004) acrescenta que Carlota Kemper orientava Samuel Gammon quanto ao estudo da língua portuguesa, fazia as revisões dos seus artigos e sermões e trabalhava junto dele na obra educacional. Além de trabalhar na obra educacional, no início, Samuel Gammon fazia pregações em inglês para os seus conterrâneos que moravam na colônia de Santa Bárbara. Posteriormente, ele começou a pregar em português, igualmente os Reverendos Edward Lane, John W. Dabney e William L. Bedinger.

Após a abertura do ano letivo em 27 de janeiro, aproximadamente três semanas depois surgiram comentários de que havia uma doença circulando na cidade. Alguns dias depois o Colégio Internacional encerrou as aulas, “[...] estando a cidade em pleno estado de epidemia da terrível febre amarella” (INSTITUTO GAMMON - HISTÓRICO, 1933, p.7). Dias depois, um dos funcionários do colégio acabou falecendo vítima da doença. E assim, ano após ano a doença foi se alastrando. Em função da epidemia que tomava conta da cidade de Campinas, muitos alunos e professores acabaram mudando para outras cidades. Desta forma, ficou evidente “[...]”

²⁷ Charlotte Kemper ficou conhecida no Brasil como Carlota Kemper. No capítulo 3 apresentaremos maiores detalhes sobre essa missionária.

que a vida do Collegio exigia a sua mudança para um clima mais favoravel, onde não se conhecia a doença fatal” (INSTITUTO GAMMON - HISTÓRICO, 1933, p.7).

Segundo Matos (2004), com a intenção de fazer a mudança do Colégio Internacional para outra cidade, Samuel Gammon, Edward Lane, e o novo missionário David G. Armstrong, viajaram para o campo missionário do Rev. John Boyle, na cidade de Bagagem²⁸, região do Triângulo Mineiro. Entretanto, os missionários retornaram para Campinas e decidiram que a região não era oportuna para a transferência do Colégio Internacional. O autor relata que o Dr. Lane recomendou a Gammon que seria interessante escolher uma cidade na Região Sul de Minas Gerais. Logo,

Gammon seguiu, pois, para aquela região, em companhia do Rev. George W. Chamberlain, concluindo que a velha cidade de Lavras do Funil, na Serra da Mantiqueira, parecia atender a todas as exigências. O Rev. Lane faleceu vitimado pela febre amarela de 26 de março. Alguns meses depois, Gammon esteve novamente em Lavras acompanhado do Rev. Boyle e do Dr. Matthew H. Houston, o secretário executivo do Comitê de Nashville, tendo os três participado da reunião do Presbitério de Minas em Cabo Verde. Em setembro, Gammon seguiu para os Estados Unidos para tratar junto à viúva Lane a transferência da propriedade do colégio, que estava em nome do obreiro falecido (MATOS, 2004, p.240).

Naquele tempo, não existia estrada de ferro na cidade. Mas, já havia promessa de que um tronco da estrada de ferro seria construído em Lavras²⁹ ligando até a Estação de Ribeirão Vermelho. De acordo com a análise que realizamos nos prospectos do Instituto Evangélico, a promessa de ampliação da linha férrea foi um dos motivos pelo qual os missionários optaram pela cidade de Lavras (INSTITUTO GAMMON - HISTÓRICO, 1933).

No mês de setembro de 1892, Gammon viajou para os EUA para tratar junto à missão sobre a mudança do Colégio Internacional de Campinas para a cidade de Lavras. Enquanto Samuel Gammon estava nos EUA resolvendo as questões burocráticas, ocorreu a mudança para

²⁸ Diamantino da Bagagem foi denominada distrito pela Lei Provincial nº 667 de 27 de abril de 1854. No ano de 1856 pela Lei Provincial nº 777 de 30 de maio de 1856 houve a alteração de Diamantino da Bagagem para Bagagem. Posteriormente, no ano de 1901 pela Lei Estadual nº 319, Bagagem passou a se chamar Estrela do Sul. Fonte consultada: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/estreladosul.pdf>.

²⁹ Conforme descreve o historiador Geovani Németh-Torres (2011), no ano de 1709, após a Guerra dos Emboabas, os refugiados paulistas teriam fugido para as matas da Serra das Carrancas. No grupo de refugiados estaria o bandeirante Francisco Bueno Luiz da Fonseca, que posteriormente fundou o Arraial dos Bueno. Tempos depois, o Arraial dos Bueno ficou conhecido como Campos de Sant’Ana das Lavras do Funil e posteriormente Lavras. Inicialmente, os primeiros habitantes estavam empenhados na extração do ouro, mas conforme o metal foi se tornando escasso os habitantes começaram a trabalhar na agricultura e na pecuária. Situado na Região Sul de Minas Gerais, o município foi fundado em 1729, emancipado em 20 de julho de 1868, e em 8 de outubro do mesmo ano foi transformado em Comarca. Acredita-se que Lavras se desenvolveu em consequência da agricultura e não da mineração (NÉMETH-TORRES, 2012).

Lavras. A mudança de Campinas para Lavras ocorreu no final do mês de novembro de 1892 com muitas dificuldades. Na caravana estavam o Reverendo David G. Armstrong, sua esposa Harriette Taylor Armstrong, as professoras Carlota Kemper, Eliza Moore Red e Sallie Chambers e mais quatro alunos. Eles fizeram a viagem de Campinas até São Paulo, de São Paulo até Barra do Piraí, depois até a cidade de São João Del Rei até chegarem em Ribeirão Vermelho. Do trajeto de Ribeirão Vermelho até Lavras a viagem foi feita a cavalo (BEZERRA, 2016; MATOS, 2004; INSTITUTO GAMMON - HISTÓRICO, 1933). Tomando como referência a biografia escrita por Clara Gammon (2003), segunda esposa de Samuel Gammon, a cidade de Lavras era rudimentar. Assim, ela descreve:

Lavras era, naquele tempo, uma velha cidade, datando dos dias coloniais e, como o seu nome indica, tinha sido cenário de grande mineração, na busca do ouro que enriquecera a coroa de Portugal. Pode-se dizer que só havia uma rua, que se estendia em ziguezague pela colina, cerca de quatro quilômetros, até terminar no Alto do Cruzeiro, objeto de veneração, em cuja base se afixavam papeéis relatando milagres realizados e onde se amontoavam objetos de cera representando os órgãos do corpo curados por efeito dos votos que os fiéis faziam. [...] as ruas eram poeirentas ou lamacentas, conforme a estação, e ainda rasgadas pelas rodas dos pesados carros de boi. As casas, em geral, eram de construção simples, mas sempre pintadas de cores variadas. Na praça central, grande e deserta, onde se erguia a Igreja Matriz, havia um certo número de sobrados, onde vivia a elite. Essas casas, de estilo colonial, eram bem mobiliadas e adornadas com pinturas e revestimento caprichoso, refletindo o luxo e a riqueza de dias prósperos. Nos arredores da cidade, porém, se amontoavam os casebres cobertos de capim, atestando a maior pobreza (GAMMON, 2003, p.58-59).

O relato de Clara Gammon (2003) evidencia que os missionários percebiam a desigualdade social que havia na cidade. E de fato, eles entendiam que o povo precisava conhecer o evangelho, mas que precisavam também de assistência.

Retomando os dados sobre a chegada dos missionários a Lavras, de acordo com as fontes consultadas e analisadas, quando a comitiva chegou em Lavras eles foram acomodados numa chácara que possuía duas casas. Sendo uma casa de residência e outra casa que possuía duas salas, foi onde se escolheu para se dar o início das aulas do Colégio. É importante descrever que o nome do Colégio Internacional não foi continuado em Lavras. Durante alguns anos o Colégio foi chamado de “a escola de meninas”. Entretanto, mesmo sendo denominada escola de meninas a escola recebia meninas e meninos. Assim, “no dia 1º de fevereiro de 1893, havendo chegado de Campinas as instalações escolares, foram abertas as aulas” (INSTITUTO GAMMON- HISTÓRICO, 1933, p.8). De forma mais detalhada, Clara Gammon relata que:

A escola foi aberta no dia 1º de fevereiro de 1893, com nove alunos. Uma semana mais tarde havia catorze, sendo logo necessário transferi-la para salas maiores. A escola era principalmente para meninas, sendo aceitos alguns alunos. Desde o começo os filhos das melhores famílias frequentavam a escola, que crescia sempre em número e prestígio. Miss Chambers e Miss Reed eram as professoras; D. Carlota era a

tesoureira da missão, gastando muito tempo na visitação e no trabalho evangélico; D. Henriqueta Armstrong dirigia o internato das meninas trazidas de Campinas (GAMMON, 2003, p. 58).

Como se observa no relato, a escola iniciou as suas atividades em fevereiro de 1893 com poucos alunos. No início das aulas, como dito anteriormente, Gammon não estava presente, pois estava nos EUA, resolvendo assuntos burocráticos junto a missão. Posteriormente, no dia 08 de julho de 1893 Samuel Gammon chegou em Lavras e retomou a direção do Colégio. Assim, segundo Clara Gammon,

nesse mesmo dia confiava ao seu diário as seguintes palavras: “Este é um dia importante na minha vida. Hoje volto ao meu verdadeiro campo de trabalho e estou a pique de encetar a grande obra que tenho diante de mim. Na verdade, os campos estão brancos – brancos, em razão da grande necessidade que o povo tem do Evangelho; brancos, em razão da prontidão de muitos para ouvir as alegres novas. Mas, ao assumir esses árduos e solenes deveres, quão fraco me sinto! Quão inteiramente incapaz de realizar a vasta obra que tenho pela frente! Quanto necessito da divina graça e sabedoria para discernir o que de melhor deve ser feito; sabedoria para conhecer como me conduzir diante de meus irmãos, de modo que não produza atritos; sabedoria para saber como ganhar homens para Cristo! Oh! como anseio ser um pescador de almas! Esta noite eu me consagrei, de novo, como uma oferta de Deus! Que ele possa usar-me para realizar a sua vontade, na salvação de pecadores!” (GAMMON, 2003, p.61).

Após uma semana de sua chegada na cidade, Gammon assumiu as suas atividades na escola e, bem assim, aos trabalhos evangelísticos. Ele fazia pregações na cidade e nas redondezas, como em Cana Verde e em Nepomuceno. Gammon fazia suas viagens montado em “Sousa”, cavalo que transportou Gammon durante vinte anos. O missionário costumava viajar levando seu companheiro Guilherme, que era um ex-escravo e que havia se convertido para o presbiterianismo (MATOS, 2004; GAMMON, 2003).

É válido complementar, com base em Matos (2004) e Clara Gammon (2003), que durante os dois primeiros anos que a missão havia feito a transferência para Lavras, Gammon ficou em Lavras por apenas noventa dias. Ele deveria continuar com o trabalho em Campinas, pois havia por parte do missionário uma certa preocupação e zelo pelas propriedades da missão que estavam por lá. Ele seguia sendo pastor da cidade de Santa Bárbara e continuava fazendo pregações nas localidades próximas. Quando começava o período chuvoso em Lavras, Gammon ficava impossibilitado de viajar, então, permanecia na cidade. Ele ocupava o tempo fazendo visitas, pregando e escrevendo. Matos (2004) cita que Gammon “produziu um Catecismo para Conversos, que chegou a oito edições, bem como comentários sobre várias epístolas do Novo Testamento (Pedro, Judas e Tiago) e artigos e sermões para o Púlpito Evangélico” (MATOS, 2004, p. 241).

Bezerra (2016) nos informa que no final do ano de 1893 Gammon recebeu uma carta da Comissão Executiva requisitando-o a comparecer em uma assembleia geral da igreja presbiteriana dos EUA. Essa assembleia estava agendada para acontecer na cidade de Nashville. Segundo o autor, nessa assembleia eles discutiriam como administrariam o patrimônio da missão em Campinas. Ainda no mesmo mês, Samuel Gammon havia recebido uma carta que foi enviada pela prima Willye Humphreys³⁰. Gammon e a prima haviam feito um compromisso de casamento cuja data estava agendada para 27 de junho de 1894. Logo, ele embarcou para os EUA em 14 de março de 1894. Casou-se com Willye Humphreys na data marcada e retornou ao Brasil acompanhado de sua esposa em setembro de 1894. Tempos depois o casal teve uma filha chamada Mary Elizabeth.

Segundo Clara Gammon (2003), sobre a parte da missão que era o desenvolvimento da igreja presbiteriana, além do trabalho educacional que era realizado em Lavras, havia um grande empenho por parte dos missionários para a construção de um templo para acolher a irmandade e os convertidos. Informando sobre a construção e a inauguração do templo, informa ela que “em julho de 1899 a igreja foi consagrada, quando o Presbitério do Rio se reuniu em Lavras. Esse foi, deveras, um grande acontecimento para a pequenina comunidade. O Dr. Gammon estava orgulhoso de sua obra [...]” (GAMMON, 2003, p.75).

Importa afirmar que além da responsabilidade de cuidar das atividades em Lavras e Campinas, Gammon também tinha que atender a outras solicitações da missão. Assim, no ano de 1901, Gammon e a sua família tiveram que ir à São Paulo substituir o Reitor do Seminário Presbiteriano, o Dr. John Rockwell Smith, que estava de férias nos EUA. Ao chegar no Seminário, Gammon “teve de cercar o terreno, providenciar novos dormitórios, cair as salas, tornar, enfim, a casa habitável e replantar a disciplina, criando um regime familiar para os alunos. Ainda assim, as instalações deixavam muito a desejar” (GAMMON, 2003, p.93). Em São Paulo, Gammon trabalhou durante um ano. Matos (2004) complementa que além das melhorias que fez nas instalações do prédio do Seminário ele também intermediou “[...] as boas relações da Instituição com o Mackenzie” (MATOS, 2004, p.243).

No ano de 1902, para usufruir das férias regulamentares a que tinha direito, ele embarcou para os EUA. Lá, Gammon recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Teologia,

³⁰ Willye Gammon, conhecida pelos brasileiros como Dona Guilhermina, nasceu no Estado da Virgínia, EUA, em 23 de março 1865. Formou-se na Escola Normal da Virgínia. Foi diretora do Instituto Evangélico, além de lecionar várias disciplinas foi professora de Geografia do Ginásio de Lavras (VIDA ESCOLAR - BOLETIM QUINZENAL DO GRUPO ESCOLAR DE LAVRAS, ANO II, 1908, Nº 27).

no King College. Mesmo em férias, cuidou de trabalhar a favor da missão no Brasil, conforme alude Clara Gammon (2003). Para ela, ele era um homem inquieto, pois mesmo estando de férias procurou buscar apoio para os seus projetos. Logo, “a Junta das Missões aprovou seu relatório sobre a situação em Campinas e lhe deu autorização para levar a efeito o projeto das escolas, tanto naquela cidade como em Lavras” (GAMMON, 2003, p.95).

Depois de dois anos ausente de Lavras, Gammon retornou para a cidade. Ao chegar no sul de Minas, mais precisamente na cidade de Ribeirão Vermelho, ele foi calorosamente recebido por muitas pessoas na estação de trem. Aqui, nota-se, de acordo as palavras de Clara Gammon, que pode-se dizer que foi uma “[...] verdadeira consagração pública no início de sua carreira de educador, à qual se devotara com entusiasmo, em benefício da educação cristã de centenas de moços e moças” (GAMMON, 2003, p.98). Estando já no seu retorno à Lavras, em 1903 ele formalizou com o aval da missão a aquisição da Chácara, que já era utilizada para funcionamento do colégio, mas como propriedade alugada.

A partir da aquisição da propriedade, as atividades do colégio puderem se expandir. Assim, no dia 02 de fevereiro de 1904, foi inaugurada a escola de rapazes. A inauguração, conforme relato de Clara Gammon, levou um “[...] grande número de pessoas de todas as classes sociais veio à Chácara expressar ao Dr. Gammon sua satisfação pelo acontecimento e lhe oferecer sua solidariedade” (GAMMON, 2003, p.101).

No ano de 1908, a esposa de Gammon, Willye Humphreys Gammon veio a falecer vítima de uma traiçoeira doença. Ela estava nos EUA, para onde tinha ido para fazer tratamento. Willye era chamada pelos brasileiros de Dona Guilhermina. O falecimento de Dona Guilhermina foi anunciado no Boletim Vida Escolar³¹ do dia 01 de agosto de 1908, escrita pelo Diretor do Grupo Escolar de Lavras e professor do colégio, Firmino Costa. Assim, a notícia foi dada:

Recebemos carta do Sr. Dr. Samuel Gammon, director do Gymnasio de Lavras, comunicando nos haver fallecido nos Estados Unidos em 21 de junho findo, ás onze horas da manhan, sua digna esposa, a exm^a. D. Guilhermina Gammon, que ha bem pouco seguira desta cidade para sua terra natal, aonde fôra tratar-se da grave enfermidade, que a levou ao tumulo. Lendo a carta do Sr. Dr. Samuel Gammon, não podemos conter as lagrimas, tanto nos acostumarmos a venerar a ilustre morta, que durante longos annos foi uma das melhores auxiliares de seu esposo no grande trabalho do desenvolvimento da instrucção nesta cidade. Amiga dedicada do Brasil e do trabalho a que ahí consagrou tantos annos de sua vida preciosa, são palavras da referida carta, D. Guilhermina mostrou até o fim vivo interesse em tudo quanto dizia respeito a esse trabalho. Nos últimos dias de vida poucas cousas lhe despertavam animação, mas sempre que se falava em alguma cousa que se prendia ao collegio, ou aos altos interesses de seu trabalho nesta cidade, ella se mostrava desde logo

³¹ Trata-se de um Boletim de iniciativa e de autoria de Firmino Costa, de periodicidade quinzenal, que circulou na cidade de Lavras (MG) entre maio de 1907 a novembro de 1908.

vivamente interessada. Amava o collegio e os alumnos, amava os amigos e o povo de Lavras. Assim nos escreve o Dr. Gammon.

E como não havia D. Guilhermina Gammon de conquistar o apreço e afeição de quantos aqui a conheceram de perto, si ella passou em Lavras quasi quatorze annos de sua existencia no esforço constante e intelligente de instruir e educar, com a palavra e com o exemplo, tantos e tantos conterraneos nossos, que hoje guardam as mais gratas recordações da notavel professora, para quem a arte de ensinar não tinha segredos! Sem esquecer sua patria. D. Guilhermina Gammon ficou pertencendo a Lavras, para cujo progresso trabalhou de modo efficaz e desinteressado, cooperando em muito com seu illustre esposo pelo desenvolvimento extraordinario do Instituto Evangelico, aqui estabelecido. Prestando nossa homenagem á D. Guilhermina Gammon, estamos habilitado a dizer que a instrucção em Lavras perdeu muitissimo, e que difficilmente se poderá preencher bem, no Gymnasio desta cidade e no Instituto Evangelico, a falta de tão eximia professora (VIDA ESCOLAR - BOLETIM QUINZENAL DO GRUPO ESCOLAR DE LAVRAS, ANO II, 1908, N° 27).

De acordo com o texto de Firmino Costa, ficou em destaque o quanto D. Guilhermina Gammon era estimada na cidade Lavras e como se tornou uma pessoa notável, no período que por lá esteve. Meira (2009) corrobora com a assertiva descrevendo que além das atividades que ela exercia no Instituto Evangélico, ela fundou o “Covenanters”. Segundo o autor, o Covenanters tratava-se de uma agremiação que possibilitava a capacitação de candidatos ao ministério.

Dois anos após o falecimento da primeira esposa, Gammon casou-se com a missionária Clara Gennet Moore³². Fruto dessa relação conjugal, o casal teve cinco filhos: a primeira filha chamava-se Alice Gennet Gammon, ela nasceu no dia 27 de Janeiro de 1912; o segundo filho chamava-se Audley Gammon, mais conhecido como Bino, ele nasceu no dia 28 de Agosto de 1913; a terceira filha chamava Willie Humphrey Gammon, conhecida como Billy, nasceu no dia 01 de Julho de 1916; o penúltimo filho era Joseph Moore Gammon, nascido no dia 19 de Maio de 1918; e o último filho chamava-se Richard Rhea Gammon, nascido no dia 15 de Janeiro de 1920 (BEZERRA, 2016, p.72).

Mesmo em meio às ocorrências de mudança na vida pessoal de Gammon, de falecimento da esposa e do novo casamento, a vida da missão teve o seu prosseguimento de forma regular. Nesse sentido, Clara Gammon (2003) relata que o ano de 1909 foi um ano em que Gammon havia dado um passo para frente. Ele havia recebido a visita do inspetor estadual

³² Clara Gennet Moore foi a segunda esposa do missionário Samuel Gammon, ela nasceu em Richmond, Estado da Virgínia, no ano de 1879. A missionária chegou ao Brasil em junho de 1909 acompanhada de sua mãe. Logo, tornou-se professora do Instituto Evangélico. Em 1911 a missionária Clara Gennet Moore e Samuel Gammon oficializaram o casamento. O casal teve cinco filhos. Com a chegada dos filhos Clara Gammon interrompeu o seu trabalho educacional por doze anos, em 1926 ela voltou a lecionar e exerceu a profissão até 1951. No ano de 1959 ela lançou a biografia do marido, Assim Brilha a luz. Clara Gammon faleceu em Lavras no ano de 1971 aos 92 anos de idade (BEZERRA, 2016).

na fazenda modelo³³. A visita do inspetor deixou Gammon bastante animado, pois, o inspetor “[...] pareceu ter ficado muito bem impressionado com o que estava sendo feito” (GAMMON, 2003, p.113). Esse fato, o levou a decidir sobre a expansão do curso agrícola, na aquisição de mais terras. Esse intento foi logrado ao comprar as terras com a ajuda do fazendeiro Sr. José Custódio da Veiga, que era um dos apoiadores do projeto educacional, tendo a autorização da Junta das Missões.

Há que se destacar, com base em Matos (2004), em Clara Gammon (2003) e nos prospectos disponíveis, que a evangelização e o trabalho educacional de Samuel Gammon progrediram na Região Oeste de Minas Gerais em função do perfil itinerante que ele tinha. Ele percorria a região incansavelmente. Matos (2004) destaca que:

Gammon ia pela Estrada de Ferro Oeste de Minas ate Pitangui e depois a cavalo por vários lugares, até as cabeceiras do Rio São Francisco. Além de Cana Verde e Nepomuceno, visitou muitos outros locais, tais como Congonhal, Carrancas, Três Pontas, Perdoes, Campo Belo, Candeias, Formiga, Arcos, Porto Real, Pains, Pimenta, Piumhi e Bambuí, chegando até a Serra da Canastra e Mata da Corda. Era conhecido por toda parte naquela vasta região (MATOS, 2004, p.244).

Ele percorria as cidades, lugarejos e roças, fazendo o trabalho de evangelização e divulgando o projeto educacional da missão em Lavras. Quando não estava atuando na região, ele procurava levantar fundos das igrejas dos EUA para prover o sustento dos missionários e dar continuidade aos projetos educacionais em Lavras. Embora conseguisse desbravar muitas cidades, ele encontrava um tratamento hostil em muitos lugares que chegava. Clara Gammon (2003) descreve que certa vez, Gammon e o amigo Dr. Waddell chegaram em Pitangui e foram procurar um local para passarem a noite. Mas, infelizmente a notícia da presença de protestantes americanos pregando doutrinas falsas já havia se espalhado pela cidade. Por conta dos boatos que foram espalhados, eles tiveram muita dificuldade para conseguir um local onde pudessem descansar. Foi preciso muito discernimento por parte de Samuel Gammon para reverter o tratamento hostil. Sobre a hostilidade que Gammon presenciava nos lugares que percorria, foi possível ter acesso a uma notícia relatando um ataque que Gammon sofrera no Distrito de Porto Real, cidade de Formiga, assim a notícia foi exposta:

³³ A fazenda modelo era um espaço de 60 alqueires de terra de campo, de cultura e de mata. Nessa fazenda os alunos do curso agrícola desenvolviam todas as atividades da vida do fazendeiro. No capítulo 3 desta dissertação a fazenda modelo está descrita de forma detalhada.

Intolerância violenta

Há poucos dias, na sede do districto de Porto Real, município da Formiga, deu-se triste scena de selvageria. Os pastores protestantes, rvms. Samuel Gammon e Lino da Costa, ali tinham chegado para effectuarem conferências religiosas, entre os adeptos de suas doutrias, e em residência particular, mas á noite foram intimados por numerosos grupo de indivíduos com ameaças directas para se retirarem immediatamente. O sr. Gammon que é um cavalheiro distincto e cidadão exemplar, allegou de modo Cortez os direitos que a nossa legislação lhes garantia, e que estavam sendo conculcados, porém tudo foi inútil. Não podendo resistir a tanta violência foram os pastores protestantes forçados a sahirem do logar a pé, de noite, acompanhados pelo grupo que grosseramente os insultava. Brasileiros, que somos, protestamos contra esse acto de inaudita barbárie, brutal e estúpido, que as nossas leis condemnam e que nenhuma religião do mundo aprova. (FOLHA DE LAVRAS, ANNO VIII - 19 DE MAIO DE 1901, NUM. 323).

Clara Gammon (2003) relata que depois desse fato Dr. Gammon não voltou mais em Porto Real. Conforme foi passando o tempo a cidade foi se transformando, e vinte anos depois um morador da cidade escreveu uma carta para Samuel Gammon solicitando uma professora do Instituto Evangélico para atuar na região. Como tal, os fatos que ocorreram no passado não tinham mais importância. Os moradores daquela cidade já aceitavam a doutrina presbiteriana e acolheriam a professora com boa vontade. Mas, infelizmente, naquele momento não havia uma professora disponível para atendê-los.

Em Lavras, os missionários também sofriam perseguição, “o povo simples, instruído pelo vigário, fazia os mais extravagantes juízos acerca dos missionários, inclusive das suas condições físicas: se teriam mesmo pé de cabra ou pé de pato, como se dizia” (GAMMON, 2003, p.57). Existia uma certa vigilância dos padres sobre os fiéis católicos, principalmente sobre os alunos. Rossi (2010) descreve que o Bispo Dom Silvério, que na ocasião era o Bispo de Mariana, escreveu para o Monsenhor Domingos: “[...] em Lavras há necessidade extrema, por causa do colégio protestante, para onde mandam os pais suas filhas, por não terem colégios católicos [...]” (ROSSI, 2010, p.59). No ano de 1900 foi inaugurada uma escola católica para moças, denominada de Colégio Nossa Senhora de Lourdes³⁴. Clara Gammon (2003) cita que os religiosos fizeram verdadeira peregrinação, indo de casa em casa para convencer as famílias para mudarem suas filhas de colégio.

É válido demonstrar, com base em Rossi (2010), que apesar das perseguições e dos conflitos que os missionários vivenciavam, a presença deles foi significativa para a cidade. Essa presença “se caracterizou como um marco na história local exercendo influências, conflitos e admirações muitas vezes acompanhada por um saudosismo ainda presente na cidade, uma

³⁴ O Colégio foi fundado no ano de 1900 na cidade de Lavras. As irmãs, Evangelista da Piedade (superiora), Carmelita do Coração de Jesus, Teresa de Jesus, Dolores do Coração de Jesus e Engrácia do Coração de Maria foram as responsáveis pela fundação do colégio na cidade. Fonte consultada: <http://colegiodelourdes.com.br/>.

presença que não passou despercebida” (ROSSI, 2010, p.59). Outro fato que também favoreceu a presença e a atuação dos presbiterianos, foi o apoio da maçonaria. Os maçons consentiam dos mesmos ideais de democracia que os presbiterianos. Os membros da maçonaria enxergaram no trabalho educacional dos presbiterianos uma forma de fortalecer as ideias sobre a democracia.

O sucesso de todo trabalho desenvolvido contava com as campanhas que Gammon fazia nos EUA para a arrecadação de recursos financeiros para a manutenção e ampliação dos trabalhos. Haja a vista que no ano 1913 ele foi convocado para ir ao EUA para participar junto com as igrejas presbiterianas de uma intensa campanha para conseguir aporte financeiro para financiar as missões de países como o Brasil, Japão e China.

O sucesso incluía também os convites que Gammon recebia para representar a missão e divulgar os trabalhos bem-sucedidos desenvolvidos por ele. Como exemplo, vale citar que no ano de 1916 ele foi convidado para representar a obra educacional presbiteriana do Brasil no Congresso da Obra Cristã na América Latina, no Panamá. Diante do convite Gammon não se fez de logrado, “[...] pensou nesse grande privilégio, considerou suas possibilidades de ir e os recursos necessários para a viagem. Quanto à sua substituição na escola, não havia maior dificuldade, porque a reunião se daria durante o período de férias” (GAMMON, 2003, p.158). Ele viajou para o Panamá acompanhado dos Reverendos.: Hugh Clarence Tucker, que era secretário da Sociedade Bíblica Americana; Erasmo Braga, era pastor e professor do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas; Álvaro Reis, era pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro; Eduardo Carlos Pereira, pastor da Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo. Segundo Clara Gammon (2003), Samuel Gammon escreveu em seu diário que as conclusões do Congresso que mais o impressionaram foram: primeiro, “a grandeza da tarefa; segundo, a necessidade da união de esforços; terceiro, a necessidade de apresentar o apelo do evangelho às classes cultas; quarto, a importância da liderança nacional” (GAMMON, 2003, p.159).

Os anos se passaram e a saúde do missionário e educador foi se debilitando, até que no final de janeiro de 1928, teve que, juntamente com sua esposa, viajar para São Paulo, com vistas ao tratamento de sua saúde. Chegando lá, ele foi diagnosticado com câncer, conforme relato de Clara Gammon: “uma radiografia revelou toda a extensão do mal. A operação realizada foi apenas exploratória. Nada mais podia ser feito. Parecia impossível, ele que sempre aparentava ser tão forte”! (GAMMON, 2003, p.185). Gammon e a esposa passaram algum tempo em São Paulo para o tratamento da doença. Posteriormente, eles foram para o Rio de Janeiro para que ele pudesse fazer um tratamento inovador que seria realizado pelo Dr. Felinto Coimbra do Hospital Evangélico. Após uma série de tratamentos, passou a apresentar melhoras do quadro, podendo enfim, retornar para Lavras. No seu retorno ocorreu algo bem inusitado! A Diretoria

do Instituto Evangélico havia tomado a decisão de mudar o nome do instituto para Instituto Gammon. Sabendo dessa proposição reagiu, conforme relatado por Clara Gammon, no qual disse que o esposo se viu muito “sensibilizado com a delicadeza da lembrança, mas advertiu: “É muito arriscado dar o nome de uma pessoa, enquanto viva, a uma instituição” (GAMMON, 2003, p.186 e187).

Clara Gammon (2003) descreveu que após o período de um mês ela e o marido retornaram para o Rio de Janeiro para que ele voltasse a fazer tratamento. Assim, após a alta do hospital, Clara Gammon e Samuel Gammon foram convidados pelo casal de metodistas Paul Buyners e esposa para que ficassem hospedados em sua residência. Na sequência, as missionárias Miss Hyde e Miss Mathis convidaram o casal Gammon para ficarem hospedados durante as férias daquele semestre no Colégio Bennett, localizado no Flamengo. Matos (2004) detalha que durante a permanência de Gammon no Rio de Janeiro, ele teve a oportunidade de ouvir um grande missionário da Índia, o missionário Stanley Jones, que teve Erasmo Braga como intérprete. Gammon solicitou à sua esposa que retornassem para Lavras. Então, o Dr. Lisânias de Cerqueira Leite, que era diretor da Central do Brasil ofereceu ao casal seu carro oficial para levá-los até Barra Mansa, e à Estrada de Ferro Oeste Minas. Gammon já estava bastante fragilizado. Na madrugada do dia 04 de julho, dia que é comemorada a independência dos EUA, ele veio a falecer em um desvio da Estrada de Ferro, em Barra Mansa. Os moradores de Lavras ao receberem a infeliz notícia foram até à estação para aguardar a chegada daquele que havia deixado sua missão. A partir daquele momento, a cidade passou a estar de luto. No dia do seu enterro, os estabelecimentos comerciais fecharam as portas e uma grande multidão acompanhou o cortejo até o cemitério. No dia 08 de julho de 1928 o jornal a Tribuna de Lavras fez a seguinte declaração:

Dr. Samuel R. Gammon

Lavras recebeu a quatro do corrente a dolorosa notícia de que na manhã daquelle dia fallecera em Barra Mansa o dr. Samuel R. Gammon. (...) O dr. Gammon teve o privilegio de se dedicar a duas cruzadas, das mais nobres a que se pode votar um espírito em beneficio da humanidade: evangelizar e educar; porque, qualquer que seja o nosso conceito dos princípios religiosos que alguém proclame, não podemos furtarnos á admiração por essa pessoa se nella descobrimos a sinceridade de um apostolo e se os seus actos, pautados segundo o modelo de vida que ella nos apresenta, contribuem de alguma forma para o melhoramento social. Era assim o grande morto; extremamente leal aos princípios que professou, elle foi um luctador dedicado e incessante pela causa que abraçara e sua vida, de intensa actuação em beneficio da sociedade, reflectia a pureza dos quaes defendia. Labutando no campo da instrucção, o Dr. Gammon se tornou um dos factores da grandeza de Lavras. Não há mister mais elevado nem mais difficil do que do que educar aquelles que se dedicam á educação do povo são sem duvida os mais efficientes collaboradores do progresso e os mais legítimos heroes da humanidade (...) Há vinte e oito anos elle aqui fundava o Instituto Evangélico, que tem sido um dos principaes factores do desenvolvimento da cidade!

(...) Abençoado trabalho o desse obreiro da civilização, o Dr. Gammon, que sabe honrar a grande pátria de Horacio Mann.” A instrução, em vários graus e modalidade, é o maior título da glória de Lavras, que sob esse aspecto não teme confronto com as mais prosperas cidades do Estado; aos forasteiros que nos visitam, apresentamos sempre as nossas escolas, que falam eloqüentemente do grau de cultura da cidade e demonstram o empenho dos lavrenses em promover a educação do povo, base de todo progresso. Entre os campeões da obra educativa em Lavras, Dr. o Gammon se destaca como o fundador e director do nosso mais desenvolvido estabelecimento de ensino, o Instituto Evangélico, Fundada em 1892, esta instituição teve um crescimento constante e encontra-se hoje optimamente aparelhada, com um conjunto de escolas, em que o ensino se ministra em varias modalidades: o Gymnasio de Lavras, compreendendo dois cursos: o primário e o preparatório; o Curso Commercial; a Escola Agrícola; o Collegio Carlota kemper. A influência dessa instituição de ensino não se limita a esta cidade, mas estende se também a municípios vizinhos, Varginha e C. Belo, onde se fundaram escolas que obedecem á mesmo orientação do Instituto Evangélico (TRIBUNA DO POVO, Lavras, ANO VII NUM. 354, 8 de julho de 1928).

O texto exposto no jornal transmitiu aos leitores daquela época, que independente dos conceitos sobre os princípios religiosos, era preciso considerar que aquele homem era digno de todo o respeito e admiração pelo trabalho missionário e educacional que fez na Região Sul de Minas Gerais. O texto ainda descreveu que Gammon foi um grande precursor do progresso e do desenvolvimento educacional na cidade de Lavras. No ano de 1933, exatamente no dia 04 de julho, foi inaugurada uma herma de Samuel Gammon na praça Dr. Augusto Silva que fica em frente ao Colégio Carlota Kemper.

Figura 3. Foto de Samuel Gammon exposta no Instituto Pró-Memória Gammon.

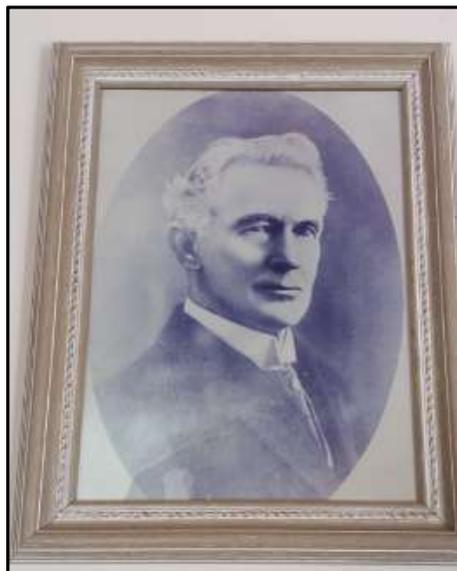


Foto tirada pela autora da dissertação (2018).

Fonte: Acervo do Instituto Pró-Memória Gammon.

Figura 4. Herma de Samuel Gammon localizada no campus histórico da UFLA³⁵.



Fonte: <http://dalvasueli.com.br>.

³⁵ No campus histórico da UFLA encontra-se uma segunda herma de Samuel Gammon. A herma foi inaugurada no ano de 1965, quando completou o centenário do fundador da Escola Agrícola. A ideia para a construção da herma foi dada pelo professor Alysson Pallinelli que propôs que a herma fosse posicionada nos jardins da Escola Agrícola, como forma de homenagear o fundador (HISTÓRIA DA PRAÇA DO CAMPUS HISTÓRICO DA UFLA, 2011, p.37).

O prospecto do Instituto Gammon do ano de 1933, descreve que Samuel Gammon era o homem adequado para aquela obra. O prospecto narra que ele era provido de um esbelto físico, grande saúde, atribuições intelectuais e um homem disciplinado. Há que se destacar, de acordo com o texto do prospecto que:

Gammon possuía três qualidades a mais que muito o ajudavam – lealdade, espiritualidade e capacidade inexgotável de trabalho. [...] O Dr. Gammon possuía verdadeiras qualidades de estadista e diplomata. Era um homem talhado para ser bem sucedido em qualquer carreira. Cavalheiro perfeito, orador sacro e público, ministro evangélico, educador, trabalhador infatigável – a sua contribuição para o desenvolvimento de Lavras, de Minas e do Paiz foi verdadeiramente notável. [...] Numa palavra: sendo norte-americano pela origem e pelo sangue, tornou-se duas vezes brasileiro; brasileiro pelo coração, brasileiro por essa imensa obra de amor à terra e ao povo desta grande Nação, que viveu sempre nos seus cuidados e nobres ideias (INSTITUTO GAMMON, 1933, p.24 - 25).

Samuel Gammon além de todas as características apresentadas na citação era também um homem com um conhecimento interdisciplinar. Ele tinha muita facilidade em dialogar sobre as diferentes áreas do saber. Era visionário e atuava com muita dedicação na missão evangélica. Após muito trabalho em Lavras conquistou o prestígio dos lavrenses. Sabe-se, que ele era um homem diplomático e bem relacionado com os notáveis da época. Fato que contribui para que muitos projetos educacionais fossem colocados em prática.

1.5. Benjamin Harris Hunnicutt: O instalador da Escola Agrícola de Lavras

Firme no propósito de dar início aos trabalhos de criação da Escola Agrícola, Samuel Gammon solicitou ao missionário Augusto Shaw³⁶ a vinda de um agrônomo dos Estados Unidos da América para o Brasil para colaborar na empreitada. Ele envia uma carta dizendo: “arranje-me um moço para ensinar agricultura, pois quero fundar uma escola agrícola” (DIAS, 2009, p.30 *apud* REZENDE, 2017, p.45). Logo, “Shaw por sua vez pede ao Student Volunteer Movement de Nova York, que pudesse indicar alguém que preenchesse esses requisitos” (REZENDE, 2017, p.45). A solicitação de Gammon foi atendida, sendo enviado para o Brasil o jovem agrônomo Benjamin Harris Hunnicutt.

³⁶ Augustus Shaw nasceu no dia 31 de dezembro de 1865 em Clayville, Nova York. No ano de 1892 graduou-se Bacharel em Artes pela Universidade de Yale. Posteriormente, recebeu o grau de Mestre em Artes. Shaw, como era conhecido, foi para São Paulo no ano de 1894 para lecionar no Mackenzie College. Ele casou-se com Adele Vanorden e tiveram dois filhos. Em 1904, por questões de saúde, ele a esposa e os filhos retornaram para os EUA. No ano de 1907 Shaw e a família vieram para Lavras. Assim, ele lecionou várias disciplinas no Instituto Evangélico e foi diretor algumas vezes. Shaw faleceu em 1939 nos EUA (MATOS, 2004, p.490).

Bezerra (2016) relata que no dia 17 de novembro de 1907, Benjamin Hunnicutt aos 21 anos de idade, embarcou em Atlanta, Estado norte-americano da Geórgia para Nova York, com destino às terras brasileiras. Ele chegou em Nova York e alguns dias depois embarcou rumo ao Brasil, chegando no Rio de Janeiro na semana do natal. Da cidade do Rio de Janeiro, Benjamin Hunnicutt viajou até Lavras. Ele enfrentou inúmeras dificuldades durante o trajeto por não saber falar a língua portuguesa. Chegando em Lavras, ele começou a estudar o idioma com um professor particular, chegando a dedicar cinco horas de estudo por dia. Vale informar que Hunnicutt não era presbiteriano e sim metodista, e isso não causou impedimento para sua aprovação pelo Comitê das Missões.

Benjamin Harris Hunnicutt nasceu no dia 25 de setembro de 1886 num pequeno lugarejo chamado Turim, no interior do Estado da Geórgia, EUA. Formou-se no ano de 1905 em Ciências Agrícolas no Mississippi State College. Em 1913 ele recebeu o grau de Mestre em Ciências Agrícolas na Universidade da Geórgia. Ele era neto e filho de agricultores. É interessante dizer que a bisavó dele era dona da fazenda “Tara”. Essa fazenda foi cenário do filme “E o Vento Levou”, lançado no dia 15 de dezembro de 1939 em Atlanta, EUA. (LAVRAS-CULTURA, 1996).

Clara Gammon (2013) descreve em sua biografia a chegada de Benjamin Hunnicutt da seguinte maneira: “no fim do ano chegou outro obreiro. Era também resposta a muitas e ferventes orações. [...] Com a vinda do Dr. Benjamin Harris Hunnicutt, um jovem que possuía os requisitos técnicos para a execução do plano, o sonho tomava uma forma concreta”. (GAMMON, 2013, p.109).

Alguns anos depois, o próprio Hunnicutt³⁷, em entrevista dada ao jornal O Agrário, no ano de 1958, conta a história da sua vinda. Ele descreveu com detalhes como aconteceu a solicitação de Samuel Gammon:

[...] no começo deste século o Dr. Samuel Rhea Gammon dirigia o Instituto Evangélico de Lavras e viajava a cavalo por toda parte, nos seus trabalhos de evangelização. Ele visitava um sem número de fazendas de amigos. Nessas visitas, o que lhe impressionava mais eram os problemas, tanto de agricultura como de criação de gado. Percebeu, então, que deveria aos filhos desses agricultores uma oportunidade de estudar Agricultura. Esperava, naquela ocasião o Professor Augusto Shaw, que deveria vir dos Estados unidos para cooperar com ele como professor do Instituto. Imediatamente escreveu ao professor Shaw: "Arranja-me um moco para ensinar

³⁷ Em 1909 Benjamin Hunnicutt casou-se com Gladys Allyn, que veio a falecer em 1914. No ano seguinte, casou-se com a professora Nannie Hall Kolb, que também faleceu em 1955. Tempos depois, Benjamin casou-se pela terceira vez com Izzie Kolb, que era sua cunhada. Ele teve sete filhos, sendo que dois estudaram Agronomia na Escola Agrícola de Lavras. O filho Benjamin Harris Hunnicutt Júnior formou na turma de 1937 e o filho Wilbur Kolb Hunnicutt formou na turma de 1944 (BEZERRA, 2016; ROSSI, 2010).

Agricultura, pois quero fundar uma Escola Agrícola ". O Professor Shaw, por sua vez, escreveu ao Students Volunter Moviment, procurando saber se não havia ali um agrônomo que quisesse vir ao Brasil, cooperar com o Dr. Gammon no seu ideal de fundar a Escola. Ai e que entro na questão. Eu tinha me oferecido para fazer um trabalho em qualquer parte do mundo, dano preferência a Índia. Quando recebi a carta do Prof. Shaw, respondi afirmativamente. Dali algumas semanas recebi a carta do Dr. Gammon, convidando-me para colaborar com ele. Era a origem; era o marco inicial da história da Escola de Agronomia de Lavras (BENJAMIN HARRIS HUNNICUTT. Entrevista O Agrário anno XII, N°52, set. 1958 *apud* ROSSI, 2010, p.69).

Como forma de fazer ver o empreendimento da Escola Agrícola florescer, no mês de maio de 1908, Benjamim Hunnicutt e Samuel Gammon viajaram aos EUA para trazer recursos materiais para a Escola Agrícola. Nessa viagem, eles importaram suínos e gados de raça. Essa importação teve a anuência do Presidente de Minas Gerais João Pinheiro e do Presidente do Brasil Affonso Penna (LAVRAS-CULTURA, 1996).

Hunnicutt dirigiu a Escola Agrícola do ano de 1908 até o ano de 1926 . No ano de 1927 ele fez uma pausa nas atividades da Escola e foi para os EUA de férias, retornando em 1929 para a Escola Agrícola. Já nos anos de 1931 e 1932 ele foi cedido à Junta de Missões de Nova York da igreja do norte (PCUSA) para trabalhar como Secretário Executivo da Décima Primeira Convenção Mundial de Escolas Dominicais que iria ocorrer no Rio de Janeiro. No ano de 1933 ele retornou para o Instituto Gammon e ocupou o cargo de Reitor da instituição. Mas, após um ano de Reitoria do Instituto Gammon ele foi transferido para atuar como Presidente do Mackenzie College, do qual foi Presidente por 18 anos (REZENDE, 2017).

No álbum comemorativo do 89º aniversário do Instituto Gammon e cinquentenário da Escola Agrícola de Lavras, que tivemos acesso, traz uma reportagem sobre o cinquentenário da Escola Agrícola. Nessa reportagem o Engenheiro Agrícola Garibaldi Dantas descreve uma homenagem ao Benjamin Hunnicutt. Assim o texto diz:

Com vinte anos de idade, desembarcava no Rio de Janeiro. Não falava uma palavra de português. Mas, trazia uma missão no coração, de certo modo, uma obra de quase pioneirismo: a de, sob o manto da fé e da religião, levantar em nossa Pátria, uma Escola de Agricultura. Benjamin Hunnicutt vinha com ideias novas, as ideias que teriam de frutificar, como as boas sementes lançadas, na época certa, à terra bem arroteada. Vinha para ajudar o Brasil a acordar e a vencer o bacharelismo, que ainda o dominava, a olhar para a terra, com carinho e técnica, porque da terra é que tudo sai. A plasmar uma agricultura moderna, baseada em novas concepções agronômicas, a agricultura que ele começou a ensinar, e de que, pouco tempo depois, fomos, nós os da classe de 1919, dos primeiros beneficiados. [...] Se fosse retratista e tivesse de pintar, à moderna, Benjamin Hunnicutt, eu o faria, como sempre o vi, e sempre vejo, com as mãos sob a Bíblia, que é a sua fé e a sua vida interior, e, de cada lado do quadro, uma linda espiga de milho e um belo Duroc Jersey. O milho, não foi ele quem trouxe para o Brasil. Os nossos índios já o conheciam. Mas, foi ele quem deu nova feição econômica a essa lavoura privilegiada de nossa terra. Foi ele quem organizou

as primeiras Exposições Nacionais de Milho³⁸. Quem começou a ensinar-lhe o valor alimentar. A torná-lo mais procurado. O que o país lhe deve, só por isso, pelo que fez pelo milho, já bastava para consagrá-lo à estima nacional. Mas cabe-lhe, ainda, a glória de ter introduzido o “Duroc Jersey” em nosso meio. Milho e porco precioso binômio econômico. [...] A capacidade de ação de Benjamin Hunnicutt foi sempre admirável. [...] Essas foram as palavras dirigidas ao homenageado pelo Dr. Garibaldi Dantas (ÁLBUM COMEMORATIVO DO 89º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO GAMMON E CINQUENTENÁRIO DA ESAL, 1958, p. 11-12).

Na reportagem, encontramos que, após as homenagens que Benjamin Hunnicutt recebeu da Escola Agrícola, foi concedido a ele pela Câmara Municipal de Lavras o título de Cidadão Lavrense. Seu nome também consta em ruas de Lavras, São Paulo, Guarulhos e Campos do Jordão. Na Universidade Presbiteriana Mackenzie também existe um prédio com o seu nome. Dentre as várias homenagens que ele recebeu é válido relatar a Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, maior condecoração dada a um estrangeiro (REZENDE, 2017).

Figura 5. Benjamin Harris Hunnicutt na comemoração do Cinquentenário da ESAL.



Acervo do Instituto Pró-Memória Gammon.

Fonte: Álbum comemorativo do 89º do Instituto Gammon e Cinquentenário da ESAL.

³⁸ Vale ressaltar que Benjamin Hunnicutt foi o principal incentivador da cultura do milho no Brasil. Logo, é atribuída a ele a organização das Exposições Nacionais sobre este cereal. Benjamin Hunnicutt também organizou em Lavras, no ano de 1922, a 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Lavras, que foi a pioneira no Estado de Minas Gerais.

Conforme informa Bezerra (2016), Benjamin Hunnicutt faleceu em São Paulo no dia 26 de janeiro de 1962, aos 76 anos de idade, vítima de um câncer. No ano de 1969 foi inaugurada uma herma de Benjamin Hunnicutt na praça da Escola Agrícola de Lavras.

Figura 6. Herma de Benjamin Hunnicutt localizada no campus histórico da UFLA.



Acervo do Instituto Pró-Memória Gammon.

Fonte: Cinquentenário da ESAL .

CAPÍTULO 2. ECONOMIA, TRABALHO E ENSINO AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS: DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo da dissertação é contextualizar como ocorreu a educação do trabalhador do campo durante o início do século XX. Como ponto de partida, expomos o cenário da economia mineira, essencialmente a agrícola, que passava por uma crise econômica no final do século XIX. Crise esta, que foi amplamente exposta no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, convocado pelo Presidente de Minas Gerais, Francisco Antônio Sales e presidido por João Pinheiro. Diante das discussões que ocorreram no Congresso, surgiram preocupações com o ensino agrícola, que teria como objetivo principal profissionalizar o trabalhador do campo. Na sequência, apresentamos as várias leis e decretos que foram promulgados entre os anos de 1906 e 1911, que tratam sobre a criação e a regulamentação de instituições de ensino agrícola no Estado, tais como: Institutos Agrônômicos, Institutos Zootécnicos, Institutos Agrícolas e Fazendas-modelo. Com destaque para as Fazendas-modelo: Gameleira (Belo Horizonte), Fábrica (Serro), Retiro do Recreio (Santa Bárbara), Diniz (Itapecerica), Aiuruoca (Aiuruoca) e Bairro Alto (Campanha).

Utilizamos como fonte, a legislação do Estado de Minas Gerais que foi produzida nos primeiros anos do século XX, bem como alguns textos dos anais do Congresso de 1878 e do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Como embasamento, utilizamos com mais frequência os trabalhos dos autores: Carolina Mostaro Silva (2016), Daniela Pereira Versieux (2010), Vinícius de Azevedo Machado (2010) e Maria Auxiliadora Faria (1992). Os respectivos trabalhos, se mostraram mais apropriados para um diálogo acerca das condições do ensino profissional agrícola no recorte temporal que foi destacado para a pesquisa.

2.1. A economia em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX

A era econômica da província de Minas Gerais iniciou no final do século XVII com a descoberta do ouro, que foi realizada pelas bandeiras paulistas que andavam desbravando as terras da colônia a procura de índios que eram destinados ao cativo. Por volta do ano de 1696, foram realizadas as primeiras descobertas de importância de ouro na Região Central da província de Minas Gerais, onde atualmente encontra-se a cidade de Ouro Preto. A descoberta do metal precioso motivou a vinda de muitos exploradores para a província. É conhecido o fato

de que, “de Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil” (FURTADO, 2007, p.118). Segundo o autor Celso Furtado,

não se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou com direção ao Brasil no decorrer do século XVII. Sabe-se, porém, que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório. Se tem em conta as condições de estagnação econômica que prevaleciam em Portugal - particularmente na primeira metade do século XVIII, quando se desorganizaram suas poucas manufaturas, para que a emigração suscitasse uma forte reação evidentemente deveria alcançar grandes proporções. Com efeito, tudo indica que a população colonial de origem europeia decuplicou no decorrer do século da mineração (FURTADO, 2007, p.119).

A transformação econômica que estava ocorrendo na província de Minas Gerais, motivou a migração de muitos europeus para a colônia. Muitas pessoas que não dispunham de recursos financeiros vinham para explorar o ouro de aluvião, que era localizado no fundo dos rios. Com a vinda dos imigrantes para a colônia, os pequenos comerciantes e outros estabelecimentos acabavam favorecidos pela economia aurífera. Mas, segundo historiadores, Portugal saiu em vantagem, pois foi quem mais lucrou com a exploração de ouro e diamante.

De acordo com Caio Prado Júnior (1974), a mineração foi comandada desde as primeiras explorações a um sistema de rigor e disciplina. A exploração do ouro era exercida de forma livre, “[...] embora submetida a uma fiscalização estreita, e a coroa reservava-se, como tributo, a quinta parte de todo o ouro extraído” (PRADO JÚNIOR, 1974, p.57). O autor descreve que para gerir a exploração do ouro, fiscalizar e cobrar o tributo (estabelecido como o quinto), organizava-se uma administração especial, denominada intendência de Minas³⁹, que ficava sob o controle de um superintendente.

Quando ocorria a descoberta de alguma jazida,

[...] era obrigatoriamente e sob penas severas comunicado à intendência da capitania em que se fizera. Os funcionários competentes (guardas-mores) se transportavam então ao local, faziam a demarcação dos terrenos auríferos, e em dia e hora marcados e previamente anunciados, realizava-se entre os mineradores presentes. Qualquer pessoa podia comparecer e participar da distribuição, mas não se aceitava representação de terceiros. A distribuição se fazia por sorte e proporcionalmente ao número de escravos com que cada pretendente se apresentava; mas antes desta distribuição geral, o descobridor da jazida tinha direito de escolher livremente sua data

³⁹ Em cada capitania que houvesse presença de atividade de mineração de ouro, seriam organizadas intendências que não dependiam de governadores ou de qualquer outra autoridade da colônia. As intendências eram constituídas pelo superintendente, pelo guarda-mor e outros auxiliares, e todos eram subordinadas diretamente à Coroa Portuguesa (PRADO JÚNIOR, 1974, p.57).

(era o nome dado às propriedades mineradoras); e depois dele, a Fazenda Real também reservava uma para si (PRADO JÚNIOR, 1974, p.57).

No que se refere ao modo de organização e funcionamento das jazidas, Caio Prado Júnior descreve que existiam dois tipos de organização. O primeiro tipo de organização, o das lavras, eram denominados “[...] estabelecimentos de algum vulto, dispendo de aparelhamento especializado, e onde sob direção única e trabalhando em conjunto, [reuniam] vários trabalhadores” (PRADO JÚNIOR, 1974, p.59). O autor relata que a mão de obra que atuava nas lavras era composta por escravos africanos, já que o trabalho livre era atípico naquele período. O outro tipo de organização que se formou para explorar as jazidas era formado pelos faiscaidores, indivíduos que realizavam pequenas extrações do ouro utilizando poucos instrumentos. Eram denominados itinerantes, reuniam-se em grupos em locais específicos, no entanto, trabalhavam de forma autônoma e isoladamente. Para Caio Prado Júnior,

parte deles é de condição livre, colhendo o ouro por conta própria; outros são escravos aos quais os senhores fixam uma certa medida de ouro que devem entregar, guardando o excesso com que proveem à sua manutenção e resgatam sua liberdade quando muito felizes em seus achados. Em maior ou menor proporção, esta atividade de faiscaidores sempre existiu na mineração aurífera da colônia (PRADO JÚNIOR, 1974, p.60).

Segundo Roberto Borges Martins (1980), a exportação de ouro cresceu e alcançou o seu ápice em torno do ano de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras, com uma produção que atingira uma média anual de 10.036 quilos. Ainda segundo o autor, os anos compreendidos entre 1750 e 1760 constituíram o auge da economia mineira, na qual a exportação se sustentou em torno de 2 milhões de libras. Entretanto, no período de 1801 a 1820, o cenário econômico da província retrocede drasticamente, em que a produção de ouro alcança apenas 1.883 quilos por ano. Com o declínio da produção do ouro, a população das zonas mineradoras migrara para a zona rural, onde passaram a viver da agricultura e da pecuária. Contudo,

as lavras em operação em 1814 eram, apenas, pálidas sombras do que tinham sido poucas décadas antes. O número médio de escravos por lavra era 12,6 e a vasta maioria empregava menos que a média: dois terços das lavras tinham dez escravos ou menos; apenas uma a famosa mina de Morro Velho em Congonhas do Sabará, tinha mais de cem. Na maioria dessas empresas os escravos eram apenas parcialmente empregados na mineração, dedicando vários meses por ano ao cultivo de gêneros de subsistência. A produtividade média por trabalhador (livre ou escravo) era de 59,3 gramas de ouro por ano e, em 76 por cento das lavras estava abaixo de 70 gramas, menos portanto que a produtividade média dos faiscaidores do mesmo período (MARTINS, 1980, p.7).

A queda na exploração do ouro resultou de várias circunstâncias, uma delas é de que o ouro estava escasso nas jazidas. O ouro encontrado era em grande parte um ouro de aluvião, ou seja, era encontrado nos barrancos das margens dos rios e no leito dos rios. Nesses locais, a exploração ocorria utilizando técnicas rudimentares com a utilização de poucos equipamentos como: bateia, vasilha para transportar o cascalho, peneira de madeira e enxada. Prado Júnior (1974) aponta que durante o tempo em que o ouro explorado era do tipo aluvião, não houve dificuldade para explorar o metal. Porém, “[...] quando foi preciso aprofundar a pesquisa, entranhar-se no solo, a capacidade dos mineradores fracassou; tanto por falta de recursos como de conhecimentos técnicos” (PRADO JÚNIOR, 1974, p.61). Ainda sobre a decadência da mineração, Prado Júnior relata que:

Quanto às deficiências técnicas, é preciso lançar a culpa principal sobre a administração pública, que manteve a colônia num isolamento completo; e não tendo organizado aqui nenhum sistema eficiente de educação, por mais rudimentar que fosse, tornou inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico relativo às suas atividades (PRADO JÚNIOR, 1974, p.61).

Por conta da escassez do ouro do tipo aluvião, era necessário que ocorressem trabalhos de exploração para encontrar jazidas posicionadas nas profundezas das rochas. Ocorre, que esse trabalho mais minucioso, com o uso de técnicas e conhecimentos sobre a forma de explorar profundezas, era impraticável para os mineradores daquela época. Assim, para que ocorressem as explorações do metal das rochas matrizes, era indispensável aporte financeiro e “[...] rigorosos conhecimentos de geologia, química, física, engenharia, o emprego de mão-de-obra especializada (em geral estrangeira) e diversificada instalações” (SOUZA, 2009, p.53).

No mesmo período que ocorreu a exploração do ouro, explorava-se diamantes, sendo o Brasil o primeiro grande produtor. O Brasil obteve o monopólio da produção do mineral durante o século XVIII, levando vantagem sobre a Índia. Os diamantes foram encontrados na região que foi denominada de Distrito Diamantino, região que abrange a cidade de Diamantina (MARTINS, 1980; PRADO JÚNIOR, 1974). Assim como a exploração do ouro, a exploração de diamantes também sofreu com o processo de decadência. De acordo com Caio Prado Júnior (1974) houve depreciação das pedras por conta da grande circulação das mesmas no mercado europeu. Segundo ele, “o Governo português tentou impedir a queda dos preços restringindo a produção e a venda; mas seus crônicos apertos financeiros obrigavam-no frequentemente a abrir mão das restrições e lançar inoportunamente no mercado grandes quantidades de pedras” (PRADO JÚNIOR, 1974, p.63). Por outro lado, Martins (1980) também descreve que durante o século XIX a exploração de diamantes passou por grandes transformações. O monopólio do

Governo português cedeu lugar para um modo de exploração livre estimulando o crescimento da produção. Mas, de acordo com o autor, o “[...] boom diamantino foi, entretanto, extremamente curto e localizado. As descobertas na África do Sul saturaram o mercado internacional, expelindo a maioria dos produtores brasileiros” (MARTINS, 1980, p.9).

Rafael de Freitas e Souza (2009) e Martins (1980) descrevem que logo após a independência do Brasil, empresas inglesas ingressaram no setor da exploração ocasionando muitas modificações para a mineração. Em 1824, a empresa Imperial Brazilian Mining Company iniciou suas operações na mina de Gongo Sôco em Santa Bárbara. Ela foi a primeira companhia inglesa a iniciar atividades de exploração nas jazidas auríferas de Minas Gerais. Cinco anos após a instalação da primeira companhia inglesa, surge o Decreto Imperial de 27 de janeiro de 1829 (Anexo D, n. 34)⁴⁰, que permitia a associação de estrangeiros e brasileiros para explorarem as terras brasileiras. No período entre 1824 a 1898, dezoito companhias inglesas estabeleceram suas atividades em Minas Gerais. Segundo Souza (2009), “assim, as minas inglesas se transformaram em ilhas de modernidade inseridas num oceano agrícola-manufatureiro das Minas Gerais oitocentista. Modernas, mas que se serviam do trabalho escravo enquanto foi possível [...]” (SOUZA, 2009, p.60). Martins (1980) destaca que mesmo com o estabelecimento das companhias inglesas em Minas Gerais, a região não poderia mais ser conceituada uma economia mineradora. Na visão do autor, a instalação dessas companhias não modificou o cenário de decadência da mineração. Assim, ele afirmou que “a produção média anual de ouro em Minas Gerais caiu para 1.635 quilos nos anos 1821-1860, crescendo ligeiramente para 2.174 quilos no período 1860-84” (MARTINS, 1980, p.8). Ademais, o autor destaca que boa parte da população já havia migrado dos “centros mineradores” para a zona rural, onde ocupavam-se com o manejo da terra e com a criação do gado. (MARTINS, 1980).

Ainda sobre o contexto da mineração, Anderson Pires (2004) expõe que durante o século XIX, sob o impacto da decadência da exploração de ouro e diamantes, “[...] as principais regiões da província [passaram] por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que [resultou] em uma economia agrária de alimentos [...]” (PIRES, 2004, p.18). A produção de alimentos atendia alguns mercados locais com uma atividade econômica significativa, portanto, com o crescimento econômico muito distante daquele que configurou o século XVIII. Ainda nesse âmbito, Pires (2004) aponta

⁴⁰ DECRETO - 27 de janeiro de 1829 “[...] declara que os súbditos do Imperio não precisam de autorização para emprender a mineração nas terras de sua propriedade por meio de companhias de sócios nacionaes e estrangeiros” (BIBLIOTHECA DA CAMARA-ACTOS DO PODER EXECUTIVO, PARTE II, 1829, p.21).

que mesmo a atividade agrícola sendo a base da economia da Província, Minas Gerais permaneceu limitada economicamente em função da pouca variedade de produtos e dos poucos conhecimentos técnicos sobre o cultivo de gêneros agrícolas. No entanto, nesse mesmo período a Província retoma o crescimento econômico com o cultivo e a exportação do café, um gênero que se tornou o protagonista do século XIX por conta de sua importância comercial.

Martins (1980) descreve que desde o século XVIII já era realizado o cultivo do café na Região Central da Província mineira. O cultivo era realizado em pequenas produções e apenas para o autoconsumo. Mas, o cultivo para fins comerciais se deu nas primeiras décadas do século XIX, destacando a Região da Zona da Mata, uma região coberta pela Mata Atlântica, de vegetação densa, um cenário bem diferente da Região Central de Minas Gerais. O autor destaca que o plantio do café se desenvolveu rapidamente durante a primeira metade do século XIX, mas, “[...] o setor era ainda extremamente pequeno em torno de 1850. [...] A expansão se acelerou muito na segunda metade do século. No período de 1852-1870, o setor cafeeiro de Minas cresceu mais rapidamente que qualquer outra área cafeeira do Brasil” (MARTINS, 1980, p.15).

Tabela 1. Comparativos sobre a produção cafeeira da Zona da Mata Mineira e do Estado de Minas Gerais.

Período	Minas Gerais	Zona da Mata	%
1847/1848	745.381	743.707	99,77
1850/1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

Elaboração própria.

Fonte: Pires, 2004, p.8.

O desenvolvimento da produção cafeeira na Zona da Mata Mineira ocorreu simultaneamente com a Região do Vale do Paraíba Fluminense, onde eram utilizadas as mesmas técnicas para produção e plantio, com predominância da mão-de-obra escrava. Alguns autores descrevem que a Região da Zona da Mata Mineira foi considerada a mais abundante economicamente de Minas Gerais até o início do século XX. A região foi considerada

abundante por apresentar condições favoráveis para o plantio do café. Anderson Pires (2004), Domingos Giroletti (1987), Roberto Borges Martins (1980) e José Heraldo Lima (1977) por exemplo, apontam que até a década de 1920 a região foi referência na produção do café no Estado de Minas Gerais, assegurando no período de 1880 uma proporção de 90% e no ano de 1920, 70% da produção. Apesar da Região da Zona da Mata ter sido destaque na produção do café, Lima (1977) expõe que:

Juntamente com ele eram cultivados a cana, o fumo, o arroz, o feijão e o milho, sendo que alguns deles em escala considerável. Vários municípios já eram grandes exportadores de açúcar, outros de fumo, outros de milho, etc. Na pior das hipóteses e segundo Carlos Prates⁴¹, quase a totalidade deles era capaz de produzir para seu consumo, pelo menos de arroz, feijão e milho; as vezes também a cana e o fumo. A auto-suficiência das fazendas era uma virtude a ser alcançada (LIMA, 1977, p.41).

A demanda do café crescia no mercado exterior e simultaneamente a produção se estendia na Província mineira sendo necessário solucionar a questão do transporte. Essa é uma situação que segundo Lima (1977), “tal como ocorrera no Vale do Paraíba Fluminense e, mais tarde, em São Paulo, ela estaria necessariamente na ferrovia” (LIMA, 1977, p.3). É importante relatar que até 1860 o transporte da produção cafeeira era realizado por tropas de mulas. Era um transporte muito perigoso, tinha um alto custo e demorava muito tempo. A viagem de ida durava aproximadamente cerca de 4 dias de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro. No ano de 1861, ocorreu a inauguração da Rodovia União e Indústria criada por Mariano Procópio Ferreira Lage⁴². A Rodovia ligava a cidade de Juiz de Fora até a cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. O tempo de viagem que antes durava cerca de quatro dias, após a inauguração da estrada passou para nove horas de viagem, favorecendo assim o transporte e a comercialização do café. A rodovia de 144 quilômetros de extensão que ligava Juiz de Fora até Petrópolis foi considerada uma das principais construções da engenharia da época, ocasionando uma verdadeira transformação no sistema de transporte da região. Na cidade de Petrópolis a rodovia se encontrava com a ferrovia Pedro II de onde a produção do café, cargas e passageiros seguiam viagem para o Rio de Janeiro (LIMA, 1977).

⁴¹ Carlos Leopoldo Prates (1864 -1914) nasceu em Montes Claros (MG). Em 1890 graduou-se na EMOP em Engenharia Civil e de Minas. Foi Engenheiro do Estado de Minas Gerais e Inspetor Geral de Terras e Colonização. Em 1907 ele assumiu a Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, recém-criada e organizada por João Pinheiro. Foi professor de Matemática no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (VERSIEUX, 2010).

⁴² Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872) nasceu em Barbacena. Formou-se em Engenharia na Alemanha, foi o fundador da Estrada União e Indústria, foi comerciante e produtor agrícola. Ele foi Diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, das Docas da Alfandega e Presidente do Jockey Club Brasileiro (RJ). Em 1861 ele foi Deputado Provincial. Fonte consultada: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/mapro/.

É importante demonstrar de acordo com Pires (2004) e Lima (1977), que não foi só a Rodovia União e Indústria que protagonizou o desenvolvimento do transporte na Região da Zona da Mata. De acordo com os autores, no final da década de 1860 ocorreu o processo de construção de várias ferrovias. Em função da predominância da produção do café na Região da Zona da Mata, boa parte do ramal férreo foi construído na região contribuindo para o aumento nas exportações do café. No período compreendido entre os anos de 1870 e 1930, o café representou 60% das exportações do território mineiro, atribuído a ele a maior parte dos impostos procedentes das exportações.

Ainda dissertando sobre o contexto da produção cafeeira, o autor John Davis Wirth (1982) afirma que o café era o item de exportação mais dispendioso de Minas Gerais. O café era o pilar da economia, “[...] razão por que duas regiões - o Sul e a Zona da Mata - dominaram a política do Estado na maior parte da República Velha” (WIRTH, 1982, p.81). A Região Sul de Minas Gerais colaborava com a produção de um terço do café, enquanto a Região da Zona da Mata representava o restante da produção. Wirth (1982) assinala algumas características que diferenciavam a forma de produção e a forma de escoamento do café da Zona da Mata e do Sul. O autor descreve que a Zona da Mata produzia um café de classificação inferior, onde existia por parte dos produtores a preocupação de assegurar os valores do café de qualidade inferior. O café da Zona da Mata era exportado através do Rio de Janeiro que cobrava altas taxas de impostos para exportação. Já o café produzido na Região do Sul de Minas era considerado de melhor qualidade. Os produtores tinham a preocupação de progredir no ranking de comercialização e o café da Região Sul era exportado através do porto de Santos, onde os exportadores davam um desconto parcial nos impostos. Segundo Wirth, por conta das desigualdades entre as regiões, “[...] os cafeicultores raramente tinham os mesmos interesses. [...] Os fatores políticos e econômicos produziam um ambiente diverso em Minas, que não se tratava de uma mera réplica do setor cafeeiro paulista” (WIRTH, 1982, p.82).

Wirth (1982) afirma que nos anos de 1891-1896, 1911-1912, 1920-1927, Minas progrediu economicamente, mas, nos anos de 1897-1909, 1929-1937, houve uma estagnação da economia principalmente em função dos preços baixos do café. Mesmo assim a economia em Minas movimentou-se com a diversificação de outros produtos agrícolas. Há que se destacar que “Minas confiava muito no café e lamentava a superdependência nesse quase único produto de exportação. [...] Desistir do café era impensável, embora em termos de mercado mundial, fizesse sentido economicamente” (Wirth, 1982, p.82). Contudo, a partir de 1896 o cenário da produção cafeeira sofre um excesso de oferta na demanda mundial. Diante desse fato, os produtores de Minas atribuíram a situação aos produtores paulistas, acusando-os de cultivarem

em excesso nas terras novas da fronteira. Os produtores mineiros também atribuíam que os preços em queda eram devidos às influências dos intermediários estrangeiros. Esses intermediários negociavam com os estoques que estavam localizados no exterior a fim de obterem vantagem. Esses fatos motivaram debates sobre possíveis soluções para atenuar os impactos econômicos sobre a produção cafeeira. John Wirth percebe ainda que:

Debatia-se intensamente nos estados e no país o que fazer a respeito da crise de superprodução. Promover mais vendas de café no exterior, a solução preferida pelos cafeicultores mineiros, era impraticável tanto por causa do excesso de estoques quanto por causa da relativa inelasticidade do preço da demanda. Limitar suas próprias plantações, além de proibir a exportação de tipos de baixa qualidade foram diretrizes disciplinares do mercado que algumas autoridades do Governo Estadual defenderam com a oposição dos produtores. Estes se deparavam com a ruína, principalmente com a política monetária de contenção do tesouro nacional, elaborada pelo Ministro das Finanças Murinho⁴³ em parte para expulsar os produtores marginais de café (WIRTH, 1982, p.83).

A crise econômica que se apresentava na época acarretou inúmeros debates sobre a situação produzida. Havia o envolvimento e o empenho por parte dos produtores e dos políticos para encontrar um desfecho para a crise, “seja para forçar a restrição da produção, seja para criar meios de aumentar o consumo ou combater as taxas de entrada do café em mercados estrangeiros, demandava-se a interferência dos poderes públicos na comercialização do café” (SILVA, 2016, p.51 e p.52).

Assim, no fim do século XIX e início do século XX os produtores mineiros sofriam com a crise econômica. A crise tinha como protagonista principal a produção cafeeira, que trazia toda uma discussão sobre o atraso das formas de produção. Essa discussão demonstrava o atraso da forma de produção referente a São Paulo, e referente a outros países como Estados Unidos da América, Argentina e França. Diante disso, “os produtores frequentemente apresentavam a imagem de atraso em contraposição a um futuro promissor que caberia a Minas Gerais, no conjunto da União, e ao Brasil, em comparação a outras nações, por suas riquezas naturais” (SILVA, 2016, p.54). Wirth (1982) aponta que diante do cenário de crise, as classes produtoras,

⁴³ Joaquim Duarte Murinho (1848-1911) nasceu em Cuiabá e aos 13 anos de idade foi para o Rio de Janeiro estudar. No Rio de Janeiro ele se formou em Engenharia Civil e posteriormente em Medicina. Murinho, como era mais conhecido, foi Senador por três mandatos (1890-1911) no Mato Grosso. Durante o período de 1896 a 1897, Murinho foi Ministro de Viação, Indústria e Comércio. Durante o Governo de Campos Sales (1898-1902), ele foi Ministro da Fazenda, sendo um dos nomes de destaque do Ministério da Fazenda até hoje. Murinho também foi proprietário do Banco Rio e Mato Grosso e da empresa Mate-Laranjeira. A cidade de Porto Murinho localizada no Estado do Mato Grosso do Sul foi fundada em 1912 em sua homenagem. Fonte consultada: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaio/mataram-o-murinho>.

políticos e burocratas reuniram-se pela primeira vez num congresso que ocorreu em Belo Horizonte no ano de 1903 apoiado pelo Governo de Francisco Salles⁴⁴. Ainda que o café estivesse como tema central das discussões, o objetivo principal do congresso era elaborar uma política econômica para o Estado de Minas Gerais que trouxesse uma solução para as intercorrências econômicas daquele momento, abrangendo assim os demais setores da economia.

2.2. As proposições do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903

No final do ano de 1902, com o objetivo de buscar informações para tomar decisões sobre a situação econômica do Estado de Minas, o então Presidente do Estado Francisco Salles, decidiu ouvir as necessidades dos produtores sugerindo uma reunião da classe produtora em Belo Horizonte. Com o objetivo de organizar quais pautas seriam tratadas, e quais ações seriam tomadas para solucionar a crise, o Presidente Francisco Salles intitulou uma “Comissão Fundamental”. Essa Comissão foi comandada por João Pinheiro, que esteve comprometido com os assuntos referentes à economia e à política do Estado de Minas Gerais. Assim, “Pinheiro, com uma importante trajetória política e reconhecida atividade industrial, reunia a legitimidade e os conhecimentos práticos sobre economia mineira que o credenciavam perante as elites” (SILVA, 2016, p.56).

João Pinheiro da Silva, era filho de um imigrante italiano⁴⁵ nomeado no Brasil por José Pinheiro da Silva com uma mineira de Caeté chamada Carolina Augusta de Moraes. José e Carolina se casaram no ano de 1854 na cidade de Ouro Preto e posteriormente fixaram residência na cidade do Serro. O casal teve três filhos, José Pinheiro da Silva, nascido em 1856, o segundo filho nascido em 1859, que faleceu antes de um ano de idade e João Pinheiro da Silva, nascido em 16 de dezembro de 1860. João Pinheiro, seus pais e seu irmão viveram na cidade do Serro até 1870. Com o falecimento do seu pai, a mãe D. Carolina e seus dois filhos

⁴⁴ Francisco Antônio de Salles (1863 -1933) nasceu em Vila de Lavras do Funil (atual Lavras, Sul de Minas). Durante o período que estudou Ciências Jurídicas e Sociais, ele participou da fundação do Clube Republicano Mineiro em São Paulo, do qual foi Vice-Presidente. Foi Deputado Estadual (1891-1895), Secretário de Estado das Finanças (1894-1898), Prefeito de Belo Horizonte (1899), Deputado Federal (1900-1902), Presidente do Estado de Minas Gerais (1902-1906), Senador da República (1906-1910, 1915-1923) e Ministro das Finanças (1910-1914) (VERSIEUX, 2010, p.30).

⁴⁵ Giuseppe Pignataro, pai de João Pinheiro da Silva, era italiano e chegou ao Brasil por volta de 1848. No Brasil o italiano adotou o nome de José Pinheiro da Silva, ele trabalhava como caldeireiro (MACHADO 2010; BARBOSA 1966).

viveram na casa de parentes em outras cidades de Minas Gerais, até que D. Carolina decidiu retornar para Caeté, sua cidade natal. Passando por inúmeras dificuldades para sustentar os filhos e para se manter, D. Carolina resolveu enviar o filho José Pinheiro para estudar no Seminário de Mariana⁴⁶. No ano de 1879 ele recebeu a ordenação de padre e passou a ministrar aulas de latim no próprio seminário. No mesmo ano, João Pinheiro iniciou os estudos no Seminário de Mariana, estando sob a tutela de José Pinheiro. Dois anos depois, já em 1881, João Pinheiro opta por estudar na Escola de Minas de Ouro Preto⁴⁷. Após estudar durante dois anos na Escola de Minas de Ouro Preto, João Pinheiro identificou que a escola não correspondia aos seus anseios e resolveu transferir-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde iniciou o curso jurídico. Enfrentando muitas dificuldades financeiras para se manter, João Pinheiro começou a trabalhar como “[...] zelador e preparador do laboratório de física e química da Escola Normal de São Paulo e, em 1885, [foi] nomeado professor da instituição” (COSTA, 2006, p.4). No ano de 1887, João Pinheiro recebeu a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, e logo em seguida retornou para a cidade de Ouro Preto onde passou a advogar (MACHADO 2010; COSTA, 2006).

De acordo com os estudos realizados por Vinícius Azevedo Machado (2010), nota-se que durante o tempo em que João Pinheiro cursava a Faculdade de Direito de São Paulo e que

⁴⁶ Em 1745 D. João V, rei de Portugal, qualificou a Vila do Ribeirão do Carmo à classificação de cidade de nome Mariana. Ainda em 1745 pela bula *Candor Lucis Aeternae* (Resplendor da luz eterna) do papa Bento XIV é criada a diocese de Mariana, sendo D.Frei Manoel de Cruz designado para administrar o bispado de Mariana. Apesar de ser designado pelo papa Bento XIV em 1745 para conduzir a diocese de Mariana, o Frei Manuel de Cruz só conseguiu chegar na cidade de Mariana em 1748 vindo do Maranhão. Após se instalar na cidade e conduzir a diocese, D.Frei Manoel da Cruz começou a idealizar a criação de um seminário na nova diocese. Sendo assim, em 20 de dezembro de 1750 é criado na cidade de Mariana o Seminário Nossa Senhora de Boa Morte, que foi o terceiro seminário diocesano criado no Brasil. O objetivo do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte era preparar os alunos para seguirem na vida sacerdotal. O seminário também qualificava seus alunos para ingressarem em outras instituições, como por exemplo a Universidade de Coimbra (SELINGARDI, 2014; TAGLIAVINI, 2014).

⁴⁷ A Escola de Minas de Ouro Preto foi precursora em estudos geológicos, mineralógicos e metalúrgicos. Ela foi fundada em 12 de outubro de 1876 e tinha como objetivo formar engenheiros, topógrafos e geólogos para atuarem na administração de minas, nas empresas metalúrgicas e para prestarem serviços ao Império. A escola foi idealizada por D. Pedro II e fundada por Claude Henri Gorceix que nasceu em 1842 na vila francesa Saint-Denis-des-Mur. Claude Henri Gorceix formou-se na Escola Superior de Paris, onde tempos depois nesta mesma escola foi preparador de Mineralogia, Geologia e Botânica. Além de ser o fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, ele foi também o primeiro diretor e professor de Química, Física, Geologia e Mineralogia. No início, a primeira sede da escola funcionava em um prédio composto por um grupo de quatro casas, sendo estas de um ou dois andares, localizada ao lado esquerdo do Palácio dos Governadores, que naquele tempo era sede da administração da Província. No ano de 1969 foi determinado pelo Governo Federal através do Decreto-Lei nº 778 a incorporação da Escola de Minas de Ouro Preto à Escola de Farmácia, que associadas constituíram a Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente a Escola de Minas de Ouro Preto está localizada no campus da Universidade Federal de Ouro Preto. Fonte consultada: <https://site.gorceixonline.com.br/claude-henri-gorceix>.

passou a fazer parte do Clube Republicano Mineiro⁴⁸, participando do clube de forma ativa, favoreceu para que ele se desenvolvesse como político. Nesse ambiente, João Pinheiro tinha livre arbítrio para discursar sobre o que era ser republicano e tinha legitimidade para implementar ações que direcionassem mudanças sobre algo que propunham. Ainda de acordo com o autor, era característica do Clube Republicano Mineiro intitular a igualdade entre os associados do clube. Mas, ao mesmo tempo em que o clube prezava pela igualdade, ele consentia que os associados pudessem expor suas peculiaridades, contribuindo assim para que João Pinheiro pudesse se desenvolver como liderança. Vale destacar que João Pinheiro e Francisco Salles já se conheciam do Clube Republicano Mineiro. Eles externavam ideias afins com relação aos argumentos políticos e econômicos daquela época. Atuar em prol de uma estruturação da economia do Estado de Minas Gerais foi um quesito comum dos Governos de Francisco Salles (1902-1906) e João Pinheiro (1906-1908), e a união de ambos para conduzir o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 foi algo relevante para a sociedade.

Além de João Pinheiro que foi designado para presidir a Comissão Fundamental, e que foi visto e contemplado pela imprensa da época, a Comissão Fundamental contou com a contribuição de seis comissários: José Joaquim Monteiro de Andrade, bacharel, formado pela Faculdade do Largo São Francisco, foi promotor de justiça, mas sua principal atividade era a produção de café na Zona da Mata Mineira, na Comissão Fundamental ficou incumbido de estudar sobre a cafeicultura e a policultura. George Chalmers, era engenheiro, nascido na Inglaterra, único estrangeiro presente no grupo, era superintendente da Mina de Morro Velho⁴⁹ que era propriedade da empresa inglesa Saint John d'El-Rey Mining Company, foi escolhido para compor a Comissão Fundamental sendo responsável pelos assuntos referentes à mineração. Francisco Mascarenhas era industrial, integrante de umas das famílias mais

⁴⁸ Os Clubes Republicanos foram importantes instrumentos para o surgimento da República, muitos partidos políticos republicanos tiveram procedência dos Clubes Republicanos. O primeiro Clube Republicano de Minas Gerais surgiu em 1873 na cidade de Diamantina, difundindo assim as convicções para a Região Norte do Estado de Minas. Alguns Clubes Republicanos também foram criados na Região Sul do Estado de Minas Gerais por estudantes de Minas que cursavam a Faculdade de Direito de São Paulo. Muitas ações realizadas pelos Clubes Republicanos foram importantes para promover o pensamento republicano em Minas Gerais. Naquele período argumentava-se duas ações: “a República como resultado de uma revolução, que tinha como representante Silva Jardim “e a República como resultado de evolução que tinha Quintino Bocaiuva como representante. Assim, “João Pinheiro, destacado propagandista republicano, sintetizou bem a perspectiva dos mineiros: a de fazer a República pela evolução, mas se não fosse possível, que se recorresse à revolução” (VISCARDI, 2013, p.8).

⁴⁹ A Mina de Morro Velho está localizada no município de Nova Lima em Minas Gerais. As explorações na Mina foram iniciadas em 1725, sendo que no ano de 1834 a Mina passou a ser propriedade da empresa inglesa Saint John d'El-Rey Mining Company, que esteve à frente da exploração da Mina até o ano de 1957 (GROSSI, 1981).

abastadas de Minas Gerais, junto com seus irmãos fundou a empresa têxtil Cedro e Cachoeira⁵⁰, foi designado a ele tratar dos assuntos do setor industrial. Ignacio Burlamaque, naquele momento era Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais⁵¹, e foi indicado pela Associação para representar o comércio na Comissão Fundamental, já que ele também exercia atividades comerciais sendo representante de casa de vinhos e fornecedor de fardas para a polícia mineira. João Ribeiro de Oliveira Souza, era formado pela faculdade de Direito de São Paulo, era dirigente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, foi designado pela Comissão Fundamental para tratar dos assuntos referentes a bancos e créditos. Carlos Pereira de Sá Fortes, era médico, mas esteve engajado com outros setores, no ano de 1903 sua principal atividade era a produção de laticínios e, sendo ele um capitalista conhecedor de diferentes setores foi incumbido de dedicar-se aos assuntos referentes à viticultura, viação, ensino agropecuário, colonização, além de gado e laticínio (SILVA, 2016, p.59 à 65).

Assim, com o objetivo de trazer discussões acerca dos problemas que ocorriam nos diferentes setores da economia no Estado de Minas Gerais e encontrar solução para a crise que esses setores sofriam, naquele momento foram escolhidos os nomes dos integrantes que constituiriam a Comissão Fundamental. Os integrantes foram criteriosamente escolhidos por João Pinheiro para pensarem sobre os principais impasses econômicos que ocorriam no Estado de Minas Gerais naquele momento, e apresentarem soluções para esses impasses. Há que se considerar que os integrantes da Comissão Fundamental, “[...] embora pouco conhecidos na historiografia mineira, também desfrutavam de prestígio entre os contemporâneos e, por diversas vezes, seus nomes ocuparam ilustres colunas de jornais de Minas e do Rio” (SILVA, 2016, p.59).

De acordo com os estudos realizados por Carolina Mostaro Silva (2016), já na primeira reunião que foi regida por João Pinheiro, houve a definição dos temas que seriam tratados e a atribuição dos respectivos temas aos comissários. Nessa primeira reunião consolidou-se a ideia

⁵⁰ Em 1872, os irmãos Mascarenhas inauguraram no povoado do Cedro a fábrica do Cedro. Ela foi a primeira fábrica de tecidos implantada no Estado de Minas Gerais, sendo pioneira do setor no Estado. Entusiasmados com os bons resultados da fábrica, no ano de 1877 outros integrantes da família Mascarenhas inauguram outra fábrica de tecidos, a fábrica da Cachoeira, nas proximidades da cidade de Curvelo. No ano de 1883 ocorreu a fusão das duas empresas devido a algumas dificuldades que a fábrica do Cedro estava passando. No momento atual a Cedro Têxtil possui quatro fábricas no Estado de Minas Gerais; fábrica do Cedro, situada na cidade de Caetanópolis, a fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas, localizada na cidade de Sete Lagoas e as fábricas Victor Mascarenhas e Caetano Mascarenhas, que estão localizadas na cidade de Pirapora. A história da empresa está inserida no período de crescimento da industrialização no Brasil (LIMA, 2009).

⁵¹ A Associação Comercial de Minas foi criada por empresários no ano de 1901, ano em que Belo Horizonte estava completando quatro anos de status de Capital do Estado de Minas Gerais. Os empresários tinham como propósito constituir uma associação que pudesse estar à frente para demonstrar os interesses que eles tinham com relação as questões econômicas, políticas e sociais (COSTA, 2009).

e as articulações para a criação do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. Ainda de acordo com Silva (2016), depois de algumas reuniões cuja classe produtora participou, foram demonstradas sessenta e duas teses, compostas na forma de perguntas legitimando as propostas que foram feitas para que houvesse uma diversificação das atividades produtivas. As teses que foram apresentadas foram classificadas com os temas:

Lavoura de café, policultura e pequena cultura, pecuária, indústrias manufatureiras, indústrias extrativas, indústrias diversas, colonização, comércio, transportes e fretes, impostos e tarifas, mobilização de riqueza imóvel e questão bancária. A partir de então, cada comissário deveria se dedicar a responder as perguntas correspondentes aos assuntos que lhes foram atribuídos, para o que esperavam receber contribuição dos produtores mineiros (SILVA, 2016, p.69).

Conforme Silva (2016), na reunião do dia 14 de janeiro de 1903 foram formalizadas as perguntas e definiu-se que os comissários teriam um prazo de sessenta dias para apresentar a solução das teses e julgar uma medida prática para as mesmas. No final do mês de março ocorreria um nova reunião onde seriam apresentadas e indicadas as conclusões que seriam expostas no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Após o período estipulado de sessenta dias “[...] os comissários apresentaram suas respostas aos sessenta e dois quesitos iniciais. [...] Essas respostas, depois de discutidas em reuniões da comissão, foram publicadas, divididas em vários números do Jornal Minas Geraes” (SILVA, 2016, p.70). Segundo análise feita pela autora, as conclusões que foram apresentadas pelos comissários indicavam que seria necessário: diversificar o cultivo dos produtos agrícolas, aprimorar a produção cafeeira, expandir a pecuária, criar bancos e cooperativas agrícolas, cessar impostos, moderar o valor dos fretes e criar colônias agrícolas de imigrantes. Para trazer a modernidade para a produção agrícola do Estado, as conclusões dos comissários demonstravam que seria necessário investir em laboratórios, fazendas-modelo, estações agrônômicas, viagens para o exterior e o ensino-profissional.

As conclusões expostas pelos comissários foram divulgadas em vários jornais que circulavam no Estado de Minas naquele período. Isso se fez necessário para que as pessoas que tivessem interesse pudessem ter acesso, e para que os participantes do congresso pudessem tomar conhecimento dos assuntos que ali seriam tratados. As conclusões apresentadas pela Comissão Fundamental, assim como a iniciativa de fazer o congresso, foram publicações prestigiadas pela imprensa da época. Silva (2016) descreve que “foram poucas as vozes que se levantaram para criticar, apontar as impossibilidades ou os obstáculos para a concretização do que propunham os comissários” (SILVA, 2016, p.72). Nota-se na escrita da autora, que o

comprometimento e o trabalho que foi realizado pelos integrantes da Comissão Fundamental demonstrou importância com relação aos problemas econômicos daquele tempo. Ainda segundo ela, essa demonstração fez com que a sociedade acreditasse que aconteceria o desenvolvimento econômico e a modernização.

Destarte, entre os dias 13 e 20 de maio de 1903, ocorreu em Belo Horizonte, recém nomeada capital do Estado de Minas Gerais, o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. O congresso foi considerado um dos mais importantes eventos daquela época. Era a primeira vez que os notáveis da política e da economia se reuniam para pensarem numa política econômica para o Estado. Conforme descrevemos nos parágrafos anteriores, antes de ocorrer o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, foi formada a Comissão Fundamental. Relembrando que essa Comissão foi presidida por João Pinheiro, composta por seis comissários ligados aos setores produtivos que produziram teses sobre a agricultura, a pecuária, a mineração, a indústria, o comércio, tributação, bancos e cooperativas e o ensino agropecuário. Essas teses que foram elaboradas anteriormente pelos comissários foram expostas para discussões pelos participantes do congresso entre os dias 13 e 20 de maio de 1903.

No âmbito dos debates sobre as questões que foram expostas durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, dar incentivo para desenvolver uma produção agrícola variada se mostrou como sendo um caminho favorável para que houvesse um restabelecimento da economia naquele momento. Para tal, sugeriu-se que fossem criadas estações agronômicas especializadas, implementação de um ensino agrícola e a fundação de institutos profissionais agrícolas. Durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, esses assuntos estiveram sob a responsabilidade do comissário Carlos Pereira de Sá Fortes. Ele elaborou uma tese sobre a pecuária e nessa tese foi demonstrada uma proposta para o ensino agropecuário. A proposta apresentada por Carlos Pereira Sá Fortes recomendava que fossem criadas Escolas Agrícolas, Estações Agronômicas, Institutos Zootécnicos, Escolas de Leiteria, e Campos de Experiência e Demonstração (MACHADO, 2010).

Marli de Souza Saraiva Cimino (2013), em sua tese sobre a trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, expressa que durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, surgiu a proposta de trazer para Minas Gerais os modelos das estações agronômicas, do ensino teórico e prático e dos campos de experiência e demonstração utilizados para os experimentos de laboratórios. Esses modelos estariam embasados nas experiências de Países como França, Bélgica, Estados Unidos da América e Argentina. Na busca por experiências já implementadas por outros Países no contexto do ensino agrícola a autora também destacou que:

Da Europa, provêm as propostas dos cursos regulares ou temporários de ensino teórico, e prático e o sistema de conferências públicas. De Amber e Gante, na Bélgica, vieram as influências pelas estações de viticultura, vinicultura, arboricultura, leiteria, açucareiras, sericícolas, fisiologia animal, assim como foi da Bélgica a oferta de instruções teóricas para que se realizassem as análises e novas técnicas de experimentos agrícolas. Segundo os anais do congresso, a realidade que mais se aproximava do Brasil, particularmente, do Estado de Minas Gerais, se refere às experiências vivenciadas e trazidas da Argentina (CIMINO, 2013, p.52).

Igualmente a Cimino (2013), Machado (2010) também apontou em seus estudos que durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 surgiram propostas para buscar experiências de outros Países. O autor destaca que para as escolas agrícolas, “[...] aconselhou-se que fosse adotado o Plano de Estudos da Escola Prática de Agricultura e Pecuária de Córdoba⁵², com pequenas modificações” (MACHADO, 2010, p.62). Mesmo sendo recomendado que fosse adotado como modelo o Plano de Estudos da Escola Prática de Agricultura e Pecuária de Córdoba, segundo Cimino (2013), houve uma troca de comunicação do Brasil com os outros Países com o objetivo de trazer para o ensino profissional e agrícola as experiências que já estavam sendo vivenciadas por eles. Logo, algumas práticas foram implementadas baseadas nas experiências de outros Países, mas devidamente ajustada à realidade do Brasil.

Ao pesquisar sobre o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, buscando as fontes e as produções historiográficas, nota-se que antes de acontecer o Congresso, poucas ações foram realizadas para implementar o ensino profissional e agrícola através da escola. E conforme foi-se adentrando nas buscas por dados sobre o ensino profissional e o ensino agrícola, foi-se constatando que um pequeno número de instituições de ensino permaneceu funcionando após o período de adversidade econômica. Como exemplo, a Escola Agrícola Vale do Rio Piracicaba, criada em Itabira, em 1880, que foi objeto de estudo de Jorge Florentino Botelho em sua dissertação apresentada em 2009. O autor expõe que a escola foi beneficiada pelos cofres públicos até que, mais tarde, pudesse se sustentar por si mesma. Depois de alguns anos, a Escola Agrícola Vale do Piracicaba se transformou em Instituto Agrônomo de Itabira. A escola tinha como objetivo aliar conhecimentos teóricos aos práticos, mas passou por

⁵² Após o ano de 1896 foram criadas várias escolas de agricultura na Argentina, como a escola que formava técnicos agrícolas em Buenos Aires, a Escola de Agricultura de Tucumã, a Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba e a Escola de Vitivinicultura de Mendoza. A Escola de Agricultura de Tucumã e a Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba foram transformadas em Institutos de Ensino Superior diplomando administradores rurais (CIMINO, 2013).

inúmeras dificuldades. Segundo o autor, o instituto padecia com a falta de profissionais qualificados para ministrar as aulas, com a falta de organização administrativa e com a falta de recursos que vinham do poder público. Depois de quatro anos de funcionamento, diante das inúmeras dificuldades e diante da falta de alunos, o Governo dispensou os profissionais do instituto e encerrou o ensino teórico de agricultura de Itabira.

É interessante ressaltar que as discussões sobre o ensino profissional e o ensino agrícola não foram discussões inéditas no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. André Luciano Simão (2001) destaca em sua dissertação que tais discussões já haviam aparecido no Congresso Agrícola de 1878 realizado no Rio de Janeiro. Nesse Congresso, realizado no Rio de Janeiro, estiveram presentes cerca de 400 participantes. Sendo a grande maioria dos participantes, representantes de associações ou grupos de fazendeiros de diferentes cidades. O propósito do congresso estava pautado na busca por ações para solucionar os vários impasses que estavam ocorrendo na agricultura do País naquele momento. Havia também o interesse em resolver a falta da mão-de-obra, que era consequência do fim da escravidão. Dentre os vários assuntos que foram apontados pelos fazendeiros, destacou-se a importância de um ensino agrícola profissional. Assim, foi pronunciada a fala de um participante do Congresso:

Sabem todos que os inquéritos a que se procedeu, eloquentemente demonstraram que as necessidades da lavoura reduzem-se ao seguinte: falta de ensino agrícola profissional, falta de vias de communicacao, falta de bracos, carencia quasi absoluta de capital e, finalmente, redução dos direitos de exportação dos productos agrícolas. Ora, o ensino agricola profissional é incontestavelmente uma grande necessidade da lavoura, porque tende já a augmentar a produção, já a aperfeiçoar a qualidade dos productos. E' innegavel que precisamos de reforma dos instrumentos agronômicos. Devemos tel-os iguaes aos da Prussia, que e um dos paizes mais adiantados da Europa debaixo desse ponto de vista. Mas é igualmente certo que não podemos ter em breve uma boa organização do ensino agronomico e, consequentemente, não nos será em pouco tempo possivel prover de remedio por semelhante meio ás necessidades da lavoura⁵³ (CONGRESSO AGRICOLA, 1878, p.146-47).

Além da exposição da necessidade do ensino agrícola profissional para suprir as demandas da lavoura, conforme explicitado no parágrafo anterior, uma comissão formada para atender aos interesses dos fazendeiros da cidade de Baependi, localizada na Região Sul do Estado manifestou que

⁵³ O trecho informado foi retirado da edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878, a escrita está preservada de acordo com as normas ortográficas daquele período.

[...] sera preciso que o Estado se encarregue da instrucção primaria e secundaria, visto como os municipios ainda não intervem no ensino, e as provincias, com seus recurso e administrações actuaes, não podem solver a promessa solemne da INSTRUCÇÃO PRIMARIA A TODOS consignada na constituição, nem derramar uma boa instrucção secundaria, segundo as crescentes necessidades da nossa população; e, quando mesmo se realize logo o ideal desejado da intervenção da trindade politica – MUNICIPIO, PROVINCIA E ESTADO – na distribuição do ensino, ainda se fará preciso a intervenção do Estado no ensino primario e secundario, não só para pagal-os como para inspeccional-os, simplificando-se, bem entendido, neste ultimo caso nosso complicadissimo e pesado mecanismo político administrativo, o qual, unido ás distancias que tem de vencer a acção do poder central para se fazer sentir em um paiz vasto como o Brasil, é um obstaculo serio á toda idéa de progresso na ordem moral, como na material, e se acha em flagrante contradicção com o proloquio inglez – time is money - tempo é dinheiro⁵⁴ (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.55).

Como se pode inferir dos trechos citados acima, a questão do ensino esteve presente no Congresso de 1878. Simão (2001) expõe que a proposta mais apresentada no Congresso foi a criação do ensino primário de forma obrigatória. Como tal, seriam ministrados conteúdo da educação agrícola, preferencialmente em escolas fazendas onde as crianças pudessem colocar em prática os conhecimentos recebidos. Entre os participantes que defendiam o ensino agrícola, a maioria julgava que o ensino só traria resultados caso fosse transmitido para as crianças. Ainda conforme o autor, foram apresentadas propostas para constituir institutos para a formação de profissionais, e esses institutos receberiam os filhos dos agricultores. Ademais, apareceram propostas para criar fazendas-modelo destinadas ao ensino prático agrícola dos lavradores.

Adentrando nas fontes que tivemos acesso, nota-se que durante o Congresso Agrícola Industrial e Comercial de 1903, os comissários tinham a expectativa de demonstrar ações que pudessem viabilizar o crescimento econômico do Estado, que desde 1890 enfrentava uma crise econômica. Dentre as ações apresentadas pelos comissários, a propagação do ensino profissional foi entendida como uma das possíveis soluções para favorecer o crescimento econômico do Estado. Diante desse cenário, apareceram sugestões para a implementação do ensino profissional na área da indústria, do comércio e da agricultura. Como a maioria das questões que foram levadas ao Congresso tratavam com mais ênfase a questão da agropecuária, surgiram mais propostas para o ensino direcionadas para este setor. Conforme já foi dito anteriormente, o comissário Carlos Sá Fortes apresentou as sugestões para o ensino agropecuário. Ele demonstrou como seria organizado, o benefício que tal ensino possibilitaria, e os conteúdos ofertados. Como modelo, ele sugeriu o exemplo da Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba.

⁵⁴ Idem nota anterior.

De acordo com os apontamentos realizados por Silva (2016), durante o Congresso de 1903 não houve uma apresentação efetiva de um projeto totalmente voltado para o ensino profissional. A autora destaca que as teses que foram elaboradas e apresentadas no Congresso, demonstraram muito pouco sobre os métodos, disciplinas e conteúdos destinados ao ensino profissional. O que se discorreu foi mais sobre a apresentação de propostas para o ensino profissional e como ele seria organizado, implementado e quem seria beneficiado. Nas palavras da autora:

Reconhecer a variedade e a diversidade das ideias e propostas emergentes no Congresso, recusando interpretá-las como itens de um projeto coerente e consensual, não implica, contudo, ignorar que na base das propostas de ensino haviam questões comuns que conectavam os produtores ao debate sobre a educação. A primeira delas e a constatação de que a falta de ensino profissional, principalmente prático, era um dos entraves para o progresso econômico do Estado. Esta questão se desdobrava na demanda pela formação dos responsáveis pela condução das atividades produtivas, bem como no seu acesso a informações sobre produtos, técnicas, maquinário e procedimentos atualizados, na demanda pela formação de quadros técnicos e pela instrução do trabalhador (SILVA, 2016, p.172).

Em sua compreensão, o Congresso foi fundamental para enunciar as propostas sobre o ensino agrícola. Logo, muitas das propostas que foram apresentadas no Congresso, refletiam que o ensino era uma preocupação e que era necessário implementá-lo de forma prática e aplicável. Muitas das propostas que foram colocadas pelos congressistas de se disseminar o ensino agrícola, foram recebidas por João Pinheiro e foram colocadas em prática em 1906, quando ele ocupou a Presidência de Minas Gerais, conforme será elucidado mais adiante.

2.3. Mão de obra qualificada permanente e assídua: a formação do trabalhador do campo

Com base nos estudos de Graciela de Souza Oliver (2005) e Maria Auxiliadora Faria (1992), é possível organizar o percurso do ensino agrícola em Minas Gerais após a fundação da República em dois períodos significativos. O primeiro período, que compreende os anos de 1903 até 1920, que foi pautado numa educação básica com a finalidade de designar o trabalhador livre para o mercado de trabalho. O segundo período, a partir de 1920, concentrou-se na implantação do ensino superior que tinha como intenção, “[...] garantir e incitar a presença de um novo profissional na releitura científica dos problemas da agricultura, não só resolvendo as demandas propostas pelos agricultores, mas também criando as mesmas [...]” (OLIVER, 2005, p.96). Entretanto, interessa-nos expor nesta dissertação o contexto referente à primeira fase do ensino agrícola.

Nas primeiras décadas do século XX emergiram algumas iniciativas para a constituição de escolas de formação profissional. Essas escolas estavam voltadas principalmente para as atividades do campo, as chamadas escolas agrícolas. Faria (1992) descreve que a constituição das escolas agrícolas permitiria a sistematização do trabalho e a permanência do trabalhador do campo no meio rural. Assim, a autora expõe que:

Em Minas, ao moroso processo de passagem para o trabalho livre, somaram-se, desde o século XIX, os fracassos de uma política imigrantista pouco consistente, o intenso movimento de dispersão da população trabalhadora tanto para os sertões do Mato Grosso e Goiás, quanto para as lavouras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse quadro, a defesa e o implemento do ensino agrícola, destinado a crianças e adultos, teria emergido, não apenas como forma inovadora de lidar com a agricultura e a pecuária, mas também como mecanismo de controle social dos trabalhadores, garantindo sua presença no campo e assiduidade ao trabalho. Assim concebido, o ensino agrícola integra o projeto de desenvolvimento econômico mineiro da Primeira República como uma de suas principais metas (FARIA, 1992, p. 13 -14).

Na análise de Faria (1992) a constituição do ensino agrícola foi idealizada pelo Estado para formar os trabalhadores do campo e para mantê-los no campo. Havia a preocupação em capacitar profissionalmente o trabalhador do campo, visando que ele se transformasse em “[...] mão-de-obra qualificada, permanente e assídua ao trabalho” (FARIA, 1992, p.219). A autora aponta que o ensino agrícola remetia-se uma característica profissional. Logo, o ensino agrícola poderia ser ensino primário (instrução básica), médio ou técnico (agrônomos de nível médio, técnicos, mestres de cultura) e superior (ensino superior de agricultura). No quadro 1 é possível visualizar as instituições de formação profissional que foram criadas em Minas Gerais entre os anos de 1889 e 1920.

Quadro 1. Instituições agrícolas criadas em Minas Gerais entre 1889 e 1920.

Ano	Instituição	Localização	Âmbito	Legislação
1892	Instituto Agrônômico de Itabira	Itabira	Pública	Lei 41
1892	Instituto Zootécnico	Uberaba	Pública	Lei 41
1892	Instituto Agrônômico (1)	Leopoldina / Campanha	Pública	Lei 41
1894	Escolas Agrícolas (2)	Oliveira / Entre Rios Curvelo / Teófilo Otoni Ponte Nova / Diamantina Belo Horizonte	Pública	Leis: 103/104 113/114
1894	Ensino Secundário de Agricultura	Cachoeira do Campo	Privada	-
1906	Ensino Complementar Primário	Várias cidades (grupos escolares)	Pública	Lei 444
1907	Fazendas-modelo	Belo Horizonte (Gameleira) Serro (Fábrica) Santa Bárbara (Retiro do Recreio) Itapecerica (Diniz) Aiuruoca (Aiuruoca) Campanha (Bairro Alto)	Pública	Decreto 2.099 Decreto 2.099 Decreto 2.129 Decreto 2.131 Decreto 2.201 Decreto 2.309
1909	Campo de Demonstração	Itapecerica / Francisco Salles Nova Baden	Pública	-
1909	Instituto João Pinheiro	Belo Horizonte	Pública	Decreto 2.416
1910	Fazendas Subvencionadas (3)	Santa Quitéria / Prado Rio das Velhas / Lavras Guanhães / Sacramento Mariana / São João D'el Rey Diamantina / Sete Lagoas Tiradentes /Caeté Queluz / Juiz de Fora Bomfim / Pará	Privada	Lei 454
1911	Colégio Salesiano	Cachoeira do Campo	Privada	-
1911	Aprendizado Agrícola	Itambacuri	Pública	Decreto 3.158

Elaboração própria.

Fonte: GONÇALVES, 2013a, p.3 e 4.

(1) Instituto Agrônômico convertido em campo prático pela Lei nº 140, de 20 de julho de 1895 (reforma o ensino agrícola e zootécnico do Estado e cria três feiras de gado).

(2) Escolas Agrícolas transformadas em Campo de Demonstração pela Lei nº 140 de 1896.

(3) Eram fazendas de iniciativa privada, mas que recebiam ajuda financeira do Governo.

Conforme demonstrado no quadro acima, tanto o Governo como particulares criaram muitas instituições. Entretanto, o maior número de instituições foi criado pelo Governo, sendo que algumas instituições particulares foram subsidiadas pelo mesmo. No ano de 1892, o Presidente do Estado de Minas Gerais Affonso Penna⁵⁵, realizou uma reforma na instrução pública, por meio da qual foram criados os Institutos: Agrônômico de Itabira, Agrônômico de Campanha, Agrônômico de Leopoldina e Zootécnico de Uberaba. De acordo com Botelho (2009), desses institutos criados, somente os Institutos de Itabira e o Instituto Zootécnico de Uberaba funcionaram efetivamente.

O ensino agrícola que foi praticado no período de 1889 até 1920 pode ser entendido como: o teórico-prático (elementar, médio e superior) que era ministrado nos Institutos Agrônômicos, nos Institutos Zootécnicos e nos Campos de Demonstração; o primário-elementar, que se realizava nos Aprendizados Agrícolas, Patronados Agrícolas e Institutos; e o ensino prático-elementar que funcionou de forma itinerante nas Fazendas-modelo, nos Campos de Demonstração e nas fazendas administradas por particulares subsidiadas pelo Governo. As instituições públicas foram criadas por meio de legislação, e nem todas que foram criadas foram bem-sucedidas. Teve instituição que foi criada somente em lei e que nunca existiu, e outras que foram prósperas e que funcionaram durante muito tempo (GONÇALVES 2013a; FARIA 1992).

No período citado no parágrafo acima, também houve a existência do ensino agrícola médio e do ensino agrícola superior, criados pela iniciativa privada e muitas vezes subsidiados pelo Governo. Conforme Faria (1992), como referência é possível citar: As Escolas “Dom Bosco”, que funcionou desde 1896, localizada em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto; a Escola Agrícola de Lavras, fundada em 1908 por missionários norte-americanos, localizada em Lavras, Região Sul de Minas; a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária, fundada em 1914 por membros da Sociedade Mineira de Agricultura, situada em Belo Horizonte; a Escola São Joanense, fundada em 1916 na cidade de São João Del Rei e a Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro, que iniciou suas atividades em 1917 na cidade de Passa Quatro. Na compreensão da autora, essas escolas encontraram espaço para ofertar o ensino médio agrícola e o ensino superior agrícola por dois motivos, a inexistência por parte do Estado de Minas

⁵⁵ Affonso Augusto Moreira Penna (1847-1909) nasceu na cidade de Santa Bárbara. Era filho do imigrante português Domingos José Teixeira Penna e de Ana Moreira dos Santos Penna. Affonso Penna era formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ele esteve à frente de diversos cargos da Monarquia à República, foi abolicionista e assinou a Lei do Sexagenário no dia 28 de setembro de 1885. Foi Presidente do Estado de Minas Gerais de 1892 a 1894, em 1903 foi Vice-Presidente da República e em 1906 foi eleito Presidente da República. Fonte consultada: <https://www.mg.gov.br/governador/affonso-augusto-moreira-penna>.

Gerais na implantação desses níveis de ensino e a pouca procura do povo por esses níveis de ensino agrícola.

Assim, nota-se que aquele trabalhador caipira, caracterizado pelo escritor Monteiro Lobato na figura do Jeca Tatu⁵⁶, seria transformado num outro perfil de trabalhador, capacitado e remunerado, cuja formação profissional agrícola seria encarregada de aprimorá-lo. Dessa forma, atenderia o propósito da República de desenvolvimento econômico.

2.4. A ampliação do ensino agrícola em Minas Gerais

João Pinheiro pode ser considerado o responsável pela ampliação do ensino agrícola em Minas Gerais. Como dito anteriormente, em 1903 ele presidiu o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Em 1906 ele foi eleito Presidente do Estado de Minas sucedendo Francisco Antônio de Salles. Ao assumir a Presidência, ele buscou colocar em prática as respectivas soluções que foram discutidas no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Na análise de Rossi (2010), houve uma grande dedicação por parte de João Pinheiro para propagar o ensino primário elementar para crianças e adultos, e para implantar instituições agrícolas. O Governo de João Pinheiro apontou os problemas do trabalho agrícola e enfatizou a valorização do trabalho no campo e a busca pelo progresso. Logo, o ensino agrícola obteve destaque nas pautas do seu Governo. Segundo a autora, para João Pinheiro “[...] o problema da Agricultura era a ignorância do agricultor, pois não conhecendo a introdução de métodos modernos, conseqüentemente não conheceria as máquinas agrícolas” (ROSSI, 2010, p.31).

Faria (1992) afirma em sua tese, que algumas leis foram decretadas logo no início do Governo de João Pinheiro, possibilitando assim a implementação e a regulamentação do ensino agrícola. É válido expor as seguintes leis: a Lei nº 438, de 24 de setembro de 1906, que autorizava a fundar seis fazendas-modelo agrícolas pastoris, seis colônias agrícolas, um laboratório de análises de terras e o estudo de poços artesianos, e a designação de instrutores

⁵⁶Jeca Tatu é um personagem criado pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato (1882-1948), ele possui muitas obras, sendo o “Sítio do Pica Pau Amarelo” sua obra de maior destaque. Algumas obras do escritor elucidam a questão social, mostrando a precariedade do ambiente rural e revelando sobre o desmazelo com doenças como o amarelo. A obra “Urupês” publicada em 1918, traz ao todo 14 contos de Monteiro Lobato, e um desses contos dá vida ao personagem Jeca Tatu. O personagem, um caipira de aparência desmazelada, que não gostava de calçar sapatos, sujeito paupérrimo que tinha algumas plantações apenas para a sua sobrevivência. No conto, a questão da saúde é abordada quando um médico passa perto da desleixada moradia do Jeca Tatu e se espanta com tanta miséria. O médico observa que o caipira está muito magro e com uma cor amarelada, e então toma a atitude de examiná-lo. Sendo assim, o médico nota que o caipira está com ancilostomose, mais conhecido como amarelo. O médico orienta Jeca a tomar remédios e a usar calçados. Jeca segue as orientações do médico, fica curado e volta a trabalhar. No conto, Monteiro Lobato acaba revelando a real situação do trabalhador do campo. Fonte consultada: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/urupes-resumo-e-analise-da-obra-de-monteiro-lobato>.

ambulantes para o ensino prático; a Lei de nº 444, de 02 de outubro de 1906, determinou como seria ministrado o ensino agrícola, e a aquisição da Fazenda da Gameleira, situada em Belo Horizonte, que tempos depois foi incorporada ao Instituto João Pinheiro; e a Lei de nº 454, de 6 de setembro de 1907, que estabeleceu o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo. Cabe acrescentar também, o Regulamento de n.º 2.027, de 8 de junho de 1907, que reorganizou os serviços a cargo da Diretoria Geral da Agricultura, Viação e Indústria e dispôs sobre a organização das fazendas-modelo no Estado de Minas Gerais. Faria (1992) destaca que mesmo após o falecimento de João Pinheiro, que ocorreu em 25 de outubro de 1908, houve dedicação por parte dos demais políticos e autoridades para dar continuidade aos projetos que ele havia planejado. Como exemplo, é possível citar o Decreto nº 3.356 de 11 de novembro de 1911, que aprovou o Regulamento Geral do Ensino Agrícola que manteve o que já vinha sendo realizado desde 1907. Conforme mencionado abaixo, o Decreto somente regulamenta as Leis criadas no período de João Pinheiro.

O Presidente do Estado de Minas Geraes⁵⁷, exercendo a atribuição que lhe confere o artigo o art. 57 da Constituição Mineira, resolve, de acordo com as Leis ns. 438, de 24 de setembro de 1906, n.454, de 06 de setembro de 1907 e n.564 de 11 de setembro de 1911, aprovar o Regulamento Geral do Ensino Agrícola, que com este baixa, assignado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911).

As determinações apresentadas no Regulamento Geral do Ensino Agrícola de 1911 demonstram a posição dos ideais defendidos por João Pinheiro para a educação, onde descreve que:

O ensino agrícola, que terá feição mais prática do que theorica, será ministrado no Estado aos menores de dezoito anos que frequentarem ou não as escolas públicas, sob a forma elementar, nos grupos escolares, escolas rurais, aprendizados agrícolas e nos institutos mantidos ou subvencionados pelo Estado:
 – aos lavradores por meio dos professores ambulantes e também nas fazendas-modelo, fazendas subvencionadas e campos de demonstração;– e aos moços que queiram se dedicar á vida agrícola, nos estabelecimentos particulares existentes ou que se fundarem no Estado, subvencionados para o ensino medio ou theorico pratico de agricultura (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 1º - grifo nosso).

⁵⁷ Júlio Bueno Brandão (1858 - 1931), filho de Francisco de Paiva e Francisca de Paiva Bueno, nasceu na cidade de Ouro Fino (MG). Ele foi advogado, magistrado, político e jornalista. Iniciou sua trajetória política em 1892, quando elegeu-se Vereador de Ouro Fino e Presidente do Poder Executivo Municipal. Foi membro atuante do Movimento Republicano Mineiro, no qual esteve de 1870 a 1889. Após a morte de João Pinheiro, Bueno Brandão foi Presidente estadual (1908-1909), dando continuidade ao Governo do falecido Presidente. De 1910 até 1914 Júlio Bueno Brandão exerceu o 2º mandato como Presidente do Estado de Minas Gerais. O projeto de desenvolvimento regional e municipal aprovado pela Lei Estadual nº 546, de 27 de setembro de 1910 é considerado o projeto mais importante do Governo de Bueno Brandão para Minas. O projeto concedia empréstimo aos municípios para que os mesmos pudessem realizar a construção de estradas e de escolas, a instalação dos serviços de energia elétrica e saneamento. Fonte consultada: <https://www.mg.gov.br/governador/julio-bueno-brandao>.

Conforme estabelecido no Regulamento, o ensino primário agrícola ficaria sob a responsabilidade dos grupos escolares⁵⁸, escolas rurais, aprendizados e institutos agrícolas. Tanto nos grupos escolares quanto nas escolas rurais seria ministrado o ensino elementar de agricultura, através de Campos de Demonstração e Experiência.

De acordo com a definição exposta no Regulamento, o ensino elementar de agricultura seria ministrado nos grupos escolares, pois “[...] os grupos escolares que a juízo do Governo, melhores condições oferecem nas diferentes zonas do Estado” (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 2º). O conteúdo sobre o contexto da agricultura seria ministrado de preferência de forma empírica, e caso o professor julgasse necessário ele poderia complementar as lições com conteúdo teórico. Outra atribuição que competia aos professores era a de ensinar no decorrer do ano letivo as operações realizadas com máquinas agrícolas, além dessas atividades, o professor deveria ensinar de maneira prática como deveria ser o manuseio de adubos.

O ensino agrícola médio foi destinado à iniciativa particular. Segundo o Decreto, “o Governo de Minas promoverá desde já que o Governo Federal, de acordo com o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, cap. XVI, estabeleça no Estado um curso médio theorico práctico de agricultura” (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 38, § único). O Regulamento de 1911 determinou alguns critérios para os particulares promoverem o ensino agrícola médio, conforme abaixo:

Os estabelecimentos particulares existentes ou que se fundarem no Estado e onde se ministre o ensino agrícola médio, modelado pelo programma das Escolas da União, poderão ser subvencionados desde que preencham as seguintes condições:

- a; ter, pelo menos, 2 annos de funcionamento regular;
- b; possuir um campo de cultura com uma area nunca inferior a 10 hectares de terras araveis e onde haja agua sufficiente para a irrigação;
- c; dispor de machinas e instrumentos agricolas aperfeiçoados para a realização de todos os serviços agrários;

⁵⁸ De acordo com Irlen Antônio Gonçalves (2004), inicialmente os grupos escolares foram criados em 1893 no Estado de São Paulo. Eles foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, ao qual reuniam as principais características da escola graduada. A implantação dos grupos escolares expandiu-se para outros Estados. O modelo escolar criado no Estado de São Paulo foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916 e no Piauí em 1920. Em Minas Gerais, no dia 28 de setembro de 1906, o Presidente João Pinheiro sancionou a Lei nº 439, que autorizava ao Governo reformar o ensino primário, o normal e o superior. Apesar da Lei ter sido sancionada e colocada em prática no Governo de João Pinheiro, é válido ressaltar que a reforma teve participação de políticos, intelectuais e educadores. Logo, “a reforma do ensino primário, empreendida na gestão de João Pinheiro, teve a sua relevância por se tratar de uma empreitada de grande vulto e, sobretudo, por ser uma reforma que propunha dar novo tratamento à instrução do povo mineiro” (GONÇALVES, 2004, p.78).

d; ter gabinete de physica, laboratório de chimica e museu de história natural;
e; ter professores especiaes para o ensino theorico-pratico de agricultura;

f; empregar, effectivamente, os alumnos nos diversos trabalhos da lavoura pelo menos 2 horas por dia (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 39).

Como já dito, o ensino agrícola médio foi consentido à iniciativa particular. Os exemplos mais significativos de escolas de ensino médio agrícola foram a Escola Agrícola de Lavras e as Escolas Dom Bosco (Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto). Conforme definido em Regulamento, essas escolas deveriam cumprir os critérios de valores, preenchimento de vagas, e acesso aos fiscais do Governo para inspecionar “[...] todas as dependencias da escola, aulas, gabinetes, laboratorios, bem como campos de cultura, afim de verificar si o programma está sendo executado regularmente” (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 43, § único).

O objetivo dos Aprendizados, conforme consta nos Artigos de nº 81, 82 e 83, teria como finalidade formar trabalhadores para os diversos serviços da lavoura. Os Aprendizados poderiam receber os filhos dos lavradores carentes de recursos, onde estes receberiam a instrução primária e o ensino primário agrícola. O ensino seria ministrado de forma prática, com noções teóricas elementares, com o objetivo de guiar os meninos para a realização de vários serviços. O Artigo 96 do Regulamento de 1911 também determinava que a permanência dos meninos no Aprendizado seria de quatro anos.

A finalidade dos Institutos Agrícolas conforme está apontada no Artigo 101, era “[...] recolher e cuidar dos meninos desprovidos de assistencia natural, para trata-los preventiva ou regenerativamente dando-lhes educação phisica, moral, cívica, intelectual e moral” (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 101). Nos Institutos Agrícolas, seriam admitidos os meninos desassistidos, órfãos, cujas famílias não tinham condições de criá-los devido à situação de pobreza. No Regulamento, o Artigo 102 determinava que a criação dos Institutos Agrícolas deveria seguir a organização do Instituto João Pinheiro⁵⁹. Criado pelo Presidente em exercício Bueno Brandão, por meio do Decreto de n.º 2.416, de 9 de fevereiro de 1909, que propunha colocar em prática a Lei nº 444 de 03 de outubro de 1906, o Instituto João Pinheiro tinha como objetivo oferecer o ensino prático e profissional nas fazendas-modelo aos alunos que tivessem o melhor rendimento no curso primário.

A primeira experiência deu-se na fazenda modelo da Gameleira em Belo Horizonte. Nos Institutos Agrícolas seriam ministradas as disciplinas: Escrita, Leitura, Língua-Pátria,

⁵⁹ Sobre o Instituto João Pinheiro, confira: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934).

Geografia, História do Brasil, História Natural, Noções de Formas, Aritmética, Desenho, Desenho Geométrico, Física e Química, que seriam divididas em oito períodos. Além das disciplinas mencionadas, a educação profissional agrícola seria obrigatória para todos os alunos e seria ministrada durante todos os dias. Os alunos aprenderiam sobre jardinagem, horticultura, pomicultura, preparo da terra, utensílios agrários, e receberiam também instruções sobre veterinária. Além de todas as atividades aqui citadas, os alunos também deveriam realizar o curso de trabalho manual elementar. Conforme exposto no Artigo 128 do Regulamento:

Como essencial a condição de todos os alumnos e como preparatorio ao facultativo ensino oficial, todo o educando fará o curso de *trabalho manual elementar*, pra contrahir habitos de paciencia e de perseverança no trabalho, apurar e conjugar os sentidos e especialmente adextrar as mãos, habilitar-se para prover, por si proprio, as necessidades communs da vira rural, e revelar a vocação para o officio, em cuja aprendizagem poderá depois especializar (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 128).

Há que se destacar, que o curso de trabalho manual elementar, conforme exposto acima, seria distribuído em dois períodos. No primeiro período, o aluno aprenderia a fazer trabalhos manuais em cartão, papel, argila, bambu, folha, madeira e ferro. No segundo período, o aluno aprenderia a realizar trabalhos em pano, couro, taquara, fibras, pedra e argamassa. Convém destacar que, tanto a educação agrícola profissional quanto o curso de trabalho manual elementar desenvolvidos nos Institutos Agrícolas, tinham como objetivo ensinar um ofício e preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Sobre o ensino agrícola ambulante Faria (1992) corrobora dizendo que, “ em virtude da considerável extensão do território mineiro, o ensino agrícola foi pensado como meio de fazer chegar inovações técnicas aos lavradores” (FARIA, 1992, p.270). Diante do exposto, o Artigo 22 do Regulamento de 1911, declara que:

O ensino agrícola ambulante se destina a instrução dos lavradores cujas fazendas se acham situadas a grandes distancias dos estabelecimentos onde se ensine regularmente a agricultura, e fica a cargo dos mestres ambulantes de cultura (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 22).

Faria (1992) esclarece que o ensino agrícola ambulante era realizado pelos mestres de cultura⁶⁰ ou professores ambulantes. Esses mestres exerciam suas atividades sob o monitoramento da Secretaria de Agricultura. Para que a Secretaria de Agricultura pudesse

⁶⁰ No subcapítulo 2.5, intitulado como As Fazendas-modelo, detalharemos sobre a formação dos mestres de cultura.

monitorar o trabalho dos mestres, o Estado foi dividido em sete regiões de atendimento, sendo: Norte, Sul, Centro, Leste, Oeste, Zona da Mata e Triângulo. Convém relatar que o ensino agrícola ambulante foi considerado uma prestação de serviços. Diante disso, o Estado determinou por meio do Regulamento quais seriam as diretrizes para o funcionamento do ensino agrícola ambulante. Assim, o Artigo 24 do Regulamento descreve que:

A esses mestres de cultura poderá o fazendeiro recorrer sempre que necessitar de esclarecimentos sobre:

- a) Montagem e trabalho de machinas agricolas;
- b) Época mais apropriada para plantações pouco vulgarizadas entre nós e processos para realizal-as;
- c) Moléstias das plantas cultivadas e meios preventivos e curativos para combatel-os;
- d) Modo e época do emprego dos adubos chimicos e organicos;
- e) Preços de machinas agricolas, communs, adubos, sementes, reproductores, animaes, formicidas e vaccinas;
- f) Molestias mais communs dos animaes e dos modos de combatel-as;
- g) Importancia da selecção das sementes e das mudas;
- h) Modos praticos de fazer a irrigação, principalmente para determinadas culturas e vantagens desta;
- i) Vantagens da formação dos pastos, variedades de forragens e qualidades que mais se adaptam á zona;
- j) Incovenientes da devastaçáo das florestas, principalmente pelo fogo;
- k) Culturas mais apropriadas á Região;
- l) Diferentes raças de gado e as quais mais convem ao logar
(MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 24).

Diante do exposto, é válido complementar que o mestre de cultura se deslocava até a fazenda somente através de um pedido que era realizado pelo fazendeiro solicitando quais instruções gostaria de receber em sua propriedade. Os pedidos eram atendidos conforme ordem de prioridade. Cada atendimento realizado pelo mestre era mencionado em um relatório, no qual deveria constar o serviço que foi executado. No final de cada mês, esse relatório constando os serviços realizados e mais os outros pedidos que constavam como não atendidos, eram enviados para a Diretoria de Agricultura⁶¹.

⁶¹ Foi reestruturada pelo Decreto nº 2.027 de 8 de junho de 1907, intitulada como Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, estando sob a responsabilidade do Secretário de Finanças (MACHADO, 2010).

Com base nos estudos realizados por Faria (1992), se faz necessário complementar que “dentre as inúmeras tentativas de disseminação do ensino prático de agricultura, o ensino ambulante foi a mais duradora” (FARIA, 1992, p.272). Entretanto, por conta das dificuldades que existiam para realizar o monitoramento dos trabalhos, e por conta da falta de transporte para os mestres de cultura, no final de 1920 o ensino agrícola ambulante foi extinguido.

2.5. As Fazendas-modelo

As fazendas-modelo foram instauradas no Governo de João Pinheiro com a promulgação da Lei nº 438, em 24 de setembro de 1906, que “[autorizava] o Presidente do Estado a estabelecer nas proximidades de estradas de ferro e de navegação fluvial até seis colônias agrícolas, e a fundar, em pontos convenientes, até seis fazenda-modelo-agrícolas-pastoris e contém outras disposições” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS).

Faria (1992) aponta em seus estudos que

as fazendas modelo foram instituídas por João Pinheiro com o objetivo de absorverem alunos que mais se destacassem nos cursos elementares. Eram, portanto, segundo a Lei nº 444, de 1906, instituições de ensino médio agrícola. O Regulamento de 1911 alterou esse objetivo e desvinculou o ensino agrícola, a ser ministrado nas fazendas modelo, do curso primário elementar. Neste sentido, as fazendas deveriam, de acordo com os artigos 61 e 62 do referido Regulamento, receber, por período de 30 dias, trabalhadores indicados por fazendeiros e pelo Estado para estágio e aquisição de “destreza no manejo de máquinas agrícolas”. Deviam receber também moços nunca menores de 18 anos, “de conduta morigerada”, como aprendizes de técnicas agrícolas e veterinárias, por período mínimo de 10 meses (FARIA, 1992, p. 273).

Versieux (2010) e Faria (1992), defendem que João Pinheiro implementou as fazendas-modelo com o propósito de que estas se tornariam instituições de ensino secundário. Assim, essas fazendas-modelo receberiam os alunos concluintes do ensino primário que tivessem o melhor rendimento. Entretanto, esse propósito não se concretizou, pois, o ensino agrícola ministrado tinha como objetivo dois tipos de formação, sendo: formação de operários agrícolas e a formação de mestres de cultura. Referente aos mestres de cultura, estes tinham uma formação de ensino secundário profissional agrícola prático. Assim, os Artigos 61 e 62 do Regulamento de 1911 informam que:

Art.61. Além da demonstração prática dos trabalhos de campo, [...] as fazendas modelo, ministrarão a necessária instrução prática a moços que queiram habilitar-se para a profissão de mestre de cultura. Para este fim as fazendas modelo receberão moços de conducta reconhecidamente morigerada, nunca menores de 18 anos de idade, aos quaes serão dadas residência e alimentação gratuitas e transporte terro-

viário somente no caso de reconhecida pobreza. Estes moços tomarão parte nos serviços diários da fazenda, durante o tempo necessário para que possam assistir e executar todas as operações relativas as culturas em exploração na fazenda, desde o tamanho dos terrenos ate as colheitas e preparo de seus productos, sendo instruídos ao mesmo tempo, em todos os detalhes das culturas e da administração.

Art. 62. Findo o prazo da aprendizagem, que é limitado a 10 mezes, os aprendizes que quizerem poderão ser submetidos a um exame, que versará sobre os diferentes trabalhos de campo com os respectivos instrumentos, e numa exposição sucinta e verbal, por meio de perguntas e respostas, das regras que se devem observar na cultura das espécies exploradas na fazenda, como o modo de plantação, as épocas próprias para as diferentes espécies, o modo de estruturação, irrigação, capinas, colheitas, etc.: e bem assim em relação a administração, o modo de escripturação observado na fazenda e mais detalhes que tenham feito parte de sua aprendizagem (MINAS GERAES. DECRETO 3.356/1911, Art. 61 e 62) .

Com base nos estudos realizados por Versieux (2010), se faz necessário destacar que “em ambos os tipos de aprendizagem, não [se previu] nenhum tipo de instrução teórica - primária ou secundária, propedêutica ou profissional. Não houve um currículo prescrito, com programas a serem cumpridos” (VERSIEUX, 2010, p.83). Logo, o objetivo principal estabelecido para as fazendas-modelo era de ministrar para os mestres de cultura e para os aprendizes operários os conhecimentos básicos de pecuária e agricultura. Ainda segundo a autora, o currículo das fazendas-modelo teve como base o mesmo currículo que era ensinado na fazenda da Gameleira em Belo Horizonte.

Sobre a criação das seis fazendas-modelo, conforme determinação do Artigo 49 do Regulamento de nº2.027 de 08 de julho de 1907, elas deveriam ser criadas nas seguintes regiões: Região Norte, Região Sul, Região Oeste, Região da Zona da Mata, Região do Triângulo Mineiro e Região Centro. Este Regulamento também determinava em seu Artigo 56 que em cada fazenda-modelo fossem determinadas as culturas de acordo com as condições do solo e do clima onde estava localizada a fazenda. Logo, numa determinada região predominaria o ensino direcionado para a produção agrícola enquanto em outra região predominaria o ensino direcionado para as práticas pastoris. Diante do exposto, foram criadas as seguintes fazendas-modelo: Fazenda Gameleira, na cidade de Belo Horizonte, na recém capital do Estado; Fazenda Fábrica, na cidade do Serro, Região Centro-Nordeste do Estado; Fazenda Retiro do Recreio, localizada nas proximidades da Serra do Caraça, na cidade de Santa Bárbara, Região Central do Estado; Fazenda Diniz, na cidade de Itapeçerica, Região Oeste do Estado; Fazenda Aiuruoca, na cidade de Aiuruoca, Região Sul do Estado; Fazenda Bairro Alto, na cidade de Campanha, Região Sul (MACHADO, 2010; VERSIEUX 2010; FARIA, 1992).

A Fazenda Gameleira foi a primeira fazenda criada e seus terrenos foram adquiridos por João Pinheiro em 1906. A Fazenda Gameleira “ [...] situava-se acerca de seis km de Belo

Horizonte, à margem esquerda do Ribeirão Arrudas, na zona rural da cidade” (VERSIEUX, 2010, p.135). Nessa época, Belo Horizonte era uma cidade e uma capital recém-inaugurada, sendo uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, tendo sido inaugurada em 12 de dezembro de 1897⁶². Segundo Versieux (2010), a fazenda-modelo da Gameleira inicialmente tinha 28 alqueires. Tempos depois, outros terrenos vizinhos foram adquiridos à fazenda, totalizando uma área total de 44 alqueires. Logo no início do funcionamento da fazenda, foram feitas várias obras contemplando uma boa infraestrutura. Foram construídas casas dos aprendizes, dos guardas e da administração. Também foram realizadas as instalações de estrebarias de cavalo, chiqueiros de porcos, estábulos de bois, galpão para armazenar máquinas, esterqueira para dejetos e paiol. Além das construções e instalações que foram feitas na fazenda, cabe citar que foi criado na fazenda um posto zootécnico, que “[...] foi o primeiro a ser instalado no Estado, em fins de 1908, seguido por outros, em diversos pontos do interior, anexados ou não às fazendas-modelo”. (VERSIEUX, 2010, p.139). Este posto segundo estudos da autora, tinha como função realizar experiências de várias raças, sendo usado também para o ensino de zootecnia dos aprendizes da fazenda e do Instituto João Pinheiro⁶³. A fazenda também tinha uma certa importância para o Governo do Estado, pois fornecia sementes e mudas aos lavradores, carvão para a ferraria e capim para as estrebarias da polícia. A Fazenda Gameleira também recebia doações de animais de raça e de máquinas agrícolas vindas de particulares.

Como já dito anteriormente, o ensino ministrado na Fazenda Gameleira tinha como propósito formar operários agrícolas e mestres de cultura, que conforme o Decreto 2.027 de 1907 estabeleceu o tempo de aprendizagem de 10 meses na Fazenda Gameleira. Os trabalhadores de outras fazendas também podiam aperfeiçoar os processos na Fazenda Gameleira. Estes trabalhadores podiam ficar no local até 30 dias. A grande maioria dos mestres de cultura que desempenhavam trabalhos em outras fazendas, foram formados pela Fazenda Gameleira. Além de formar os profissionais aqui citados, agricultores e criadores também puderam usufruir de um campo de demonstração, onde eram apresentados os processos agrícolas e pastoris mais atuais.

Conforme análise de Versieux (2010), dos 83 aprendizes que passaram pela Fazenda Gameleira entre 1907 e 1908, pelo menos 13 aprendizes foram contratados pelo Estado de

⁶² Sobre a cidade de Belo Horizonte, confira o site da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁶³ O Instituto João Pinheiro foi criado através do Decreto n. 2.416, de 9 de fevereiro de 1909. O Instituto funcionou dentro da Fazenda Gameleira, que possuía uma boa estrutura para ministrar o ensino agrícola (VERSIEUX, 2010).

Minas Gerais para atuarem como mestres de cultura alocados na diretoria de Agricultura⁶⁴. Sob essa perspectiva, “visto de outra forma, cerca de 13% dos aprendizes práticos formados pela Gameleira entre 1907 e 1908 conseguiram um emprego público, depois de passarem pela fazenda-modelo” (VERSIEUX, 2010, p. 163). Entretanto, é importante expor que a autora destaca em sua dissertação que esse número de aprendizes pode ser maior. A autora não conseguiu apurar todos os nomes de aprendizes que estiveram na Fazenda Gameleira entre 1907 e 1908, mesmo assim, destaca que:

É significativa a quantidade de mestres de cultura absorvidos pela máquina estatal. A sua efetiva formação deu-se apenas a partir da inauguração da República e no início do século XX a burocracia mineira era ainda bem reduzida. Considero que ter sido aprendiz a mestre de cultura na fazenda-modelo da Gameleira representou uma possibilidade real de ascensão ou mobilidade social. Esta, porém, restrita aos segmentos sociais que possuíam alguma escolaridade, que eram alfabetizados, dada a natureza das funções que exerceram no Estado, e que possuíam alguma inserção na excludente sociedade mineira (VERSIEUX, 2010, p.164).

A quantidade de aprendizes formados pela Fazenda Gameleira se deu por conta da localização da fazenda, estrutura desejável e por questão de fiscalização por parte do Governo Estadual. Nota-se, que esses aspectos colaboraram para o ingresso de muitos aprendizes que vinham das proximidades da fazenda e de outras regiões do Estado.

A fazenda-modelo da Fábrica, foi criada através do Decreto nº 2.099 de 1907, localizava-se na cidade do Serro, Região Centro-Norte do Estado. A fazenda possuía 25 alqueires de área e foi adquirida por João Pinheiro durante uma visita na cidade. Lá foram cultivados cereais, arroz, mandioca, feijão, cebolas e batatas. A fazenda também tinha semeadeiras, cultivadores, máquinas de beneficiar arroz e mandioca. O primeiro administrador da fazenda foi o mestre de cultura Joaquim Mortimer Dayrell, capacitado pela Fazenda Gameleira (VERSIEUX, 2010).

A fazenda-modelo Retiro do Recreio foi criada pelo Decreto nº 2.129 de 1907, situava-se em Santa Bárbara, no vale do Rio Piracicaba, Região Central do Estado. A aquisição da fazenda deu-se através de doação de terrenos da Câmara Municipal de Santa Bárbara para o Estado de Minas Gerais. A área total da fazenda compreendia 100 alqueires, e lá foram cultivados milho, feijão, algodão, fumo cana de açúcar e abacaxi. A fazenda também possuía

⁶⁴ Os dados apresentados pela autora foram encontrados nos relatórios publicados pela diretoria de Agricultura e pela Secretária da Agricultura entre os anos de 1908 e 1915. Para visualizar os dados na íntegra confira, Versieux 2010, p.107.

instrumentos e máquinas agrícolas. O primeiro mestre de cultura que administrou a fazenda foi Firmino Garcia, formado pela Fazenda Gameleira (VERSIEUX, 2010).

Em Itapecerica, Região Oeste do Estado, situava-se a fazenda-modelo Diniz. Ela foi criada pelo Decreto nº 2.131 de 1907, possuía uma área total de 15 alqueires e foi doada por particulares. O nome da fazenda era em homenagem aos doadores e antigos donos, Major Ignácio Ferreira Diniz e sua esposa Beralda Rita Diniz. A principal atividade da fazenda era a criação de animais. O primeiro administrador foi o mestre de cultura, formado pela Fazenda Gameleira, Américo de Souza Barbosa (VERSIEUX, 2010).

A fazenda-modelo Aiuruoca compreendia uma área total de 15 alqueires, situava-se na cidade de Aiuruoca, Região Sul do Estado e foi criada através do Decreto nº 2.201 de 1908. A aquisição da fazenda ocorreu através de doação feita pelo Coronel Francisco de Oliveira para o Estado de Minas Gerais. Na fazenda foram cultivados trigo, aveia, cevada, amendoim, milho, feijão, mandioca e arroz. O primeiro administrador foi o mestre de cultura Antônio de Souza Vila Lobos, formado pela Fazenda Gameleira (VERSIEUX, 2010).

Na cidade de Campanha, Região Sul do Estado, situava-se a fazenda-modelo Bairro Alto que tinha um total de 300 alqueires, mas possuía apenas 2% de área plantada. Ela foi criada através do Decreto nº 2.309 de 1908, a fazenda pertencia ao Governo da união, sendo realizada a transferência do Governo da União para o Governo Estadual. Na fazenda foram cultivados feijão, milho, cebola, batata, arroz e inhame. Francisco Veloso foi o primeiro administrador, ele era mestre de cultura formado pela Fazenda Gameleira (VERSIEUX, 2010).

Com a finalidade de atingir um maior número de trabalhadores adultos, conforme Decreto, as fazendas-modelo seriam distribuídas em diferentes regiões do Estado. No entanto, essa distribuição determinada não foi atendida. Nem todas as regiões do Estado tiveram fazendas-modelo instaladas, comprometendo assim o desenvolvimento das regiões. Nota-se, que mesmo tendo funcionado entre os anos de 1907 e 1915, as fazendas-modelo desempenharam um papel importante na formação dos trabalhadores agrícolas. Além de ensinar uma profissão, esses estabelecimentos formavam cidadãos para a República.

Ao detalhar aqui sobre as modalidades de ensino agrícola que foram implementadas pelo Estado, é possível inferir que o ensino técnico primário era ministrado em escolas públicas, lado a lado com o ensino da escrita, leitura e aritmética. E o ensino técnico secundário era ministrado em fazendas-modelo, onde o ensino era direcionado para o conhecimentos prático. Percebe-se, que durante o período em que esteve em atividade, o ensino agrícola foi motivo de preocupação por parte do Estado. Este, enxergava no ensino agrícola uma alternativa para que

o trabalho se tornasse qualificado e organizado. Assim, tais preocupações do Estado, em parte foram resolvidas com as medidas concretas que foram descritas nesse capítulo.

CAPÍTULO 3. AS SINGULARIDADES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS

Neste capítulo apresentaremos as singularidades da Escola Agrícola de Lavras. Demonstraremos como ocorreu o processo de institucionalização, quanto ao propósito de criação, os saberes que circularam na escola, a identificação dos sujeitos e a organização espaço-temporal. Embasou a escrita deste capítulo a documentação produzida pela escola que tomamos como fontes, tais como: os prospectos, o álbum de visita, as cartas, os folhetos de propaganda, as fotos e o livro de registro dos alunos. Além disso, alguns jornais da época, boletins, revistas e manuais, que foram produzidos por outras entidades fizeram parte do contexto. Os documentos aqui citados foram encontrados no Instituto Pró-Memória Gammon, no Museu Bi Moreira e na Biblioteca da UFLA, todos localizados na cidade de Lavras. A leitura e análise das fontes inspirou-se em Justino Magalhães, que nos auxilia na compreensão de que a história de uma Instituição “[...] inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica” (MAGALHÃES, 2014, p.147).

3.1. O propósito de criação da Escola Agrícola de Lavras

De acordo com Meira (2009), foi durante as viagens que fez a cavalo na zona rural de Lavras, para evangelizar os produtores rurais, que Samuel Gammon começou a idealizar a criação de uma escola agrícola. Ao visitar as pequenas propriedades, o missionário observava que as famílias tinham dificuldades com o cultivo da terra e com a criação de gado. As técnicas de cultivo da terra e a criação de gado que eram operacionalizadas pelas famílias, eram consideradas arcaicas pelo missionário. Logo, essas observações feitas por ele mostraram que seria importante que aquelas famílias, principalmente as gerações mais novas, tivessem acesso às técnicas modernas para o manuseio da terra.

Para Rossi (2010), foi a partir do que viu Samuel Gammon, das visitas que fez às fazendas, que se propôs a dar início aos trabalhos de criação de uma escola agrícola. O ponto de partida foi uma solicitação que ele fez ao Professor Augusto Shaw, de que indicasse um agrônomo dos Estados Unidos da América para vir ao Brasil para auxiliar na criação de uma escola. Assim, no ano de 1907, o agrônomo recém-formado Benjamin Harris Hunnicutt veio para o Brasil com a responsabilidade de organizar e dirigir a Escola Agrícola de Lavras.

Segundo Araken Amâncio Bezerra (2016), Benjamin Hunnicutt, aos 21 anos de idade, embarcou em Atlanta, Estado norte-americano da Geórgia, no dia 17 de novembro de 1907. Ele

chegou em Nova York e alguns dias depois embarcou rumo ao Brasil, chegando no Rio de Janeiro na semana do Natal. Da cidade do Rio de Janeiro Benjamim Hunnicutt viajou até Lavras. Ele enfrentou inúmeras dificuldades durante o trajeto por não saber falar português. Chegando em Lavras ele começou a estudar o idioma com um professor particular, dedicava cinco horas de estudo por dia. No mês de maio de 1908, Benjamim Hunnicutt e Samuel Gammon viajaram aos Estados Unidos da América para trazer recursos materiais para a Escola Agrícola. Nessa viagem, eles importaram suínos e gados de raça. O autor relata que essa importação teve a anuência do Presidente de Minas Gerais João Pinheiro e do Presidente do Brasil Affonso Penna.

O próprio Benjamin Hunnicutt, em entrevista dada ao Jornal O Agrário, no ano de 1958, contou a sua história lembrando uma carta que foi enviada para o Professor Augustus Shaw, na qual descreveu com detalhes como aconteceu a solicitação de Samuel Gammon:

[...] no começo deste século o Dr. Samuel Rhea Gammon dirigia o Instituto Evangélico de Lavras e viajava a cavalo por toda parte, nos seus trabalhos de evangelização. Ele visitava um sem número de fazendas de amigos. Nessas visitas, o que lhe impressionava mais eram os problemas, tanto de agricultura como de criação de gado. Percebeu, então, que deveria aos filhos desses agricultores uma oportunidade de estudar Agricultura. Esperava, naquela ocasião o Professor Augusto Shaw, que deveria vir dos Estados unidos para cooperar com ele como professor do Instituto. Imediatamente escreveu ao professor Shaw: "Arranja-me um moco para ensinar Agricultura, pois quero fundar uma Escola Agrícola ". O Professor Shaw, por sua vez, escreveu ao Studants Volunter Moviment, procurando saber se não havia ali um agrônomo que quisesse vir ao Brasil, cooperar com o Dr. Gammon no seu ideal de fundar a Escola. Ai e que entro na questão. Eu tinha me oferecido para fazer um trabalho em qualquer parte do mundo, dano preferência a Índia. Quando recebi a carta do Prof. Shaw, respondi afirmativamente. Dali algumas semanas recebi a carta do Dr. Gammon, convidando-me para colaborar com ele. Era a origem; era o marco inicial da história da Escola de Agronomia de Lavras (BENJAMIN HARRIS HUNNICUTT. Entrevista O Agrário anno XII, N°52, set. 1958 *apud* ROSSI, 2010, p.69).

No ano de 1908, o Reitor do Instituto Evangélico, Samuel Gammon, juntamente com o agrônomo Benjamin Hunnicutt, apresentaram para o público de Lavras um curso prático de agricultura. Este curso seria ofertado pela já instalada Escola Agrícola de Lavras. Assim, Samuel Gammon anunciava a oferta do curso da Escola Agrícola no prospecto do Instituto Evangélico:

Desde que fundamos o nosso estabelecimento de ensino em 1904, nutrimos o desejo de proporcionar aos alumnos que se destinam á vida de agricultores um curso especial de estudos que os prepare para convenientemente aproveitar as riquezas naturais da terra. Incontestavelmente, a mão da natureza prodigalizou os seus beneficios quando passou por esta terra: o sólo é uberrimo, o clima é salubre e favoravel; não menos

certo é, porém, que o povo tem sabido desfructar estas ricas dadivas da generosa providencia. Nenhuma sciencia ou arte, neste ultimo meio-seculo, tem feito progresso como a arte e a sciencia de agricultura em certos paizes da Europa e America. Na Inglaterra, no Canadá, e nos Estados Unidos do Norte, os governos federaes e estadoaes, bem como sociedades patrioticas e individuos altruistas, tem gastado fabulosas sommas de dinheiro para fundarem estabelecimentos de instrucção onde a mocidade, que, pressurosa, affluia ás aulas, podesse aprender os conhecimentos sempre-crescentes desta mais moderna e mais importante – ao mesmo tempo mais antiga e mais honrada – sciencia e arte. O Brazil é essencialmente um paiz agricola, e Minas, sobretudo, tem sua principal fonte de riqueza no seu sólo fertilissimo. Os interesses da umerosissima classe de lavradores exigem que seja feito aqui o que se vae fazendo em outros paizes adeantados. Está chegando o tempo em que desejamos, por meio de nossa Escola Agricola, concorrer modestamente para o desenvolvimento desta sciencia e o progresso desta arte de agricultura. Quando falamos de “Agricultura”, empregamos o termo em sentido lato, abrangendo todas as ramificações da vida do fazendeiro. **O curso, portanto, que ensina a sciencia e a arte de agricultura deverá abranger, não sómente o que disser respeito á plantaçõ, cultivo e colheita dos fructos da terra, mas tambem os principios que têm de ser observados na criaçõ de todas as especies de gado e na depuraçõ da raça dellas, e bem assim o essencial da industria de lacticinios e da horticultura.** Uma das cousas que tem difficultado o desenvolvimento da vida agricola é a ideia entre o povo de que o agricultor pertence a uma classe menos illustrada do que o bacharel em lettras. Esta ideia é perniciosa, e para removel a é preciso que a Escola Agricola, ao passo que dá aos seus alumnos a instrucção necessaria para a lavoura scientifica, lhes dê tambem a cultura intellectual que os prepare a defender os direitos de sua classe nas assembléas legislativas, ou perante sociedades scientificas, sem medo de medirem suas forças com as de outra classe qualquer. Tal devera ser o curso da Escola Agricola. Tudo não poderemos conseguir no principio. Mas, começando modestamente, procuraremos melhorar o trabalho de anno em anno, até que seja realizado completamente o nosso ideal (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908, p. 8 e 9 - grifo nosso).

Como pode ser visto na explanação realizada por Samuel Gammon, a proposta da Escola Agrícola era de uma escola que viria a ser um espaço formativo das ciências e das artes agrícolas, preparando os trabalhadores da terra não somente para as atividades concernentes à lavoura, mas para a defesa de seus direitos “nas assembleias legislativas”, como asseverou. Para ele, Minas Gerais com seu solo abundante e clima favorável tinha a agricultura como atividade econômica principal. Sendo assim, o propósito do curso apresentado pela Escola Agrícola era para demonstrar o potencial da agricultura como ciência e como arte. O objetivo da escola, segundo o missionário, era ofertar um curso que envolveria todas as atividades que faziam parte do dia a dia da vida do fazendeiro. Assim, os alunos aprenderiam o conteúdo sobre plantaçõ, colheita e cultivo dos frutos. Aprenderiam também os conhecimentos básicos sobre a criaçõ de todas as espécies de gado e conhecimentos essenciais sobre a indústria de laticínios e da horticultura.

3.2. Do ensino primário elementar ao ensino médio ou teórico prático: programa de ensino

A Escola Agrícola iniciou o curso agrícola sob a forma elementar⁶⁵ de modo precário. (BEZERRA, 2016). Eram utilizadas as mesmas instalações do prédio onde aconteciam as aulas do curso ginásial. Faltavam recursos, a Escola Agrícola não tinha nem livros. Os alunos copiavam o conteúdo das matérias que eram ditadas pelos professores. Havia dificuldade de comunicação entre os alunos e o diretor Benjamin Hunnicutt, por ser ele norte-americano e não falar a Língua Portuguesa de forma fluente. Entretanto, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, no início de sua fundação, a Escola Agrícola formou sua primeira turma em 1911. Os alunos que formaram nessa primeira turma eram os mesmos alunos que frequentaram o ginásio⁶⁶. O quadro⁶⁷ demonstrado adiante foi divulgado no prospecto do Instituto Evangélico em 1908, e descreve o primeiro programa de ensino da Escola Agrícola.

⁶⁵ Em 1906, o Presidente do Estado de Minas Gerais João Pinheiro, resumiu por meio da Lei nº 444, de 2 de outubro de 1906, as formas de se ministrar o ensino agrícola no Estado. Assim, ficou estabelecido que “[...] nas escolas primárias sob a forma simples e elementar e nas fazenda modelo, onde [seriam] admitidos os alunos que mais se [destacassem] nos cursos elementares (FARIA, 1992, p.242).

⁶⁶ O ginásio foi fundado em 02 de fevereiro de 1904 como parte integrante do Instituto Evangélico, criado especificamente para atender meninos. No ano de 1908 o ginásio do Instituto Evangélico foi equiparado ao Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) pelo decreto 7.056 de 6 de agosto de 1908. O objetivo do ginásio do Instituto Evangélico era dar instrução sólida, e conhecimento completo de todas as matérias da mesma maneira que era realizada no Ginásio Nacional (BEZERRA, 2016; MEIRA, 2009)

⁶⁷ O documento original encontra-se no Anexo A deste trabalho.

Quadro 2. Primeiro programa de ensino - Escola Agrícola 1908.

I ANNO	II ANNO	III ANNO	IV ANNO
Portuguez	Portuguez	Portuguez	Algebra
Geographia	Geographia	Algebra	Geometria
Arithmetica	Arithmetica	Geometria	Trigonometria
Francez ou Inglez	Algebra	Trigonometria	Litteratura
Desenho	Francez ou Inglez	Francez ou Inglez	Historia
Uma hora por dia na officina de selaria	Desenho	Chimica	Francez ou Inglez
Trabalhos Practicos de Agronomia	Agricultura	Agricultura	Historia Natural
–	Estudo Practico e Theorico de Implementos Agrícolas	Animaes Domésticos, Sua Criação e o Modo de os Melhorar	Agricultura
–	Drainagem e Irrigação	Horticultura	Laticínios
–	Uma Hora por Dia na Officina de Carpintaria	Trabalhos Practicos de Agronomia	Sciencia Veterinária
–	Trabalhos Practicos de Agronomia	Uma hora por dia na officina de Ferreiro	Trabalhos Practicos de Agronomia
–	–	–	Uma hora por dia nas officinas:um trimestre na de sellaria, um na de carpintaria e um na de ferreiro

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908, p. 9 e 10.

O quadro acima demonstra o primeiro programa de ensino da Escola Agrícola. Em 1909, no segundo ano de funcionamento da Escola Agrícola, a instituição divulgou o programa de ensino com algumas alterações. Esse programa de ensino também foi apresentado no prospecto do Instituto Evangélico conforme pode ser visto no próximo quadro⁶⁸.

⁶⁸ O documento original encontra-se no Anexo B deste trabalho.

Quadro 3. Programa de ensino - Escola Agrícola 1909.

I ANNO	II ANNO	III ANNO	IV ANNO
Portuguez	Portuguez	Portuguez	Geometria
Geographia	Geographia	Algebra	Trigonometria
Arithmetica	Arithmetica	Geometria	Litteratura
Francez ou Inglez	Algebra	Francez ou Inglez	Historia
Desenho	Francez ou Inglez	Botanica	Francez ou Inglez
Uma hora por dia na oficina de selaria	Desenho	Chorographia	Historia Natural
Trabalhos Practicos de Agronomia	Agronomia	Chimica	Zoologia
–	Phytotechnia	Agronomia	Agronomia
–	Drainagem e Irrigação	Zootecnia	Laticinios
	Uma hora por dia na oficina de carpintaria	Horticultura	Sciencia Veterinaria
–	Trabalhos Practicos de Agronomia	Trabalhos Practicos de Agronomia e Lacticinios	Clinica Veterinaria
–	–	Uma hora por dia na oficina de ferreiro	Trabalhos Practicos de Agronomia e Lacticinios
–	–	–	Uma hora por dia nas oficinas:um trimestre na de sellaria, um na de carpintaria e um na de ferreiro

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 12.

Fazendo um comparativo do programa de ensino que foi apresentado em 1909, com o primeiro programa de ensino que foi apresentado no ano de 1908, é possível observar que: no primeiro ano do curso não houve alteração. No segundo ano do curso, Agricultura foi substituída por Agronomia, já Estudo Prático e Teórico de Implementos Agrícolas foi substituída por Fitotecnia. No terceiro ano, Trigonometria foi retirada do programa, houve o acréscimo das disciplinas Botânica e Chorographia, Agricultura foi substituída por Agronomia,

Animais Domésticos, Sua Criação e o Modo de os Melhorar foi substituída por Zootecnia e Trabalhos Práticos de Agronomia foi substituída por Trabalhos Práticos de Agronomia e Lacticínios. No quarto ano, Álgebra foi retirada do programa, ocorreu a substituição da disciplina Agricultura por Agronomia e Trabalhos Práticos de Agronomia por Trabalhos Práticos de Agronomia e Lacticínios, foram acrescentadas as disciplinas Zoologia e Clínica Veterinária.

No ano de 1908 foi estabelecido um período de quatro anos para o curso agrícola. Após as modificações que ocorreram no programa de ensino do ano de 1909, o curso seguiu com o mesmo programa até 1911 quando formou a primeira turma.

Bezerra (2016) relata que em 1912, Samuel Gammon fez uma retrospectiva dos quatro primeiros anos de funcionamento da Escola Agrícola, objetivando reestruturar o curso. Logo, o curso agrícola primário elementar foi modificado para o ensino médio ou teórico prático⁶⁹. A finalidade da reestruturação era “proporcionar aos alunos um preparo que os [habilitasse] tanto para trabalhos técnicos como para a vida pratica de agricultor” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1913, p. 18). A reestruturação do curso também visava atender as exigências do Decreto nº 8319 de 20 de outubro de 1910, assinado pelo Presidente do Brasil Nilo Peçanha⁷⁰ que determinava:

CAPÍTULO I

Art. 1º O ensino agronomico instituido no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o presente regulamento, tem por fim a instrucção technica profissional relativa á agricultura e ás industrias correlativas, e comprehende o ensino agricola, de medicina veterinaria, zootechnia e industrias ruraes.

CAPITULO II DO ENSINO AGRICOLA

Art. 2º O ensino agricola terá as seguintes divisões:
1º Ensino superior.

⁶⁹ O Estado determinou que o formato do ensino agrícola fosse mais prático do que teórico. Como tal, o Estado concedeu à “[...] iniciativa particular o encargo de ministrá-lo nos níveis médio e superior (FARIA, 1992, p. 267).

⁷⁰ Nilo Procópio Peçanha (1867 - 1924) nasceu na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Ele era filho de Sebastião de Sousa Peçanha e de Joaquina Anália de Sá Freire. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e depois ingressou na Faculdade de Direito de Recife, tendo graduado no ano de 1887. Foi fundador e Presidente do Clube Republicano de Campos e do Partido Republicano Fluminense o PRF. Nilo Peçanha foi Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), Deputado Federal pelo partido PRF (1891-1903), Senador (1903), Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906) e Vice-Presidente da República na chapa de Affonso Penna (1906-1910). Em 14 de junho de 1909 o Presidente Affonso Penna faleceu e então Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República até o final de 1910.

Fonte consultada: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes>.

- 2º Ensino médio ou theorico-pratico.
- 3º Ensino pratico.
- 4º Aprendizados agricolas.
- 5º Ensino primario agricolass.
- 6º Escolas especiaes de agricultura.
- 7º Escolas domesticas agricolas.
- 8º Cursos ambulantes.
- 9º Cursos connexos com o ensino agricola.
- 10. Consultas agricolas.
- 11. Conferencias agricolas.

(Fonte:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>)

As alterações no programa de ensino ocorreram no ano de 1912. Assim, o curso que antes era ensino primário elementar foi modificado para o ensino de nível médio. A partir dessa modificação, o curso que antes tinha uma duração de quatro anos, passou a ter uma duração de três anos. Em consequência dessa mudança, houve acréscimo na carga horária das atividades práticas e dos estudos teóricos. Determinou-se que para ser admitido pela escola o aluno deveria ter cursado os primeiros quatro anos do curso ginásio e prestar o exame de admissão. Outra exigência era a questão da idade, só poderiam ingressar no curso os alunos acima de 16 anos de idade. Entretanto, os menores de 16 anos só seriam aceitos “em caso excepcional a critério das autoridades da escola” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1918, p. 12). No quadro⁷¹ demonstrado adiante é possível visualizar a reestruturação curricular do curso.

⁷¹ O documento original encontra-se no Anexo C deste trabalho.

Quadro 4. Programa de ensino do curso de nível médio - Escola Agrícola 1912.

1 ANNO	H/S	2 ANNO	H/S	3 ANNO	H/S
Geometria no Espaço e Trigonometria	3	Zoologia Agricola	3	Chimica Agricola	3
Pysica Agricola	3	Noções de Chimica Organica e Analytica	3	Bromatologia	3
Botanica Agricola	3	Horticultura	3	Lacticinios	3
Chimica Inorganica	3	Agronomia	3	Agronomia Especial	3
Agronomia	4	Zootechnia	3	Noções de Medicina Veterinaria	2
Contabilidade Agricola	2	Agrimensura	2	Geologia e Mineralogia	2
Inglez	2	Mechanica Elementar	2	Desenho de Construcções	2
These mensal, sobre assumpto technico	–	Inglez	1	Pathologia Vegetal	2
Trabalhos practicos na fazenda	9	These bimensal sobre assumpto technico	–	These trimensal sobre assumpto technico	–
Laboratorio: Botanica	2	Trabalhos practicos na fazenda	8	Trabalhos practicos na fazenda	3
Laboratorio: Physica	2	Trabalhos practicos nas oficinas	5	Trabalhos practicos nas officinas	5
Laboratorio: Chimica	2	Laboratorio: Zoologia	3	Laboratorio: Chimica	3
–	–	Laboratorio: Chimica	2	Laboratorio: Pathologia Vegetal	2
–	–	Laboratorio: Agrimensura	2	Laboratorio: Agronomia	3
–	–	–	–	Laboratorio: Lacticinios	4
*Em todos os annos haverá 2 aulas de Historia Sagrada por semana					

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1912, p.19.

Em função da determinação do Decreto nº8.319, a Escola Agrícola reestruturou o tempo das atividades práticas e o tempo das atividades teóricas. Com base na análise dos prospectos do Instituto Evangélico, nota-se que, o aprendizado nas oficinas, a habilidade para manejar a terra, o cuidado com os animais e as experiências nos laboratórios de Química, Física, Botânica, Zoologia, Agrimensura, Agronomia, Laticínios e Patologia Vegetal, demandavam dos alunos uma dedicação maior para estas atividades. Disciplinas como, Geometria no Espaço e Trigonometria, Contabilidade Agrícola, Inglês, Mecânica Elementar e Patologia Vegetal, não requisitavam dos alunos um estudo prático. É possível observar no quadro anterior, que no primeiro ano do curso, as disciplinas teóricas contabilizavam 20 horas semanais e as atividades práticas totalizavam 15 horas semanais. No segundo ano permaneceram as 20 horas semanais para as disciplinas teóricas. Já as atividades práticas, somavam 20 horas semanais, 5 horas a mais que no primeiro ano. No terceiro ano observa-se 20 horas semanais para as disciplinas teóricas e 20 horas semanais para as atividades práticas.

Ainda sobre o programa de ensino demonstrado no quadro 4, temos as disciplinas Tese Mensal, Tese Bimensal e Tese Trimensal. Sobre estas disciplinas, Rossi (2010) e Meira (2009) detalham que essas teses eram mensais para os alunos do primeiro ano, bimestrais para os alunos do segundo ano e trimestrais para os alunos do terceiro ano. Os alunos deveriam produzir um trabalho textual de algum assunto técnico e deveriam expor e discutir sobre o mesmo. As teses também eram consideradas uma extensão das aulas de Português, estando sobre a incumbência do professor de Português a correção textual. Rossi (2010) aponta que “[...] as theses eram julgadas pelo professor de Português e pelo professor da cadeira a que pertencia o assunto discutido pelo aluno”. (ROSSI, 2010, p.86).

Meira (2009) reitera que com relação à apresentação das teses, era analisada a habilidade de argumentação do aluno referente aos conhecimentos adquiridos. Os alunos também eram avaliados sobre o conhecimento e o domínio da Língua Inglesa, devido à origem da escola e devido à nacionalidade dos professores.

Nessa perspectiva, é importante descrever que o domínio da Língua Inglesa era primordial para o aprendizado dos conteúdos. Era importante o domínio da língua pois, grande parte dos livros escolhidos para o curso vinham dos Estados Unidos da América. Como tal, Meira (2009) cita os seguintes livros que foram adotados:

Agronomia, *Forage Plants and Their Culture* do autor Charles Vancouver Piper; Química, *Qualitative Chemical Analysis* do autor Arthur A. Noyes; Economia Rural, *Farm Management* do autor George Frederick Warren; Horticultura, *Manual of Tropical and Subtropical Fruits* do autor Wilson Popenoe (MEIRA, 2009, p.139).

Precisamente sobre os livros didáticos adotados pela Escola Agrícola, é oportuno realçar com dados corroborados pela autora Taís Nívia de Lima e Fonseca (1999) que:

O livro didático e a educação formal não estão descolados do contexto político e cultural e das estruturas de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. Sua elaboração não parte, exclusivamente, de interesses pré-estabelecidos, mas incorpora as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo. Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Junto à arte, à imprensa e outros meios de comunicação, colaboram para a circulação e a apropriação de determinadas ideias, valores e comportamentos. Os livros didáticos têm sido, de fato, um dos grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade (FONSECA, 1999, p.203).

Diante do exposto acima, é conveniente dizer que os livros que foram adotados pela escola traduziam a intenção do projeto de educação nos moldes da nacionalidade dos precursores da instituição. Outra constatação que é importante destacar, ancorada nos estudos de Rossi (2010) que, até 1920, o Brasil apresentava uma carência na produção de livros didáticos direcionados para a Agronomia. Por esse motivo, justifica-se a escolha por livros de origem norte-americana. Rossi (2010) reitera que alguns livros foram escritos pelos próprios professores da instituição, tais como: livro do Milho e Agrologia, foram escritos pelo diretor e professor da escola Benjamin Hunnicutt; o livro Grammatica Portuguesa escrito pelo professor Firmino Costa. Com base nas concepções de Justino Magalhães (2004), os livros eleitos pela escola além de demonstrarem o encadeamento do ensino-aprendizagem demonstram também a narrativa de construção da identidade da instituição.

Ainda sobre as disciplinas da escola, nos prospectos pesquisados encontramos as disciplinas: Ginástica Militar, Piano e História Sagrada. As mesmas, não estavam formalmente ligadas à formação dos alunos da Escola Agrícola. Embora essas disciplinas não estivessem presentes no programa de ensino, estavam presentes no cotidiano dos alunos, principalmente dos alunos internos.

Das disciplinas que foram pesquisadas, há que se destacar a Ginástica Militar, anunciada no prospecto de 1909, que dizia: “No anno proximo, a gymnastica militar e certas partes da disciplina militar serão introduzidas no Gymnasio e na Escola Agricola” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 18).

A disciplina Piano também foi anunciada no prospecto de 1909, que trazia: “A musica a piano é ensinada aos alumnos de todos os cursos, tanto aos externos como aos internos” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 17).

A disciplina História Sagrada, que aparece no programa de ensino do ano de 1912, determina duas aulas semanais durante todo o curso na Escola Agrícola. Essa determinação deixa claro para todos a natureza confessional da escola e “aponta para o objetivo da evangelização indireta”, discurso sustentado pelos missionários da igreja presbiteriana do sul dos Estados Unidos da América (MEIRA, 2009, p. 140). Na compreensão de Meira (2009), mesmo que a disciplina História Sagrada não convertesse os alunos para o presbiterianismo, a perspectiva era de que os ensinamentos pudessem favorecer para a formação dos alunos como cidadãos. Dessa forma, “[...] contribuiria naturalmente para criar também um ambiente de simpatia para com os protestantes, o que facilitaria a evangelização (MEIRA, 2009, p.140).

Dando sequência aos fatos que foram ocorrendo na Escola Agrícola, observamos que o prospecto do ano de 1918 anunciava futuras modificações. As mesmas, ocorreriam na escola a partir daquele ano. É válido ressaltar que muitas dessas modificações ocorreram em função do reconhecimento dado pelo Governo de Minas Gerais através da Lei nº 690⁷² de 10 de setembro de 1917, que

[...] concedeu a Escola Agrícola de Lavras as regalias de equiparação, admitindo a registro, na Secretaria do Interior em Bello Horizonte, diplomas dados aos alumnos formados por este estabelecimento, estamos promptos a envidar novos e maiores esforços pelo desenvolvimento desta escola technica, cujo exito significará beneficos feitos á mais importante das fontes da riqueza e felicidade nacional. Podemos acrescentar mais que está perante o Congresso Federal, actualmente, um projecto de lei, concedendo a Escola Agrícola de Lavras equiparação ás suas congengeres mantidas pelo Governo da União, havendo toda a probabilidade da sanção official deste projecto antes do fim do corrente anno (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1918, p. 11).

Nessa perspectiva, decorrentes das modificações propostas e visando oferecer um curso mais amplo e consistente, em 1919 foi ofertado um novo curso. O mesmo, foi anunciado no prospecto de 1919 com as seguintes disposições:

⁷² A Lei nº 690 de 10 de setembro de 1917, “autoriza o registro, nas repartições competentes, dos títulos conferidos pela escola agrícola de lavras e pela escola de odontologia e farmácia de belo horizonte e dispõe sobre o provimento de professores primários, equiparação de escola normal e caixas escolares”. Fonte consultada: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1917-09-10;690>.

[...] Neste anno, funcionará apenas o primeiro anno do novo curso, devendo os outros annos d'elle serem introduzidos successivamente de anno para anno. Os alumnos já matriculados continuarão os seus estudos de accordo com o programma do antigo curso. Tanto o novo curso como o antigo dão aos diplomados direito ao titulo de «Agronomo»; e, em vista das disposições da Lei nº690 de 10 de Setembro de 1917, os diplomas admitidos ao competente registro, na Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Geraes. O novo programma exige seis mezes de trabalhos práticos feitos durante os quatro annos do curso; e tudo que fôr possível será feito para que o alumno possa pôr em pratica as theorias estudadas nas aulas, afim de alcançar, desta arte, um preparo mais completo para a vida pratica na fazenda (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 13 -14).

Para ingressar no novo curso a Escola Agrícola exigia do candidato os primeiros quatro anos do curso ginásial. Além do curso ginásial, era exigido que o candidato realizasse os exames das disciplinas: “[...] algebra, arithmetica, geometria plana, portuguez, inglez, francez, geographia, hygiene e historia do Brazil” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 14). Outra exigência determinada pela Escola Agrícola era de aceitar atestados de exames finais das disciplinas listadas anteriormente “[...] somente dos estabelecimentos que fazem parte da Federação Universitaria Evangelica⁷³ (O Granbery⁷⁴, Mackenzie College⁷⁵, o Collegio Baptista⁷⁶, etc)” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 14). Com relação a exigência da idade para ingressar no curso, permanecia o mesmo critério dos anos anteriores, isto é, 16 anos de idade.

⁷³ A Federação Universitária Evangélica foi fundada no final da primeira década de 1900. A mesma, tinha como propósito fazer a junção de todos os estabelecimentos de caráter evangélico de nível primário, secundário e superior em uma Federação Universitária. Assim, as escolas seriam coordenadas seguindo os mesmos critérios estabelecidos pela Federação (BEZERRA, 2016).

⁷⁴ No ano de 1889, foi fundado na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, o Juiz de Fora High School andy Seminary. Ele foi fundado pelos missionários Jonh Mcphearson Lander e Jonh W. Wolling. Em 1890, após a visita do primeiro bispo da Igreja Metodista Episcopal do Sul ao Brasil, a Instituição teve seu nome alterado para Collegio Americano Granbery. Naquele tempo, a Instituição oferecia o curso primário, o curso secundário e o curso teológico. No ano de 1904, foi fundada a Faculdade de Odontologia e Farmácia e posteriormente a Faculdade de Direito (FERREIRA, 2010).

⁷⁵ Em 1870, o casal de missionários presbiterianos George Chamberlain e Mary Ann Annesley criaram a Escola Americana em São Paulo. A escola abrigava filhos de escravos e de famílias tradicionais. Em 1876 a Escola Americana implantou os cursos de Filosofia e Escola Normal. As notícias sobre a escola chegaram ao conhecimento do advogado Americano John Theron Mackenzie. Ele, mesmo sem conhecer o Brasil, deixou registrado no testamento uma doação à igreja presbiteriana para que fosse construída no Brasil uma escola de Engenharia. Assim, em 1896 foi fundado o curso da Escola de Engenharia Mackenzie (GOMES, 2007).

⁷⁶ O Colégio Taylor Egídio foi o primeiro Colégio Batista fundado no Brasil. Ele foi fundado em 1898, na cidade de Salvador, BA. O colégio foi fundado pela senhora Laura Taylor e pelo Capitão Egídio Pereira de Almeida. Posteriormente, foram fundados: o Colégio Batista Brasileiro de São Paulo (SP), Colégio Americano Batista do Recife (PE), Instituto Batista Industrial (PI), Colégio Americano em Vitória (ES), Colégio Batista Shepard (RJ), Colégio Batista Alagoano (AL), Colégio Batista Fluminense em Campos (RJ), Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte (MG). Fonte consultada: <http://www.batistas.com/portal-antigo/>.

Para compreender como se deu a mudança a partir do ano de 1919, a seguir estão os quadros⁷⁷ com o novo programa de ensino da Escola Agrícola. O novo programa de ensino, ou “programma de estudos” como foi chamado, foi apresentado no prospecto do ano de 1919.

Quadro 5. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 1º Ano.

1º e 2º semestres			
Disciplina	Aula	Laboratório	Unidade
Botanica	3	3	4 1/2
Historia Sagrada	2	-	2
Machinas Agricolas	2	2-3	3
Officinas	-	6	2
Physica	2	2	3
Portuguez	3	-	3
Trigonometria	2	-	2
	14	13-14	19 1/2

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.15.

Quadro 6. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 2º Ano.

1º semestre				2º semestre			
Disciplina	Aula	Lab.	Unid.	Disciplina	Aula	Lab.	Unid.
Agronomia	3	2-3	4	Agronomia	3	2-3	4
Topographia	1	6	3	Chimica	1	4	3
Chimica	3	2	4	Geologia	2	-	2
Portuguez	2	-	2	Topographia	1	3	2
Zoologia	3	3	4 1/2	Portuguez	2	-	2
Zootechnia	1	2-3	2	Zoologia	3	2	4
-	-	-	-	Zootechnia	2	2-3	3
	13	15-17	19 1/2		14	13-15	20

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.15.

⁷⁷ O documento original encontra-se no Anexo D deste trabalho.

Quadro 7. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 3º Ano.

1º semestre				2º semestre			
Disciplina	Aula	Lab.	Unid.	Disciplina	Aula	Lab.	Unid.
Agrologia	2	4	4	Agrologia	2	4	4
Agronomia	2	2-3	3	Agronomia	2	2-3	3
Avicultura	2	2-3	3	Bromatologia	2	2-3	3
Bacteriologia	2	2	3	Chimica	1	6	4
Chimica	2	2	3	Horticultura	2	6	4
Horticultura	2	6	4	Genesiologia	2	-	2
12			18-20	11			20-22
			20				20

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.15.

Quadro 8. Programa de estudos do novo curso de quatro anos - 4º Ano.

1º semestre				2º semestre			
Disciplina	Aula	Lab.	Unid.	Disciplina	Aula	Lab.	Unid.
Administração	3	2-3	4	Contabilidade	2	-	2
Agrologia	2	2	3	Economia rural	3	-	3
Construção rural	1-2	4-2	3	Phytopath	2	2	3
Entomologia	2	2	3	Silvicultura	2	2-3	3
Lactícínios	2	2-3	3	Technologia	2	2-3	3
Veterinária	3	2-3	4	Veterinária	2	2-3	3
-	-	-	-	Zootechnia	2	2-3	3
13-14			12-17	15			11-14
			20				20

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.16.

Com relação às disciplinas demonstradas nos quadros do novo programa de ensino, observa-se que: Botânica (1º ano - 1º e 2º semestre), Agronomia (2º ano - 1º e 2º semestre), Química (2º ano - 1º semestre e 3º ano - 2º semestre), Zoologia (2º ano - 1º e 2º semestre), Agrologia (3º ano - 1º e 2º semestre), Horticultura (3º ano - 1º e 2º semestre), Administração

(4º ano - 1º semestre) e Veterinária (4º ano - 1º semestre), são apresentadas com uma carga horária maior.⁷⁸

Ainda no prospecto de 1919, é anunciado que o trabalho na fazenda substituiria o trabalho nas oficinas. No período do curso, seis meses de trabalho prático seriam realizados na fazenda. Nota-se também, que a configuração do novo programa de ensino da Escola Agrícola determinava que os alunos realizassem atividades específicas. Como tal, eles deveriam realizar: seis meses de trabalhos práticos na fazenda da escola, visitas em outras fazendas e participação em exposições. A posteriori, eles deveriam apresentar o relato dessas eventuais atividades aos professores.

É relevante esclarecer que algumas disciplinas foram acrescentadas, outras foram excluídas e outras tiveram um peso maior na grade do curso. Dentre elas, Aritmética e Álgebra que constavam no programa de curso em 1908 e passaram a não constar no programa de curso do ano de 1919. Em contrapartida, foi possível observar que outras disciplinas foram incorporadas no programa de curso o ano de 1919, tais como: Agrologia, Avicultura, Bacteriologia, Administração e Entomologia. Essas alterações demonstram que a intenção da instituição era promover um ensino teórico com atividades práticas no ambiente rural.

Para termos uma dimensão do conteúdo que era lecionado, tomamos como referência as ementas das disciplinas. A descrição do conteúdo das disciplinas foi apresentada no prospecto do ano de 1919. No quadro 9⁷⁹ demonstrado adiante é possível compreender de forma detalhada os conteúdos que eram ministrados em cada disciplina.

⁷⁸ Com relação a carga horária, para a Escola Agrícola, a unidade de aula era compreendida “[...] por unidade uma aula semanal de 45 minutos ou 95 minutos de laboratório ou 145 de trabalho no campo” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.16).

⁷⁹ O documento original encontra-se no Anexo E deste trabalho.

Quadro 9. Programa de estudos do novo curso de quatro anos (continua).

Disciplina	Conteúdo
Botanica	Um curso geral estudando a structure das plantas, a sua physiologia e classificação. Começando com a cellula, estudam-se os diferentes tecidos vegetaes, sua reunião em órgãos, e as funcções destes órgãos com experiencias demonstrativas. A relação da planta para com o solo, alimentos, respiração, etc. da planta, coloração de cellulas (figuras cariocyneticas). Terminará o curso com um estudo das principaes familias de plantas do Brazil, taxinomia vegetal habilitando o alumno a classificar grande parte da flora do paiz com mais de cem familias.
Historia Sagrada	Historias do Velho Testamento e do Novo, – a vida de Jesus por tópicos. Historia do Novo Testamento, vida de Jesus livro de Actos, dados históricos das Epistolas. Historia do Velho Testamento: Tempos dos Patriarchas. Vida e obra de Moysés, periodo dos Juizes. Continuação da historia do Velho e do Novo Testamento.
Machinas Agricolas	Principios geraes de mechanica: transmissão de forças; materias de construcção; machinas para cultivação: sementeação, colheita, beneficiamento; bombas; motores á força animal: a vapor, de explosão, eolios; hydrodynamica e motores hydraulicos.
Physica	Propriedade geraes dos corpos. Forças, movimentos; leis da queda, pêndulos, alavancas. Pressão nos liquidos, pressão atmospherica, ar comprimido, bombas. Calor e seus efeitos, thermometros, calorimetria, fusão, ebulição, machinas a vapor. Meteorologia. Acustica, – transmissão do som, instrumentos musicaes, leis das vibrações das cordas, canudos abertos e fechados. Luz, – espelhos, lentes, instrumentos de optica. Magnetismo. Eletricidade estatica e dynamica, telegrafia, iluminação electrica, machinas magneto e dynamoelectricas.
Portuguez	Leituras; dictado; conjugação de verbos; exercícos de concordância em geral; narrações faceis oraes e por escripto; estudo de quadros; dictados e composições; belos trechos decorados.
Trigonometria	Funcções de ângulos, resolução de triangulos rectangulos e oblíquos.
Agronomia	Estudo ampliado das principaes culturas, milho, trigo, aveia, arroz, café, canna de assucar, mandioca, plantas forrageiras etc.
Agrologia	Estudo do solo, sua formação, composição, propriedades physicas, analyses mechanicas, agua no solo, drenagem, irrigação e conservação da fertilidade.
Economia Rural	Estudo do meio social, capital em suas diversas formas, o trabalho e a terra como factores economicos. Leis agrarias do Brazil.
Adm. de fazenda	Aptidões do fazendeiro, typos de lavoura, tamanho e escolha das fazendas, estudo dos problemas de administração da fazenda em todas as suas phases.
Horticultura	Um curso geral: preparo de terrenos para hortas: propagação das plantas; enxertia; cultura das principaes hortaliças; trato e plantio do pomar; cultivo das principaes fructas, modo de aproveitar os mercados locaes e distantes.
Zootechnia	Leis biologicas. Methodos zootechnicos, selecção e cruzamento. Selecção individual. Julgamento de animaes. Criação das especies de animaes domésticos, gado bovino para leite e para corte, gado cavalari, suino e bovino. Avicultura.
Bromatologia	Relação entre a vida vegetal e animal. Estudo das forragens proprias á nutrição dos animaes. Processo da nutrição. Determinação de rações. Estudo das rações destinadas ás diversas especies de gado em relação ao trabalho.
Veterinaria	Em vista do estudo da anatomia dos animaes feito no curso de zoologia, no de veterinaria o tempo todo é dedicado ao estudo de doenças e seu tratamento: doenças do cavallo, as dos órgãos digestivo, urinarios, respiratorios, e do systema nervoso; doenças principaes do boi e da vaca; idem do porco e do carneiro, molestias parasitarias, applicação dos medicamentos, inoculação e vacina.

Lactínicos	Divisão de Lactínicos, escolha de raça leiteira. O leite, a sua produção e composição, analyse commercial. Methodos de classificação e exportação.
Zoologia	Este curso consta do estudo da anatomia, physiologia, classificação, habitos, etc., dos animaes, tanto vertebrados como invertebrados, como referencia especial á agricultura e ao commercio. Daremos mais desenvolvimento ao estudo dos mammiferos, aves e insectos. No laboratorio serão feitos estudos na anatomia dos principaes typos por meio de dissecções. Serão feitas collecções de insectos uteis e prejudiciaes á agricultura. Estudo especial do corpo humano baseado em compendios, esqueletos e mappas. Embalsamento por varios processos modernos, especialmente com o uso do formol.
Microbiologia	Morphologia, physiologia, e taxonomia das bacterias, protozoarios, fermentos organizados e outros cogumelos microscopicos. Preparo de meios para cultura dos mesmos. Cultura e identificação de algumas especies typicas. A relação da sciencia e diversas industrias como agricultura, lactínicos, curtimento, fabrico de vinagre, etc.; a bacteriologia dos alimentos, das doenças de plantas e animaes; da agua.
Geologia e Mineralogia	Um curso elementar, estudando as condições phisicas da terra, a natureza e disposição das massas mineraes; os phenomenos actuaes e suas causas; e um resumo da historia da evolução da terra.
Entomologia	Estudo da anatomia interna e externa, physiologia, metamorphoses e classificação dos insectos, salientando o estudo dos uteis e dos mais prejudiciaes á agricultura. Os alumnos são obrigados a coleccionar os insectos, conserval-os e classifical-os de modo a facilitar o estudo da materia.
Phyto Pathologia	Estudo dos factores principaes que favorecem as molestias das plantas; algumas das causas principaes das molestias, estudos dos mais importantes cogumelos parasitas, e dos meios de combatel-os. Estudo das molestias constitucionaes, casos taratologicos; anomalias e monstruosidades, molestias devidas ás substancias nocivas, aos cuidados culturaes e ao ambiente. Estudo especial das parasitas animaes, como insectos e os inimigos naturaes destes.
Chimica	Chimica geral e estudo dos elementos mais communs e dos seus compostos que têm mais interesse para a vida humana. Leis fundamentaes da sciencia chimica.
Chimica Analytica	Analyses de diversos grupos de metaes e ácidos para reconhecer a presença dos elementos de cada grupo.
Chimica Agricola	Estudo theorico e experimental de adubos e solos. Analyses volumétricas.
Agrimensura	Medição pela cadeia, nivelamento, determinação de areas e volumes. Levantamento de plantas.
Mechanica Elementar	Resolução de problemas que se apresentam na vida agricola, especialmente dos da força hydraulica.
Desenho	Plantas de casas, cocheiras e outras construcções rurais.

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 6, 7, 8, 9, 12, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

É conveniente descrever com base nas análises que foram realizadas nos prospectos, e com base nos estudos dos autores Rossi (2010) e Meira (2009), as seguintes constatações. Desde que a Escola Agrícola foi fundada em 1908 até o recorte pesquisado de 1938, a escola realizou reestruturações que foram importantes para o programa de ensino. No início, ofertou-se um curso primário elementar com algumas atividades práticas no ambiente rural. Os primeiros alunos desse primeiro curso foram diplomados em 1911. Logo, em 1912 o curso foi

reestruturado de acordo com o Regulamento Geral do Ensino Agrônômico, datado de 20 de outubro de 1910. O novo curso estreou em 1912 nos moldes do ensino médio ou teórico prático. O curso deu sequência ao longo do tempo com algumas modificações pouco relevantes. Em 1919 o curso foi novamente reestruturado. Foi estendido para quatro anos, exigindo para a admissão a certificação das disciplinas do curso ginásial. Os certificados poderiam ser emitidos pelo Colégio Granbery, pelo Colégio Mackenzie e pelo Colégio Batista, conforme informado anteriormente. Esse curso de quatro anos prosseguiu até o ano de 1934. Quanto a certificação dos alunos, Rossi (2010) expõe que até o ano de 1930 a Escola Agrícola diplomou os alunos com o título de Agrônomo. A partir de 1934 outros títulos foram atribuídos, como, Agrônomo e Engenheiro Agrônomo.

Assim, diante do contexto apresentado até aqui, é viável afirmar com base em Dermeval Saviani (2016) que “um currículo é, portanto, uma escola funcionando, isto é, uma escola desempenhando uma função que lhe é própria” (SAVIANI, 2016, p. 57).

Outrossim, José Gimeno Sacristán (2013), diz que “[...] o currículo também tem o sentido de constituir [...] aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo” (SACRISTÁN, 2013, p. 16). Na análise de Sacristán (2013), essa definição expressa como deverá ocorrer a categorização dos conteúdos e a sequência que os mesmos serão transmitidos.

Nessa perspectiva, compreende-se que o currículo desempenhou a função de emissor de conceitos acerca dos conteúdos que foram transmitidos. Reproduzindo assim, uma identidade da instituição. O currículo da Escola Agrícola de Lavras traduzia a ideia dos seus idealizadores. Oferecer um curso concatenado com os ideais de modernidade e progresso sem deixar de atender aos propósitos da missão presbiteriana. Meira (2009) corrobora descrevendo que no caso da Escola Agrícola de Lavras, “[...] a organização dos saberes se relacionam [...] diretamente com os interesses do Estado [...] e com os interesses da vertente religiosa que a mantem, motivada por suas doutrinas e crenças” (MEIRA, 2009, p.135).

3.3. Sujeitos escolares

Ao inventariar a história de uma instituição educativa, percebe-se que os atores que estão ali inseridos são sujeitos que trazem uma história de vida, uma trajetória profissional, acenos e costumes que compõem o contexto da instituição. Assim, com suas pequenas atuações ou suas proezas ocasionam vicissitudes no dia a dia da instituição. Ao elucidar a história, a memória e os documentos de uma instituição educativa, compreende-se o vínculo dos sujeitos

com o meio ao qual está inserido. Assim, com o embasamento de Justino Magalhães (2004), é oportuno reportar que “[...] torna-se necessário entretecer os aspectos estruturais com dimensões e fatores processuais, especificamente: conhecer e caracterizar os atores e os sujeitos; inferir dos seus objetos de ação, expectativas, formas de realização e de participação” (MAGALHÃES, 2004, p.146). Logo, ao identificar e expor as atuações desses sujeitos, torna-se entendível a importância dos mesmos no contexto da instituição.

3.3.1. Professores

O início das atividades da Escola Agrícola no ano de 1908 foi com muita dificuldade, sobretudo em relação a contratação do corpo docente. Rossi (2010) aponta que houve fase em que a admissão de professores se deu de forma provisória. A autora cita ainda que “devido à escassez de professores do ramo, o Dr. Hunnicutt se sobrecarregava, ocupado da administração da escola e com as aulas”. (ROSSI, 2010, p.89)⁸⁰.

A grande maioria dos professores que fazia parte do corpo docente da Escola Agrícola em 1908, era do sexo masculino, protestante e formado em escolas internacionais de confissão protestante oriunda dos Estados Unidos da América. Entretanto, com relação a questão de gênero é possível visualizar nos prospectos da escola a presença tímida de algumas professoras no quadro do corpo docente. Algumas delas eram esposas dos missionários e atuavam junto com os seus maridos na missão. Outras, eram missionárias solteiras como Carlota Kemper. Elas deixaram seus familiares e vieram ainda solteiras para o Brasil, um País com costumes diferentes do seu País de origem. Elas trabalhavam na missão se deslocando de um local para o outro apenas sob o amparo da igreja presbiteriana. No quadro 10⁸¹, relacionamos o corpo docente que atuou no ano de 1909.

⁸⁰ É bom lembrarmos que Benjamin Harris Hunnicutt veio para o Brasil com a missão de organizar e dirigir a Escola Agrícola de Lavras. Além disso, também ministrou algumas disciplinas, esteve à frente de atividades relacionadas as questões agrícolas e escreveu um livro intitulado "O Milho: sua cultura e aproveitamento no Brasil", que contava com 12 capítulos e 304 páginas. O livro foi publicado em 1923 pela Livraria Leite Ribeiro do Rio de Janeiro.

⁸¹ O documento original encontra-se no Anexo F deste trabalho.

Quadro 10. O corpo docente de 1909.

Dr. Samuel R. Gammon, M.A	Reitor
Prof. Benjamin H. Hunnicutt, Bacharel em Ciências Agrícolas pela Escola Agrícola de Mississippi, U.S.A	Director, e Professor de Agronomia e Zootechnia
Dr. Caetano Scorza, formado em Sciencia Veterinaria pela Real Escola Superior, Napolis.	Veterinaria
Dr. Augusto F. Shaw, M.A, Universidade de Yale	Physica e Chimica Agricola
Dr. Horacio S. Allyn, Doutor em Medicina, Faculdade do Rio	Zoologia, Botanica
Prof. Firmino Costa	Portuguez
Prof. Alberto Baird	Mathematica
Prof. Santiago Matilla	Geographia, Chorographia e Historia
Prof. Carlos Rauber Von Plankenstein	Desenho
Prof. D. Carlota Kemper	Inglez
Prof. D. Adelia V. Shaw	Francez
*Deve chegar brevemente, vindo dos Estados Unidos, o Snr. Isasc Newton Richer, que vae reger a cadeira de Lacticinios.	

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p.10.

Como vimos, o quadro nomina os primeiros professores da Escola Agrícola e as disciplinas que lecionavam. Entretanto, importa assinalar que muitos deles já eram contratados do Instituto Evangélico e ministravam as disciplinas no ginásio. É importante descrever que no ano de 1909 o ensino ofertado na Escola Agrícola era o primário elementar, que era equivalente ao ginasial.

Ao se analisar os prospectos do Instituto Evangélico, observa-se que alguns professores são citados no ginásio e na Escola Agrícola ao mesmo tempo, como por exemplo: o professor Dr. Augusto Shaw, que ministrava as disciplinas de Física, Química e Matemática no ginásio e na Escola Agrícola as mesmas disciplinas; o professor Dr. Horácio Allyn, ministrava a disciplina de História Natural no ginásio e Zoologia e Botânica na Escola Agrícola; o professor Firmino Costa, ministrava Português e Literatura no ginásio e Português na Escola Agrícola; o professor Alberto Baird, ministrava as disciplinas Matemática e Escrituração Mercantil no ginásio e apenas Matemática na Escola Agrícola; o professor Santiago Matilla, ministrava Geografia, História e Lógica no ginásio, História Universal no Colégio Carlota Kemper, e Geografia, Chorographia e História na Escola Agrícola; o Professor Carlos Rauber Von Plankenstein, ministrava Alemão e Desenho no ginásio e apenas Desenho na Escola Agrícola; a professora D. Carlota Kemper, ministrava Latim e Inglês no ginásio e Inglês na Escola Agrícola, e a professora D. Adelia V. Shaw, ministrava Francês no ginásio, era Inspectora do 1º

e 2º anos, e ministrava Francês na Escola Agrícola. Dos professores que estão listados no quadro, os professores Benjamin H. Hunnicutt e o professor Dr. Caetano Scorza não aparecem no corpo docente do ginásio, o que indica que os mesmos atuaram somente na Escola Agrícola (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 4, 10 e 14).

É importante explicar que o corpo docente constituído pela Escola Agrícola trazia professores capacitados. Em sua grande maioria norte-americanos, e que estavam afinados com o discurso de modernidade e progresso proclamado pelo Reitor Samuel Gammon. Todos os professores citados aqui desempenharam papéis importantes dentro daquele ambiente. Mas, é válido trazer para esta discussão, a atuação de dois professores que são citados por outros pesquisadores e que tiveram uma influência na vida daquela sociedade. Como por exemplo, a missionária norte-americana Carlota Kemper e o brasileiro Firmino Costa.

Segundo Thais Batista de Andrade Arantes (2016) e Bezerra (2016), Charlotte Kemper, mais conhecida pelos lavrenses como D. Carlota Kemper, era filha de William Samuel Kemper e Sara Humphreys Kemper. Ela nasceu no dia 21 de agosto de 1837 em Warrenton no Estado da Virgínia. Seu pai, William Samuel Kemper, era diretor da Universidade da Virgínia e buscou proporcionar para a filha uma educação plena. De acordo a citação apresentada no prospecto do Instituto Gammon,

Carlota Kemper herdou e seu pai o dom do magisterio. Elle dedicara a sua vida aos problemas da instrucção, e a futura mestra passou os seus tenros anos á sombra das construcções classicas da Universidade de Virginia, seu Estado Natal. Nascida num periodo em que se dava pouca attenção á instrucção das mulheres, ella se mostrou a vida do saber, e estudou com afinco em escolas particulares, não descansando enquanto não se tornasse senhora de todas as materias ensinadas (INSTITUTO GAMMON, 1934, p. 22).

Sendo assim, Carlota Kemper estudou: Matemática, Álgebra, Geometria, Grego, Latim, Italiano, Francês, Alemão, Piano, Violão e Canto. Lecionou em escolas de Redland no Estado de Maryland e Albemarle Conty no Estado da Virgínia. Durante doze anos lecionou em Augusta Female Seminary, um Seminário feminino localizado em Staunton no Estado da Virgínia. Atualmente é uma Universidade chamada Mary Baldwin University (BEZERRA, 2016).

De acordo com Arantes (2016), Carlota Kemper veio para o Brasil no ano de 1882⁸². Ela veio, atendendo a um pedido feito pelo Reverendo Edward Lane durante um culto realizado nos Estados Unidos da América. Ela chegou no Brasil aos 45 anos de idade, e veio para trabalhar

⁸² Carlota nunca se casou, mas adotou uma menina órfã de mãe, chamada Lydia Pergher, que passou, posteriormente, a se chamar Lydia Kemper.

como professora no Colégio Internacional em Campinas, e para cuidar do departamento de meninas deste colégio. Um fato inusitado relacionado a Carlota, e que foi citado no livro escrito por Clara Gammon, esposa de Samuel Gammon, foi a visita de D. Pedro II no Colégio Internacional em Campinas no ano de 1883. Na ocasião, D. Pedro II ficou impressionado com a Carlota. Descreve, assim, Clara Gammon: “um incidente digno de nota, naquele tempo, foi a visita do imperador D. Pedro II, que observou tudo com cuidado e palestrou com D. Carlota, mostrando-se muito bem impressionado” (GAMMON, 2003, p.36) .

Figura 7. Carlota Kemper.



Foto realizada pela autora da dissertação (2018).

Fonte: Instituto Pró-Memória Gammon.

A missionária Carlota Kemper ficou muito conhecida em sua época pela forma como conduzia os trabalhos na instituição e pelas muitas habilidades que dotava. Além disso, era considerada pelos integrantes do Instituto Gammon, pessoa com dotes especiais, conforme registro na narrativa abaixo:

Já não era moça quando se transferiu para cá. Apesar disto, tornou-se proficiente na lingua portuguesa, tendo um conhecimento do idioma que nem todas as pessoas adquirem. Também fez um trabalho literario de não pequeno valor. Traduziu e publicou varias obras, preparou compendios para uso escolar, contribuiu com regularidade para revistas evangelicas, prestando assim uma contribuição valiosa á literatura evangelica deste paiz. É difficil dizer em que ramo do saber ella mais

brilhou. Fez-se mestra nas mathematicas superiores, a ponto de resolver problemas difficilimos por mero divertimento. Distrahia-se com a leitura dos classicos latinos e gregos, adquiriu um conhecimento concideravel do hebraico, podendo tambem ler com proveito e conversar em varias linguas modernas com facilidade e correção. Quasi não ha no curso escolar materia que ella não tenha ensinado, desde as primeiras letras até a filosofia e sciencias. Ao mesmo tempo o seu talento abrangia egualmente as bellas artes e as artes domesticas. Era ella eximia pianista, tinha gosto e feito pela pintura; fazia lindos trabalhos de agulha, quer bordados finos, quer roupas de uso commum ou de luxo; na arte culinaria mostrava tambem o seu talento, podendo preparar uma refeição ou fazer doces que deleitavam o paladar (INSTITUTO GAMMON, 1934, p. 22 e 23).

Carlota dedicou-se totalmente as atividades da instituição. Foi muito atuante nas funções que desempenhou como professora, diretora, tesoureira e autora de manuais. Em 1908, mesmo ano de fundação da Escola Agrícola de Lavras, em homenagem pela dedicação dada a instituição, a missão deu o seu nome à escola de moças, Colégio Carlota Kemper. Em 1927 foi inaugurado um novo prédio, financiado através de doações das sociedades femininas das igrejas presbiterianas da Virgínia. Ela faleceu três meses antes de completar 90 anos de idade, em 15 de maio de 1927, na cidade de Lavras (BEZERRA, 2016, p.31).

Diferente das mulheres daquele tempo, percebe-se nitidamente que Carlota Kemper era uma mulher atuante e presente na sociedade. Como missionária, desempenhando funções ligadas a educação, ela era o oposto das outras mulheres que também estavam sob o serviço confessional. É o caso das irmãs que trabalhavam no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que exerciam suas atividades de forma tímida e reclusa. Sobre a atuação das mulheres protestantes, em especial as presbiterianas, Carla Simone Chamon (2005), em sua tese de doutorado⁸³, afirmou que:

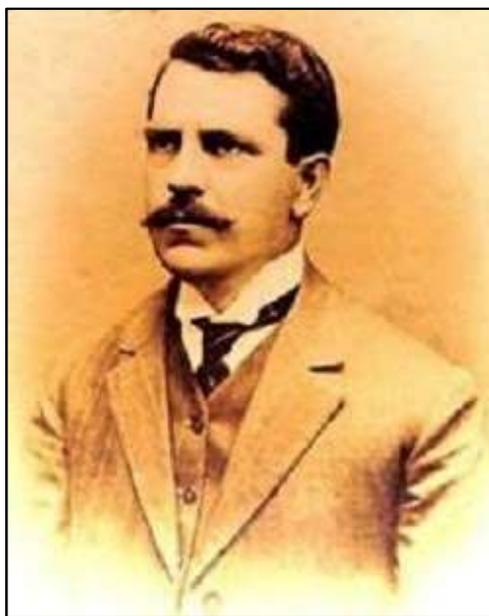
Mesmo sendo possível argumentar que o papel da mulher no universo cultural protestante era ainda de submissão a um mundo dominado pelo masculino, não há como negar que a visão de mundo reformada trazia outra sensibilidade com relação à mulher. Com relação à valorização do trabalho feminino e sua qualificação, estamos longe da moral católica que pesava sobre as mulheres no século XIX, e mesmo no século XX, que se erigia em obstáculo à sua educação e profissionalização, sob o pretexto de guardá-las moralmente, afastando-as dos perigos que poderiam advir do excesso de instrução. Ao contrário, a moral protestante/presbiteriana valorizava o trabalho como vocação de todo cristão, como demonstração cotidiana de fé e de glorificação de Deus, o que não excluía as mulheres. Somado à ideia de um maior companheirismo entre homens e mulheres na família e na Igreja, o presbiterianismo que aqui se instalava, ao valorizar a instrução e o trabalho da mulher, criava condições para um alargamento do campo de atuação feminino, considerado socialmente legítimo, para além da esfera doméstica (CHAMON, 2005, p. 312 e 313).

⁸³ CHAMON, Carla Simone. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869 - 1913), 2005.

Chamon (2005) retrata a trajetória da mulher marcada por sua opção de fé reformada, no seu ramo presbiteriano, profissional da educação, considerada a sua época competente para intervir no campo educacional. Sendo assim, observa-se que o presbiterianismo creditou uma formação ampla e delegou funções de destaque para as mulheres da missão, tornando-as reconhecidas e respeitadas na sociedade.

Sobre Firmino Costa, Juliana Cesário Hamdan (2007) descreve em sua tese de doutorado⁸⁴ que Firmino Costa Pereira, mais conhecido pelos brasileiros como Firmino Costa, nasceu no ano de 1869 na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Ele era o quinto filho de uma família de nove filhos. Era filho de Antônio José da Costa Pereira e D. Maria Custódia do Carmo. Igualmente aos seus pais, Firmino Costa dizia ser um cidadão de Lavras, cidade onde passou toda a sua infância e uma significativa parte da sua vida adulta. Firmino casou-se com Alice Bueno da Costa no ano de 1898, e tiveram oito filhos. De um outro relacionamento anterior ao casamento com Alice Bueno, Firmino Costa teve um filho, chamado Samuel Costa.

Figura 8. Professor Firmino Costa.



Fonte: <http://www.jornaldelavras.com.br>.

⁸⁴ HAMDAN, Juliana Cesário. Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907 - 1937), 2007.

De acordo com Hamdan (2007), Firmino Costa não chegou a cursar uma faculdade. Ele apresentava uma capacidade intelectual que o permitia a intervir, com críticas, nas questões relacionadas à educação, sobretudo sobre a práticas de professores. Sua formação incluiu influências ecléticas de pessoas ligadas a confissão religiosa diferentes, dentre as quais, Samuel Gamonn, conforme descreve Hamdan:

[...] seu processo de formação intelectual, desencadeado e alimentado pela leitura e pelo estudo sistemático, contou com a contribuição de três intelectuais lavrenses, aos quais ele atribui o fato de ter sido encaminhado para as letras através de conversações instrutivas e proveitosas, considerando que, para ele, mais do que conhecimentos, esses senhores possuíam sabedoria. Trata-se de respeitosos cidadãos, com grande influência local. O primeiro desses, era o Dr. Augusto Silva, médico e espírita, com importantes escritos inéditos sobre essa religião; **o segundo, o professor Samuel Gammon, um missionário evangélico norte-americano**, e o terceiro deles, o Monsenhor Aureliano Deodato Brasileiro, o Padre Licas para os amigos, que era um erudito professor de Teologia e Filosofia (HAMDAN, 2007, p.44 e 45 - grifo nosso)

Hamdan (2007) descreve ainda que, devido à competência intelectual que possuía, em 1906, Firmino Costa foi convidado por Samuel Gammon para lecionar as aulas de Português e Literatura no curso ginasial do Instituto Evangélico. Em 1908, quando foi inaugurada a Escola Agrícola de Lavras, Firmino Costa também passou a lecionar as aulas de Português do novo curso. Como já vimos, no ano de 1909, o nome de Firmino Costa constava no corpo docente do ginásio e no corpo docente da Escola Agrícola.

No ano de 1907, Firmino Costa foi nomeado pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro, para assumir a direção do Grupo Escolar de Lavras. Atualmente, aquela escola, em homenagem a ele, passou a se chamar Escola Estadual Firmino Costa. O Grupo Escolar de Lavras compreendia o curso primário, o ensino técnico de arte culinária, biblioteca, costura, horticultura, marcenaria, sapataria e serralheria. É relevante citar que a nomeação configurava as mudanças que vinham ocorrendo em função da Lei nº 439, sancionada em 28 de setembro de 1906 por João Pinheiro. Essa Lei, autorizava o governo reformar o ensino primário, o normal e o superior (ROSSI, 2010).

Outrossim, Rossi (2010) aponta que Firmino Costa e o Presidente de Minas Gerais João Pinheiro partilhavam do mesmo pensamento quando se tratava da criação do ensino técnico nos grupos escolares. Tanto que no Grupo Escolar de Lavras, Firmino Costa implementou um curso técnico bem elaborado e com bom aproveitamento. A autora discorre que quando o curso técnico foi implementado no Grupo Escolar de Lavras, os alunos faziam as aulas práticas na

fazenda modelo que pertencia a Escola Agrícola de Lavras. Os alunos que apresentavam os melhores rendimentos eram contemplados com bolsas de estudo no Instituto Evangélico.

Hamdan (2007) destaca que Firmino Costa possuía um vasto conhecimento educacional e linguístico. Esse conhecimento viabilizou que ele lecionasse aulas de Português e Literatura no Instituto Evangélico, e aulas de Português na Escola Agrícola. Firmino Costa esteve na direção do Grupo Escolar de Lavras. Assumiu como Reitor do Ginásio Mineiro de Barbacena. No ano de 1926 ele foi Diretor do Curso de Aplicação da Escola Normal Modelo da capital, e tempos depois, Diretor da Escola Normal de Belo Horizonte.

Além do trabalho nas instituições pelas quais esteve, Firmino Costa publicou os seguintes livros: Aprender a estudar; Calendario escolar; O ensino popular, varios escriptos (1913); A educação popular (1918), acervo do Museu Bi Moreira em Lavras; Grammatica portugueza (1920), acervo do Museu Bi Moreira em Lavras; Ensino Primario (1921), acervo do Museu Bi Moreira em Lavras; Vocabulario Analogico (1933), acervo do Museu Bi Moreira em Lavras; Lexico Grammatica, Museu Bi Moreira em Lavras; Pela escola activa (1935), acervo Biblioteca da FaE/ UFMG; A liberdade (Discurso de Paranympo) (1937), acervo Grupo Escolar Firmino Costa, Lavras-MG; Como ensinar linguagem no curso primário (1939), Pestalozzi 1965, 2ª edição, acervo do Museu Bi Moreira em Lavras (HAMDAN, 2007, p.156).

Ele se tornou um admirável intelectual e diante disso era convocado constantemente para colaborar com os conteúdos. Assim, “a vasta experiência na organização das práticas educativas [...] extrapolou os muros escolares, conferindo-lhe o caráter de um educador com uma forte atuação política e intelectual” (HAMDAN, 2007, p. 281). Ele faleceu no ano de 1939, próximo de completar 70 anos de idade⁸⁵.

No ano de 1919, ano em que a escola modificou o programa de curso, passando o curso de 3 anos para 4 anos, foi possível observar no prospecto do respectivo ano a presença de outros professores. Como tal, a presença de professores que foram os primeiros alunos da Escola Agrícola de Lavras, formados no ano de 1911. Sobre estes alunos, adiante descreveremos com mais detalhes.

⁸⁵ Mais detalhes sobre Firmino Costa, confira: HAMDAN, Juliana Cesário, 2007 e PEREIRA, Jardel Costa, 2005.

Quadro 11. Corpo docente do ano de 1919.

Dos cursos Secundários e Superior	
Professor	Disciplina
Samuel R. Gammon	Inglez, Pedagogia
Benjamin H. Hunnicutt	Sciencias Agronomicas
Charles Noguères	Francez
Charles C. Knight	Mathematicas, Eng. Agricola
Miss Charlotte Kemper	Inglez, Historia Sagrada
Americo Cardoso de Menezes	Portuguez, Latim, Grego
Oswaldo Emerich	Sciencias Zootechnicas
Emmanuel A. Deslandes	Sciencias Biologicas, Geographia
Benedicto Paiva (1)	Physica, Chimica
A. S. Maxwell	Physica, Chimica
Miss Katharine Bookwalter	Educacao Physica, Artes domesticas
Miss Charlotte Landes	Mathematicas, Inglez
José Filgueiras Sobrinho	Portuguez, Historia
Gastão Mury	Desenho
D. Maria Rosa Rodrigues	Portuguez
Sarg. João da C. Braga Junior	Instructor Militar
Ophir Costa	Instructor de Gymnastica
José Cardoso	Instructor de Gymnastica
Benedicto de Oliveira (1)	Mestre de Cultura
(1) Fazendo estudos especiaes no estrangeiro.	

Elaboração própria. Grifo nosso.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.39.

Conforme pode ser observado no quadro⁸⁶ acima, o Instituto Evangélico divulgou o quadro do corpo docente listando todos os professores que trabalhavam no Instituto Evangélico. Naquela ocasião, o Instituto Evangélico compreendia três estabelecimentos de ensino: o Ginásio de Lavras e seu curso anexo, que oferecia o curso primário e ginásio; a Escola Agrícola de Lavras que oferecia o curso secundário; o Colégio Carlota Kemper que oferecia o curso primário, o curso intermediário e o curso normal. O Ginásio de Lavras e a Escola Agrícola de Lavras recebiam apenas alunos do sexo masculino e o Colégio Carlota Kemper era destinado para o público feminino.

⁸⁶ O documento original encontra-se no Anexo G deste trabalho.

Os nomes dos professores que estão grifados são os professores que lecionavam na Escola Agrícola de Lavras. Dentre os nomes, estão os professores, Oswaldo Emerich, professor da disciplina Ciências Zootécnicas e Emmanuel A. Deslandes, professor da disciplina Ciências Biológicas e Geografia. Eles formaram a primeira turma da Escola Agrícola de Lavras, no ano de 1911. O autor Lucas Pereira Rezende (2017) aponta que, quando aluno, Oswaldo Emerich, terminou o curso da Escola Agrícola e viajou para a Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, para realizar sua especialização no Pennsylvania State College. Naquele tempo, havia uma parceria⁸⁷ entre o Estado e a Escola Agrícola que incentivava o envio de alunos. Os alunos passavam pela avaliação dos professores para a realização de cursos de especialização nos Estados Unidos da América.

Figura 9. Os primeiros professores.



Foto registrada pela autora da dissertação.

Fonte: Instituto Pró-Memória Gammon.

Nesta foto foi possível identificar os seguintes professores: Benjamin Harris Hunnicutt (segundo da esquerda para direita que está em pé), Samuel Gammon (quinto da esquerda para a direita que está em pé) e Carlota Kemper (terceira da esquerda para a direita que está sentada).

⁸⁷ Parceria firmada mediante Lei nº530 de 20 de setembro de 1910 que “autoriza o Governo a conceder um prêmio de viagem ao aluno que mais se distinguir na escola agrícola de lavras, ou em outro instituto de ensino profissional técnico-agrícola”. Fonte consultada: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1910-09-20;530>.

Ao visitar o Instituto Pró-Memória Gammon na busca por documentos, visualizamos fotos expostas nas paredes e pertences pessoais, tais como: piano, máquina de costura, roupas, livros e cartas. Ao observar todos aqueles objetos, foi possível entender a importância que muitos professores tiveram para a instituição. Os professores que ali estiveram foram agentes transformadores daquela instituição, souberam cativar a admiração dos alunos que ali passaram e da sociedade local.

3.3.2. Alunos

A história de uma instituição também é contemplada através do movimento dos seus alunos. O histórico de vida desses alunos torna-se representativo para a construção da narrativa histórica da instituição. Assim, Magalhães (2004), descreve que:

Tomando o movimento dos alunos como representativo da problemática da relação entre a Instituição e a comunidade envolvente, a política de acesso e de sucesso educativos e de seguimento de egressos, a relação entre a oferta e a procura, origem geográfica, econômica e sociocultural, recrutamento são indicadores fundamentais (MAGALHÃES, 2004, p.159).

Sendo assim, o propósito aqui é identificar quem foram esses alunos, de onde vieram e de que forma a escola contribuiu para o percurso profissional deles. Para que fosse possível catalogar esses sujeitos, buscamos com detalhes os formandos de cada turma. Começamos pelo ano de 1911, ano em que a Escola Agrícola de Lavras formou três alunos: Aurino Ferreira, Emmanuel Deslandes e Oswaldo Emrich. Como já dito, esse último aluno foi o primeiro aluno a ganhar uma bolsa de estudos para aprimorar seus conhecimentos nos Estados Unidos da América. Os dados sobre as turmas foram disponibilizados pela Universidade Federal de Lavras. Em contrapartida, ao buscar outros documentos que indicassem sobre a vida desses sujeitos na instituição, não tivemos êxito. Os documentos que poderiam indicar o histórico dos alunos não foram encontrados nos acervos pesquisados.

A Escola Agrícola de Lavras foi uma instituição particular, cujos alunos pagavam valores trimestrais de acordo com a modalidade de ensino. Esses valores podem ser visualizados na tabela adiante. A tabela⁸⁸ foi divulgada no prospecto do Instituto Evangélico no ano de 1908, ano de fundação da Escola Agrícola de Lavras.

⁸⁸ O documento original encontra-se no Anexo H deste trabalho.

Tabela 2. Tabela de preços para alunos internos e externos da Escola Agrícola.

Tabella de preços por trimestre	
Os internos do 1° e do 2° anno pagarão	200\$000
Os externos do 1° e do 2° anno pagarão	40\$000
Os internos do 3° e do 4° anno pagarão	225\$000
Os externos do 3° e do 4° anno pagarão	55\$000

* O anno letivo é de nove mezes, e só se pagam tres trimestres

Elaboração própria.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908, p. 10.

Conforme Rossi (2010), apesar de ser uma instituição privada, a escola não excluiu aqueles que eram menos favorecidos economicamente. A escola recebeu meninos que não tinham perspectiva de ingresso em outras escolas da região. Como por exemplo, “[...] filhos de abolicionistas e de escravos já libertos que não podiam frequentar as escolas públicas. Os internatos foram criados para dar oportunidade de estudos aos jovens que residiam em outras cidades dos diversos estados” (ROSSI, 2010, p.115).

A autora aponta que a escola recebia muitas cartas solicitando bolsas de estudos para ingressar na Escola Agrícola. Muitas dessas cartas eram enviadas por líderes protestantes que de uma forma ou de outra acabavam fazendo propaganda da instituição para os seus fiéis. Sobre as cartas, a autora relata que:

Em resposta às cartas e outras solicitações de pessoas, a escola recebeu muitos alunos que não tinham condições financeiras. Ofereceu bolsas ou aplicou o seu projeto de auxílio próprio, no qual o aluno que não tinha condições de pagar seus estudos oferecia algumas horas semanais de trabalho prático para a Escola. Conforme Dr. Gammon, este era o meio de o próprio aluno conquistar os estudos pelos seus esforços. O que demonstra que a demanda da Escola Agrícola não visava somente uma elite local, mas abrangia o projeto social que buscava dar assistência aos alunos que não tinham condições de manter-se nos estudos, sobretudo se a origem destes alunos era protestante (ROSSI, 2010, p. 115 e 116).

A instituição ofertava bolsas de estudos através de convênio firmado com o Governo Estadual com o propósito de proporcionar uma formação agrícola no nível de ensino secundário para os alunos. A parceria possibilitava uma viagem aos Estados Unidos da América para que o aluno fizesse o aperfeiçoamento da profissão. Essa parceria foi constituída por meio da Lei nº 530, de 20 de setembro de 1910. Ademais, Meira (2009) destaca que a Escola Agrícola

conseguiu verba junto ao Governo do Estado de Minas Gerais para expandir os investimentos que seriam realizados na escola.

Ao examinar quais alunos passaram pela escola, nota-se que o número de formandos de 1911 até 1938 se apresentou de forma tímida. Na tabela 3 demonstrada adiante será possível constatar essa informação, e no Anexo I deste trabalho será possível visualizar o quadro completo com a informação de todos os formandos.

Tabela 3. Relação de formandos da Escola Agrícola (1911 até 1938).

Número da turma	Ano de conclusão	Número de formandos
1 ^a	1911 / 1º semestre	3
2 ^a	1912 / 1º semestre	2
3 ^a	1912 / 2º semestre	1
4 ^a	1913 / 1º semestre	1
5 ^a	1914 / 1º semestre	1
6 ^a	1914 / 2º semestre	3
7 ^a	1915 / 2º semestre	6
8 ^a	1916 / 1º semestre	3
9 ^a	1916 / 2º semestre	1
10 ^a	1917 / 2º semestre	4
11 ^a	1918 / 1º semestre	1
12 ^a	1918 / 2º semestre	3
13 ^a	1919 / 2º semestre	8
14 ^a	1920 / 2º semestre	5
15 ^a	1922 / 2º semestre	9
16 ^a	1923 / 2º semestre	5
17 ^a	1924 / 2º semestre	1
18 ^a	1925 / 1º semestre	1
19 ^a	1925 / 2º semestre	6
20 ^a	1926 / 1º semestre	2
21 ^a	1926 / 2º semestre	4
22 ^a	1927 / 2º semestre	2
23 ^a	1928 / 2º semestre	3
24 ^a	1929 / 2º semestre	3
25 ^a	1930 / 1º semestre	1
26 ^a	1931 / 1º semestre	3
27 ^a	1931 / 2º semestre	2
28 ^a	1932 / 1º semestre	4
29 ^a	1932 / 2º semestre	2
30 ^a	1933 / 1º semestre	1
31 ^a	1933 / 2º semestre	6
32 ^a	1934 / 2º semestre	1
33 ^a	1935 / 2º semestre	14
34 ^a	1936 / 2º semestre	1
35 ^a	1934 / 2º semestre	17
36 ^a	1938 / 2º semestre	8

Fonte: UFLA 100 Anos (1908 - 2008) / histórico de graduados - cedido pela UFLA.

De acordo com os dados demonstrados na tabela 3, constatamos que de 1908 até 1938 foram formados 139 alunos, um total de 36 turmas. Desde o início da escola as turmas foram compostas com poucos alunos. Entretanto, nota-se que houve um número significativo de alunos nos seguintes anos: 1915, 6 formandos; 1919, 8 formandos; 1922, 9 formandos; 1925, 06 formandos; 1935, 14 formandos e 1937 com 17 formandos. Meira (2009) aponta em seus estudos que:

Os egressos da Instituição deveriam ser os divulgadores dos ideais de uma produção agrícola voltados para os métodos científicos e, portanto, mais eficientes. O meio para essa divulgação seria a apresentação de resultados práticos da agricultura científica. A demonstração da importância dos conhecimentos obtidos na escola no conhecimento do produtor rural com o objetivo de convencê-lo a adotar os referidos métodos (MEIRA, 2009, p.151).

Assim, conforme exposto por Meira (2009), ao formarem na Escola Agrícola os alunos levavam os ensinamentos, a vivência e a experiência do ambiente rural ao qual estiveram inseridos. O autor descreve que mesmo depois de formados, alguns alunos procuravam manter o vínculo com a instituição. Um exemplo desse vínculo foi a criação do Grêmio Agrícola em 1921, onde Jayme Ferreira de Brito, formando da 15ª turma no ano de 1922 foi o primeiro Presidente. Logo, “esse grêmio seria o responsável por grande parte das atividades de extensão agrícola que seriam levadas a efeito a partir de 1922, quando foi criado o periódico O Agricultor” (MEIRA, 2009, p.151).

Quanto ao tratamento que era dado aos alunos por parte dos professores, e pelo próprio Samuel Gammon, Rossi (2010) detalha que a forma de tratamento era agradável e afetiva. A atenção e a forma respeitosa como Gammon tratava os alunos “[...] permitiu muitas homenagens da parte destes ao mestre tão admirado” (ROSSI, 2010, p.120). Uma das homenagens foi publicada pelo Jornal A Gazeta em 12 de julho de 1931, assinado por Ezechias Heringer, que diz:

Recordando...

Faz três anos e alguns dias que, num desfecho fatal, Lavras cobriu-se de luto. E' que um dos seus grandes amigos se havia retirado das fileiras daqueles que tudo enfrentam com o fim único de socorrer aos fracos e beneficiar aos fortes. Quem não há de admirar tal idealismo?! Quem não venera o mestre que sempre procurou, da sua cátedra, ou pelo seu porte de ancião conselheiro, disseminar os seus conhecimentos para o bem e a felicidade de todos os que o rodearam? Pois bem, a figura mortal de minha memória tem lembrança e recordações bem profundas é a grande personalidade do dr. Samuel Gammon. Lembro-me, claramente, das suas aulas amáveis, quando nos convidava para divagarmos um pouco, com ele, pelos labirintos tortuosos que a Historia, às vezes, nos oferecia. Conhecedor da teologia, que era, muitas vezes nos entretinha na hermenêutica desta disciplina, de tal modo que não víamos o tempo passar. Outrosim,

lembro-me dos seus conselhos ternos, mas penetrantes, que ás vezes falavam á consciência daquele que havia se deslizado por uma disciplina, dias e anos. Quantos e quantos não sentirão saudades profundas do mestre laborioso e idealista?! Admirada deve ser a vida do varão, que tudo tem feito para que se apague, na historia da pátria, a estatística que grafa esta formidável cifra de analfabetos, que morrem sem sentir o prazer e o sabor da literatura. Oh! como é gloriosa a missão daquele que anseia por ver combatida a ignorância! Eliséa, 4-VII-931 (A GAZETA ANNO I 12 DE JULHO DE 1931 NUM 30).

Mas, apesar do bom relacionamento narrado pela autora, foi possível constatar que problemas de indisciplina também ocorriam na instituição. Bezerra (2016) relatou em seu livro que houve uma quebra de disciplina em 1908. O motivo seria um pedido negado aos alunos que solicitaram estender o feriado que caía na sexta-feira até segunda-feira. Então, como forma de protesto os alunos não compareceram para o café da manhã e se ausentaram dos estudos. Quando se agruparam para dar um passeio na cidade, o Reitor Gammon ordenou que voltassem para o internato e ficassem nos quartos e que só deveriam sair para assistirem as aulas. Assim, “[...] fizeram um abaixo assinado pedindo a benevolência dos mestres. A partir dessa data a proibição de greves e a punição para essa falta passaram a fazer parte do regulamento” (BEZERRA, 2016, p.63). Apesar da disciplina imposta pela escola, segundo o autor, os alunos consideravam aquele espaço um espaço marcado por muitas recordações.

3.4. O espaço da Escola Agrícola

Ao analisar a história de uma instituição educativa há que se destacar a relevância do espaço físico no contexto da instituição. O espaço físico possibilita o desenvolvimento das atividades pedagógicas, proporciona reflexões, debates, relações entre os sujeitos, convívio social e lazer. Diante do exposto, Augustín Escolano (2001) destaca que estes espaços “[...] estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores [...], ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares” (ESCOLANO, 2001, p.27). Por outro lado, estes espaços corroboram para que os sujeitos que ali estão vivenciem sentimentos de afinidade, identidade e pertencimento diante da instituição.

Desse modo, quando tomamos o espaço físico para investigação, além de elucidar seus símbolos e significados, também estamos analisando como ele foi construído, quais influências foram significativas para a sua construção, qual a importância para os sujeitos da instituição e a sua legitimidade diante daquele contexto. Nessa perspectiva, Viñao Frago (2001) aponta que “[...] a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam e se realizam

num lugar específico. E, com isso, quero dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 69).

Sendo assim, é importante apontar que quando a Escola Agrícola iniciou suas atividades no ano de 1908, o espaço onde aconteciam as aulas não era propriamente um espaço pensado e construído para a Escola Agrícola. No prospecto de 1908, que traz o propósito da escola, conforme foi citado anteriormente, também é demonstrada a divisão do espaço físico anunciada da seguinte forma:

O Instituto Evangelico compreende três estabelecimentos distintos de instrução: 1) o Gymnasio de Lavras, 2) a Escola Agrícola de Lavras e 3) o Collegio Carlota Kemper. Funcionam em edificios independentes, – estando o Gymnasio de Lavras e a Escola Agrícola numa bela chácara nos arrabaldes da cidade, e o Collegio Carlota Kemper na Praca Municipal no centro da mesma (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1908, p.3).

No início, os primeiros alunos da Escola Agrícola eram os mesmos do ginásio. Portanto, esses alunos assistiam as aulas no mesmo espaço do ginásio. O prédio do ginásio funcionava “[...] numa aprazível e bem conhecida chacara nos arrabaldes de Lavras” (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1908, p.7). Nessa chácara, existiam dois prédios que funcionavam como internato, onde o espaço desses prédios comportava dormitórios, refeitórios e banheiros. Neste mesmo prospecto de 1908, que traz as descrições do espaço físico do ginásio, também foi possível observar que o Instituto Evangélico anunciava a construção de um novo prédio.

Nota – O magnifico predio ora em construção, destinado exclusivamente aos trabalhos academicos, e possuindo, alem da secretaria e o salão nobre, salas apropriadas para aulas, laboratorio, museo e bibliotheca, deve ser inaugurado no principio do proximo anno lectivo. (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1908, p.8) .

O prédio citado no prospecto de 1908 foi então inaugurado em junho de 1909 e anunciado no prospecto do mesmo ano.

O magnifico predio construído especialmente para o Gymnasio, [...] foi formalmente inaugurado em Junho do corrente anno (1909), e nelle se acha agora installado o estabelecimento. Offerece toda a commodidade e conforto para o bom funcionamento do Gymnasio. (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1909, p.7).

Conforme Rossi (2010), o prédio foi construído conforme o estilo de arquitetura que era usado pelos norte-americanos naquela época. Predominando a arquitetura neoclássica que “[...] seguiu o modelo dos templos greco-romanos ou das edificações do Renascimento Italiano”. (ROSSI, 2010, p.101).

Figura 10. Gymnasio de Lavras - 1909.



Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1909, p. 4.

Rossi (2016) destaca que Samuel Rhea Gammon nominou o novo prédio do ginásio como “o prédio, ou a porta da oportunidade”. A autora reitera que o “Prédio do Ginásio traz essa monumentalidade pela própria exaltação do suntuoso prédio, com colunas gregas, o qual faz todo arranjo com as escadas, enaltecidas por colunas laterais”. (ROSSI, 2016, p. 101).

As aulas da Escola Agrícola eram ministradas no prédio do ginásio e as atividades práticas eram realizadas pelos alunos na fazenda modelo, apresentada no prospecto do ano de 1909. A fazenda se constituía da seguinte maneira:

a Escola Agrícola possui uma Fazenda Modelo de mais de sessenta alqueires de terra de campo, de cultura e de mata. Nesta fazenda, tencionamos desenvolver todos os ramos da vida do fazendeiro, devendo-se tractar da lavoura, da vida pastoril, da industria de lacticínios, e da criação de aves domesticas. Tudo será feito segundo os methodos mais modernos. Os açudes e canaes para a irrigação estão promptos; os terrenos são preparados e cultivados com arados e outros machinismos aperfeiçoados, e os adubos chimicos são empregados. Temos duas das melhores raças de gado bovino importado dos Estados Unidos [...] e duas das mais afamadas raças de suinos, tambem importados da America do Norte. Antes do fim do anno (1909), teremos montado um estabelecimento de lacticínios proximo á Escola. O nosso fim em tudo isto será dar uma demonstração practica das vantagens dos methodos modernos, tornar o ensino da Escola Agrícola mais practico, e proporcionar um modelo que constitua uma eloquente propaganda e que sirva de estimulo para outros (POSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1909, p. 13).

Sobre a fazenda modelo, Bezerra (2016) corrobora citando que em 1911 os planos para concretizar uma fazenda modelo tomaram forma. Em 06 de setembro 1912 “foi lavrada a escritura da compra das terras que seria a Fazenda Modelo Ceres, homenagem à deusa da Agricultura” (BEZERRA, 2016, p.84). Em contrapartida, a aquisição da fazenda acabou gerando muitas despesas para o caixa do Instituto Evangélico. A instituição “ [...] passou por um longo período de crise financeira estendida até 1917, quando Dr. Gammon conseguiu pagar todas as dívidas” (ROSSI, 2010, p.106).

É importante demonstrar que mesmo a Escola Agrícola tendo iniciado suas atividades de forma simplória, passando por muitas dificuldades financeiras ao longo do tempo, as melhorias foram acontecendo. Assim, no prospecto do ano de 1918 percebe-se que o espaço físico da Escola Agrícola é apresentado com mais recursos. Diante do exposto, do início das suas atividades, no ano de 1908 até o ano de 1918, a Escola Agrícola possuía as seguintes instalações:

Instalacao

- 1.º – Fazenda – modelo « Ceres », nas imediações da cidade de Lavras, tendo 200 hectares de terra, dos quaes 50 são cultivados. Empregam-se nesta fazenda methodos modernos; os terrenos são preparados com arados e outros machinismos aperfeiçoados; alguns dos terrenos são irrigados, e empregam-se adubos chimicos. Actualmente cria-se gado bovino e suino de diversas raças afamadas.
- 2.º – Laboratorios de Physica, Chimica e Historia Natural.
- 3.º – Officinas, de Sellaria, Ferraria e Carpintaria.
- 4.º – Estabecimento de Lacticinios.
- 5.º – Engenho de canna, moinhos movidos á força hydraulica.
- 6.º – Machinas agricolas necessarias para o bom funcionamento da fazenda e para os trabalhos dos alumnos.
- 7.º – Campo experimental.
- 8.º – Posto Zootechnico, mantido pelo Governo Estadual.
- 9.º – Estação Meteorologica, mantida pelo Governo Federal (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1918, p. 16).

Além das instalações citadas, a Escola Agrícola também possuía depósito de arados, currais, paiol, e um silo, que de acordo com Bezerra (2016) e Rossi (2010) é considerado o primeiro silo aéreo feito de alvenaria construído no Estado de Minas Gerais. Na figura 11 apresentamos o silo que foi construído no espaço da fazenda modelo.

Figura 11. Silo aéreo de alvenaria da Escola Agrícola de Lavras.



Acervo: Museu Bi Moreira.

Fonte: Revista Lavras Cultura Ano II, Nº 8 - setembro de 1996.

Assim, Rossi (2010) acrescenta que a construção do silo contabilizava “[...] paredes de tijolos na altura de 7.50 metros com a espessura de 40 cm e, foram gastos 19.500 tijolos na construção. A ensilagem era colocada por cima, por uma porta própria no telhado” (ROSSI, 2010, p.102). Com relação aos custos da construção desse silo, a autora destaca que o valor aproximado ficou em torno de três contos de reis. A construção do silo foi um marco importante para a Escola Agrícola, pois, “[...] marcou o momento em que a agricultura e a produção do milho começavam a utilizar-se de meios modernos de produção e armazenamento” (ROSSI, 2010, p.102).

Há que se destacar que até a década de 20 a Escola Agrícola não tinha um local construído especificamente para atender o público da escola. Conforme pôde ser destacado anteriormente, as disciplinas eram ministradas no prédio do ginásio e as atividades práticas eram desenvolvidas na fazenda modelo Ceres. Ao adentrar nas fontes, observamos que o projeto da Escola Agrícola contemplava a construção de edifícios próprios, essa informação é anunciada no prospecto do ano de 1922, onde consta:

A Escola Agrícola de Lavras tem em construção dois prédios, de dois pavimentos de 20 X 16 m. e 20 X 11 m., destinados, o primeiro a aulas e o segundo a dormitórios. Estes edificios devem estar promptos para os trabalhos do anno lectivo de 1922. O primeiro possui sete salas grandes para aulas e laboratorios e cinco menores que servem de escriptorio; salas particulares dos professores, salas para balanças analyticas e depositos. O segundo tem accomodações hygienicas e agradaveis para 30 estudantes internos (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1922, p.7).

Em 1922 foi inaugurado o prédio destinado para as aulas. O mesmo foi nomeado de Science Hall ou Pavilhão da Ciência. Foi anunciado no prospecto que era um prédio espaçoso, onde concentravam-se doze salas, sendo: sete salas maiores que seriam utilizadas para a realização das aulas e atividades de laboratório; cinco salas menores que seriam organizadas para serem a sala do diretor e a sala dos professores. Posteriormente, ainda no mesmo ano, foi inaugurado o outro prédio, construído para ser o internato da Escola Agrícola. Esse prédio acomodava aproximadamente trinta alunos internos, possuindo em sua estrutura, dormitórios, banheiros e sanitários (PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO, 1923).

Figura 12. Prédio Science Hall (direita) e prédio do internato (esquerda).



Acervo do Instituto Pró-Memória Gammon.

Fonte: Álbum de visitas do Gymnasio de Lavras, 1928.

Tempos depois, esses dois prédios foram batizados com os nomes de dois políticos que foram fundamentais para o crescimento da Escola Agrícola de Lavras. O Science Hall foi nomeado de Prédio Álvaro Botelho em homenagem ao advogado, jornalista e político nascido em Lavras no ano de 1860. Álvaro Botelho era republicano, juntamente com Prudente de Moraes e Campos Sales, formaram a “Trindade dos Republicanos”. Após a proclamação da República ele colaborou para a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do

Brasil. Em Lavras, ele foi Presidente da Câmara de Lavras. O prédio do internato foi nomeado de Prédio Carlos Prates, um engenheiro, que foi Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização do Governo do Estado de Minas Gerais (BEZERRA, 2016; ROSSI, 2010).

Figura 13. Prédio Álvaro Botelho.



Acervo do Museu Bi Moreira.

Fonte: INSTRUCAO AGRICOLA, 1922, p.19.

Figura 14. Prédio Carlos Prates - prédio do internato.



Acervo do Instituto Pró- Memória Gammon.

Fonte: Álbum comemorativo do 89º do Instituto Gammon e Cinquentenário da ESAL.

Após a construção dos dois prédios, foi construído um terceiro prédio, que foi destinado para ser a residência do diretor, construído em 1925. Essa residência, ficou conhecida como a casa do Deão (Diretor). Outra construção que merece destaque é a construção do edifício de

laticínios, que foi concluída em 1930 e anunciada no prospecto deste mesmo ano. Assim, o prospecto traz que: “acaba de ser construído um edifício de laticínios, estando já funcionando com os machinismos usuas, inclusive uma machina de gelo” (PROSPECTO DAS ESCOLAS DO INSTITUTO GAMMON, 1930, p.15). O prospecto de 1930 reitera que as instalações de laticínios têm como objetivo proporcionar ao aluno um aprendizado na indústria agrícola. Segundo consta no prospecto, o edifício de laticínios era segmentado em três departamentos. No primeiro departamento estavam os aparelhos que executavam a análise do leite e dos seus produtos, com aparelhos de “Babcock Gerber para determinação de materiaes gordas, acidímetros, aparelhos para determinação de sal, de impurezas, etc”. O segundo departamento estava equipado de forma completa para a produção de manteiga de boa qualidade. O terceiro departamento tinha como atividade a fabricação de queijo, entretanto, este departamento conforme as informações do prospecto não estava totalmente equipado (INSTITUTO GAMMON, 1930, p.43).

Destarte, Rossi (2010) corrobora que todas as construções que foram realizadas na Escola Agrícola dispunham do suporte financeiro dado pela missão dos Estados Unidos da América, juntamente com as contribuições oriundas do Governo Federal, do Governo Estadual e do Município de Lavras. A autora descreve que a Câmara Municipal de Lavras aprovou o Projeto de Lei de nº 576 de 05 de fevereiro de 1915 que deferia ao Ginásio de Lavras e a Escola Agrícola a isenção de impostos. Essa isenção possibilitou que fossem construídos os prédios, “destinados a aulas teóricas, práticas e laboratoriais, alojamentos para estudantes e para professores, fabricação de laticínios” (ROSSI, 2010, p. 106).

Logo, a investigação sobre o espaço físico da Escola Agrícola de Lavras evidencia que aquelas construções que foram realizadas naquela fazenda, situada numa cidade interiorana, faziam jus ao discurso de modernidade e progresso. Mas, em contrapartida os estudos sobre o espaço físico da Escola Agrícola revelaram que muitos locais foram improvisados para as atividades em função da construção tardia dos prédios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da pesquisa é um tanto exaustivo e desafiador para o pesquisador. Quando se trata de pesquisa histórica há no caminho muitas interrogações. Diante dessas interrogações a busca por documentos é essencial para a veracidade da pesquisa. Assim, nesta dissertação as fontes que tivemos acesso foram fundamentais para o desfecho das informações aqui apresentadas. Tivemos como propósito apresentar o projeto da Escola Agrícola de Lavras, uma escola profissional, de origem norte-americana, fundada em 1908 pelo missionário Samuel Rhea Gammon e dirigida pelo agrônomo Benjamin Harris Hunnicutt.

Diante das fontes que foram pesquisadas e diante das referências bibliográficas que tivemos acesso, o estudo sobre a Escola Agrícola de Lavras teve como objetivo principal trazer a história de uma instituição educativa, trazendo suas particularidades diante do contexto apresentado. O período estudado compreendeu o ano de 1908, ano de fundação da escola, até o ano de 1938, ano em que a escola foi nomeada de Escola Superior de Agricultura de Lavras, mais conhecida como ESAL. No entanto, não ficamos restritos somente ao período cronológico estudado, “uma vez que é o “tempo das fontes” que indica o rumo que a pesquisa pode tomar” (VEYNE, 1998, p.27). Com o propósito de trazer contextualização sobre fatos históricos prezamos por mencionar períodos anteriores ao ano de fundação da Escola Agrícola de Lavras.

Por meio das fontes foi possível observar que os valores e as crenças dos missionários norte-americanos foram predominantes no ambiente da escola. Os missionários tinham como intenção evangelizar via escola, qualificar os sujeitos do campo para o exercício das suas profissões e viabilizar a formação da sociedade local. Ao observar a intenção dos missionários e a realidade que encontraram na Região Sul de Minas Gerais foi possível afirmar que eles obtiveram êxito com os projetos educacionais que se propuseram realizar.

No princípio, a escola iniciou suas atividades de forma tímida e precária, cujo curso era o ensino agrícola primário elementar. Tratava-se de um ensino simples e prático com a realização de algumas atividades no ambiente rural. Mesmo diante de inúmeras dificuldades, no ano de 1911 foi diplomada a primeira turma. Em 1912 o curso foi reestruturado visando atender o Regulamento Geral do Ensino Agrônômico, datado de 20 de outubro de 1910. O novo curso estreou em 1912 nos moldes do ensino médio ou teórico prático. O curso que antes compreendia um período de três anos, no ano de 1912 foi estendido para quatro anos, exigindo para a admissão a certificação das disciplinas do curso ginasial. Assim, o curso deu sequência com algumas modificações pouco relevantes. Com o passar dos anos a escola foi se aprimorando e passou a ofertar um curso com uma formação mais complexa, preparando seus

alunos para ingressarem nos quadros funcionais do Governo. Quanto a certificação dos alunos, Rossi (2010) expõe que até o ano de 1930 a Escola Agrícola de Lavras diplomou os alunos com o título de Agrônomo. A partir de 1934 outros títulos foram atribuídos, como, Agrônomo e Engenheiro Agrônomo.

Conforme relatamos anteriormente, trouxemos para este estudo uma contextualização sobre os fatos históricos dos períodos anteriores ao ano de fundação da Escola Agrícola de Lavras. Diante do exposto, iniciamos a dissertação relatando a chegada dos grupos da França Antártica que se instalaram na Baía de Guanabara, e os Holandeses que se instalaram no Nordeste. Segundo os historiadores, estes grupos são considerados os primeiros grupos de protestantes que chegaram no solo brasileiro.

Na sequência, apresentamos o advento do presbiterianismo no Brasil, descrevendo a expansão das atividades missionárias após a chegada do Reverendo da igreja do norte Ashbel Green Simonton no Rio de Janeiro no ano de 1859. Simonton, juntamente com os missionários Alexander Latimer Blackford e Joseph Christopher Schneider instituíram as três primeiras igrejas. No ano de 1862 fundaram a primeira igreja presbiteriana no Rio de Janeiro, em 1865 em São Paulo e em 1865 na cidade de Brotas (SP). Além das igrejas, eles também criaram o Jornal Imprensa Evangélica (1864-1892), o Seminário do Rio de Janeiro (1867-1870) e a Escola Americana (1870), que atualmente é a Universidade Mackenzie.

Em seguida adentramos na chegada da igreja do sul, que iniciou suas atividades no Brasil no ano de 1869 com os missionários George Nash Morton e Edward Lane, que chegaram e se instalaram na cidade de Campinas, na Província de São Paulo. No primeiro ano em Campinas os missionários George Morton e Edward Lane criaram uma escola dominical e deram início a uma escola noturna para adultos. Matos (2004) descreve que “a ideia era ganhar conversos através da educação. Logo, os missionários conceberam um projeto mais ambicioso: um educandário de alto nível, que ficou conhecido como Colégio Internacional ou Instituto de Campinas” (MATOS, 2004, p.172). Cabe aqui retomar que a igreja do sul e a igreja do norte são igrejas reformadas de doutrina calvinista que partilham da doutrina e das concepções teológicas fundamentadas por João Calvino. Posteriormente, tivemos a preocupação de elucidar o trabalho educacional missionário que foi desenvolvido em Campinas e em Lavras. Logo, para descrever sobre esse trabalho educacional fizemos uma narrativa da história de vida dos principais missionários e as ações que foram desenvolvidas por eles no Brasil.

Adiante, no segundo capítulo da dissertação procuramos contextualizar como ocorreu a educação do trabalhador do campo durante o início do século XX. Como ponto de partida retratamos o cenário da economia mineira, essencialmente a agrícola, que passava por uma crise

econômica no final do século XIX. Crise esta, que foi amplamente exposta no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, convocado pelo Presidente de Minas Gerais, Francisco Antônio Sales e presidido por João Pinheiro. Diante das discussões que ocorreram no Congresso, surgiram preocupações com o ensino agrícola, que teria como objetivo principal profissionalizar o trabalhador do campo. Naquele tempo, tanto o governo como particulares criaram algumas instituições. Entretanto, o Governo criou o maior número de instituições sendo que algumas instituições de âmbito particular foram subsidiadas. O ensino agrícola que foi praticado naquele período foi caracterizado como: o teórico-prático (elementar, médio e superior) e o primário-elementar. O ensino agrícola daquele tempo tinha como pretensão transformar o homem do campo em um trabalhador capacitado e remunerado, atendendo o propósito da República de desenvolvimento econômico.

Por fim, no terceiro capítulo, trouxemos as singularidades da Escola Agrícola de Lavras. Recorremos as fontes que foram encontradas no Instituto Pró-Memória Gammon, no Museu Bi Moreira, e na Biblioteca da UFLA, para descrever na íntegra as peculiaridades da instituição. Ao adentrarmos nas fontes foi possível observar que a história da Escola Agrícola de Lavras foi construída graças ao empenho e a competência de grandes protagonistas que não descreditaram do projeto educacional mesmo diante de inúmeras dificuldades. Convém descrever que essas dificuldades se faziam presentes na parte financeira, na questão religiosa e na questão cultural. Cabe aqui explicitar que a palavra singularidade foi escolhida para constar como adjetivo no título de um capítulo da dissertação por descrever as peculiaridades da Escola Agrícola de Lavras diante do contexto da época.

Mas, cabe aqui descrever também, que o projeto educacional dos missionários norte-americanos teve a anuência das entidades políticas. No período em que a escola foi fundada, tempos antes, João Pinheiro então Presidente do Estado, havia idealizado um projeto político voltado para a recuperação econômica, nesse projeto político a educação do trabalhador do campo foi considerada fundamental para modernizar a produção agrícola mineira. Diante desse cenário, a Escola Agrícola foi privilegiada com o apoio e a subvenção do Governo Estadual.

Finalmente, podemos dizer que os objetivos propostos para a elaboração desta dissertação foram alcançados, pois foi possível compreender como se deu a implementação da Escola Agrícola de Lavras; inventariar os saberes que circularam na escola; descrever como se deu a sua organização espacial e temporal. Além disso, foi possível identificar os sujeitos escolares a partir das práticas que vivenciaram naquela escola agrícola.

No ano de 2008 foi comemorado o centenário da instituição, da Escola Agrícola de Lavras, passando pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, e hoje Universidade Federal

de Lavras. O percurso histórico que fizemos da Escola Agrícola de Lavras nos permitiu constatar que há ainda muitos fatos para serem explorados e revelados da instituição, tantas outras histórias poderão ser produzidas.

REFERÊNCIAS

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 89º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO GAMMON E CINQUENTENÁRIO DA ESAL. Lavras: Instituto Gammon, 1958.

ANDRADE, Thiago de Oliveira. **Memória e história institucional: o processo de constituição da Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL (1892-1938)**. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

ANDREW JUMPER. **Sobre Alderi Souza Matos**.

Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/professores/alderi-souza-de-matos/>. Acesso em 30 de julho de 2019.

AMEUR, FARID. **Guerra da Secessão**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.

ARANTES, Thaís Batista de Andrade. **As damas da educação: Clara Gammon e Carlota Kemper no Instituto Evangélico de Lavras**. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Legislação do Estado de Minas Gerais**. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=438&comp=&ano=1906>. Acesso em 20 de junho de 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Lei nº 690 de 10 de setembro de 1917**.

Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1917-09-10;690>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Lei nº 530 de 20 de setembro de 1910**.

Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1910-09-20;530>. Acesso em 12 de maio de 2019.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro: documentário sobre a sua vida**. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1966.

BEZERRA, Araken Amâncio. **Instituto Evangélico: dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano**. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora, 2016.

BIBLIOTECA DA CÂMARA - **Índice dos Actos do Poder Executivo de 1829 - Parte II**.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/do-império/colecao2.html>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ex Presidentes da República**.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

BIBLIOTECA VIRTUAL ADOLPHO LUTZ. **Febre amarela em Campinas**. Disponível em: http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta_brasil/campinas.php. Acesso em 15 de maio de 2019.

BOTELHO, Jorge Florentino. **A formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: o Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898)**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 8319 de 20 de outubro de 1910**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

CARMO, César Guimarães do. **A Escola Americana: a idealização e construção de uma estratégia pedagógica protestante na província de São Paulo a partir de 1870 a 1912**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)**. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. **Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910-1933)**. 2013. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COLÉGIO DE LOURDES. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Lavras**. Disponível em: <http://colegiodelourdes.com.br/> Acesso em 25 de abril de 2019.

CONGRESSO Agrícola. **Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878**. “Introdução” de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

COSTA, Firmino. **Grammatica Portugueza**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1920.

COSTA, Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro da Silva**. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

COSTA, Janaina Franca. **A associação comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DALVA SUELI . **Sobre Samuel Gammon**. Disponível em <http://dalvasueli.com.br>. Acesso em 25 de abril de 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução pública e modernização do trabalho agrícola: a experiência de Firmino Costa em Minas Gerais (1908-1920)** Revista de Educação Pública, Cuiabá / MT, v.15, n.27, p.153-186, jan-abril de 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A política da gleba: as classes conservadoras mineiras; discurso e prática na Primeira República**. 1992. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERREIRA, Júlio Andrade. **História da igreja presbiteriana do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FERREIRA, Vanessa Barbosa Leite. **GRANBERY: um colégio americano no Brasil. A prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora (1889-1930)**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O livro didático de, história: lugar de memória e formador de identidades. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais [...]**. São Paulo: Humanistas - FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 203-212.
Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1547483138_ae317e3b2ed4edf412dc25d6c7a2dbdf.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2019.

FUNDACAO GORCEIX. **Quem foi Henri Gorceix**. Disponível em: <https://site.gorceixonline.com.br/claude-henri-gorceix>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAMMON, Clara. **Assim brilha a luz**. A Vida de Samuel Rhea Gammon. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

GATTI JÚNIOR, Décio, INACIO FILHO, G. **A história das instituições educacionais**. Campinas: Editora EDUFU, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GAZETA DIGITAL. **Quem foi Joaquim Murtinho**. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniao/mataram-o-murtinho>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

GIROLETTI, Domingos. **A modernização capitalista em Minas Gerais - a formação do operariado industrial e de uma cosmovisão**. 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **A escolarização do trabalhador na República Mineira**. *In: A escolarização das atividades manuais e a formação do trabalhador mineiro sob o ponto de vista do léxico republicano (1891-1930)* - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (Edital Universal 1/2013). Belo Horizonte, 2013.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1911)**. 2004. 274 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GOMES, Maria de Lourdes Scudeler. **Origem, fundação e consolidação de uma instituição escolar: o Colégio Presbiteriano Mackenzie-Tamboré. Anos 80 do século XX**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS. **Sobre Affonso Penna**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/affonso-augusto-moreira-penna>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Sobre Bueno Brandão**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/julio-bueno-brandao>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem - uma história de experiência operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

GUIA DO ESTUDANTE. **Jeca Tatu de Monteiro Lobato**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/urupes-resumo-e-analise-da-obra-de-monteiro-lobato/>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

HACK, Osvaldo Henrique. **Mackenzie College e o ensino superior brasileiro: uma proposta de Universidade**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

HAMDAN, Juliana Cesário. **Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907 - 1937)**. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

HAMPDEN-SYDNEY COLLEGE. **Sobre Hampden Sydney College**. Disponível em: <http://www.hsc.edu/about-h-sc/history>. Acesso em 08 de maio de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **História da praça do campus histórico da UFLA**. Lavras: UFLA, 2011.

HUNNICUTT, Benjamin Harris. **O milho: sua cultura e aproveitamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

HUNNICUTT, Benjamin Harris. **Agrologia, o estudo do solo**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924.

IBGE. **Estrela do Sul em Minas Gerais**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/estreladosul.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2019.

INSTITUTO GAMMON, HISTÓRICO. Biblioteca do Instituto Presbiteriano Gammon. Lavras: INSTITUTO GAMMON, 1933.

INSTITUTO GAMMON. Biblioteca do Instituto Presbiteriano Gammon. Lavras: INSTITUTO GAMMON, 1934.

INSTITUTO GAMMON. Lavras: Instituto Gammon, 1930.

INSTITUTO GAMMON. Lavras: Instituto Gammon, 1934.

JORNAL DE LAVRAS. **Quem foi Firmino Costa**. Disponível em: <http://www.jornaldelavras.com.br>. Acesso em 24 de abril de 2019.

JORNAL FOLHA DE LAVRAS, Lavras, 19 de maio, 1901.

JORNAL A GAZETA, Lavras, 12 de julho, 1931.

JORNAL TRIBUNA DO POVO, Lavras, 8 de julho, 1928.

KING' S COLLEGE. **King College nos EUA**. Disponível em: <https://www.king.edu/>. Acesso em 02 de abril de 2019.

LIMA, José Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

LIMA, Júnia de Souza. **De meninas fiandeiras a mulheres operarias: a inserção da mão-de-obra feminina da Cia. De Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930)**. 2009. 201.f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica)- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

MACHADO, Vinícius Azevedo; GONÇALVES, Irlen Antônio. Intelectual Político e Advogado: João Pinheiro da Silva e a Educação do Trabalhador do Campo. *In*: ANAIS DO V CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS "(Re) Visitando as Minas e Desvelando as Gerais". 2009, Montes Claros. **Anais [...]** Unimontes, 2009.

MACHADO, Vinícius Azevedo. **Produtor, político e bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora EDUSF, 2004.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1980.

MATOS, Alderi Souza de. **Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

MEIRA, José Normando Gonçalves. **Ciência e prática: ensino agrícola na educação presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENDES, Eber da Cunha. **A teologia política de João Calvino (1509-1564) na institutas da religião cristã (1536)**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MINAS GERAES. **Decreto nº 3.356, de 11 de novembro de 1911**. Regulamento Geral do Ensino Agrícola do Estado de Minas Geraes. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 1911.

NEMETH TORRES, Geovani. **De Parnaíba as Lavras do Funil: subsídios para a história das origens de Lavras (1712-1729)**. Lavras: Edição do autor, 2012.

OLIVER, Graciela de Souza. **O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das Ciências Agrícolas no Brasil, 1930 - 1950**. 2005. 326 f. Tese (Doutorado, Ensino e História de Ciência da Terra) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

PEREIRA, Jardel Costa. **Grupo escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1905)**. 2005. 436 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PEREIRA, Jardel Costa. **O Moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon (1892-1942)**. 2014. 190 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2014.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

PLANALTO. **Constituição de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 26 de junho de 2019.

PORTAL BATISTA. **Fundação do Colégio Batista**. Disponível em: <http://www.batistas.com/portal-antigo/>. Acesso em 01 de junho de 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Sobre a cidade de Belo Horizonte**. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/CentroSulCompleto.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Sobre a cidade de Campinas**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/campinas.php>. Acesso em 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Quem foi Mariano Procópio**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/mapro/. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Typographia do Gymnasio de Lavras, 1908.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Casa Editora Presbyteriana, 1909.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Typographia do Gymnasio de Lavras, 1912.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Typographia do Gymnasio de Lavras, 1913.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Typographia do O Guarany, 1918.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Papelaria Brasil, 1919.

PROSPECTO do INSTITUTO EVANGELICO. Lavras: Papelaria Brasil, 1923.

REVISTA LAVRAS CULTURA. Lavras: UFLA, 1996.

REVISTA VIDA ESCOLAR. **Boletim quinzenal do grupo escolar de lavras**, ano II, n° 27, 1908.

REZENDE, Lucas Pereira. **O ensino de laticínios nos primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938)**. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Boanerges. **Igreja presbiteriana no Brasil: da autonomia ao Cisma**. São Paulo: Semeador, 1987.

RODRIGUES, Ângelo Constâncio. **A Escola Superior de Agricultura de Lavras/Esal e a Universidade Federal de Lavras/UFLA: a trajetória de uma transformação**. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://stoa.usp.br/carloshgn/files/-1/20292/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2019.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva. **Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras - UFLA (Lavras, 1892-1938)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa currículo?** *In*: Saberes e Incertezas sobre o currículo. José Gimeno Sacristán (org.). Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento Revista de Educação. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3, n. 4, 54-84, 2016.

SCHULZ, Almiro. **Educação superior protestante no Brasil**. São Paulo: UNASPRESS, 2003.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão e TAGLIAVINI, João Virgílio. **O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais, 1750-1850**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 57, p 230-267, junho de 2014.

SENARCLES, Jacques. **Herdeiros da reforma**. São Paulo: Editora Aste, 1989.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. **“Para os grandes males os grandes remédios”:** propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). 2016. 256 f. Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVEIRA, Tânia Cristina da. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia - MG, 1934 a 1953)**. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SIMÃO, André Luciano. **Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX**. 2001. 281 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a Mina da Passagem de Mariana (1863 - 1927)**. 2009. 478 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SUA PESQUISA. **O que foi a abertura dos portos as nações amigas**. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/abertura_portos.htm. Acesso em 25 de julho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **UFLA 100 anos (1908 -2008) - Histórico de graduados**. Lavras: Editora UFLA, 2008.

VEIGA, Luiz Maria. **A Reforma protestante**. Cotidiano da História. 8ª Edição. Editora Ática, 2004.

VERSIEUX, Daniela Pereira. **Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as Fazendas Modelo em Minas Gerais (1906-1915)**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIÑAO FRAGO. Antônio; ESCOLAN Augustín. **Currículo. Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga Neto, 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O republicanismo mineiro. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Conhecimento histórico e dialogo social. . 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013, p.1-12.

Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364657905_ARQUIVO_Republicanismo-Viscardi-Anpuh.pdf

WALLACE, Ronald. **Calvino, Genebra e a reforma**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 -1937**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXO A. Primeiro programa de ensino - Escola Agrícola 1908.

O Programma de Ensino	
Os annos do Curso Agrícola correspondem aos annos do Curso Gymnasial. O alumno, porém, que tiver idade sufficiente, mas que não estiver preparado para o estudo das outras materias do primeiro anno, poderá desde o principio tomar parte nos trabalhos practicos.	
I ANNO	II ANNO
Portuguez	Portuguez
Geographia	Geographia
Arithmetica	Arithmetica
Francez ou Inglez	Algebra
Desenho	Francez ou Inglez
Um hora por dia na officina de sellaria	Desenho
Trabalhos practicos de agronomia	Agricultura
	Estudo practico e theorico de implementos agricolas
	Drainagem e irrigação
	Uma hora por dia na officina de carpintaria
	Trabalhos practicos de agronomia

10 PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO	
III ANNO	IV ANNO
Portuguez	Algebra
Algebra	Geometria
Geometria	Trigonometria
Trigonometria	Litteratura
Francez ou Inglez	Historia
Chimica	Francez ou Inglez
Agricultura	Historia Natural
Animacs domesticos, sua criação e o modo de os melhorar	Agricultura
Horticultura	Lacticiaos
Trabalhos practicos de agronomia	Sciencia veterinaria
Uma hora por dia na officina de ferreiro.	Trabalhos practicos de agronomia
	Uma hora por dia nas officinas: um trimestre na de sellaria, um na carpintaria e um na de ferreiro.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908, p. 9 e 10.

ANEXO B. Programa de ensino - Escola Agrícola 1909.

12 PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO

CAPITULO II

O Programma de Ensino

Os quatro annos do Curso Agrícola correspondem aos primeiros quatro annos do Curso Gymnasial, aproveitando os alumnos daquelle as aulas deste.

I ANNO	II ANNO
Portuguez	Portuguez
Geographia	Geographia
Arithmetica	Arithmetica
Francez <i>ou Inglez</i>	Algebra
Desenho	Francez <i>ou Inglez</i>
Uma hora por dia na officina de sellaria	Latin <i>Physica</i>
Trabalhos practicos de agronomia	Desenho
<i>nozes de Chimica</i>	Agronomia
<i>Botanica</i>	Phytotechnia
	<i>Estudo Theorico</i>
	<i>Practico</i>
	Uma hora por dia na officina de sellaria
	<i>Agrietas</i>
	pintaria
	Trabalhos practicos de agronomia
III ANNO	IV ANNO
Portuguez	Chimica
Algebra	Trigonometria
Geometria <i>Geometria</i>	Litteratura
Francez <i>ou Inglez</i>	Historia <i>do Brasil Patria</i>
Inglez	Francez <i>ou Inglez</i>
Botanica	Historia Natural
Chorographia	Zoologia
Chimica	<i>Nutricao de forragem</i>
Agronomia	Agronomia
Zootechnia	Lactidulos
Horticultura	Sciencia Veterinaria
Trabalhos practicos de agronomia e lactidulos	Clinica Veterinaria
Uma hora por dia na officina de sellaria	Trabalhos practicos de agronomia e lactidulos
	Uma hora por dia nas officinas: um trimestre na de sellaria, um na de carpintaria e um na de ferraria

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 12.

ANEXO C. Programa de ensino do curso de nível médio - Escola Agrícola 1912.

CURSO DE ESTUDOS	
PRIMEIRO ANNO	
	Horas por semana
Geometria no Espaço e Trigonometria....	3
Physica Agricola	3
Botanica Agricola.... .. .	3
Chimica Inorganica..... .. .	3
Agronomia	4
Contabilidade Agricola	2
Inglez	2
These mensal, sobre assumpto tecnico.....	
Trabalhos praticos: na fazenda 9 horas; nas officinas 5; nos laboratorios: Botanica 2, Physica 2, Chimica 2.	
SEGUNDO ANNO	
Zoologia Agricola..... .. .	3
Noções de Chimica Organica e Analytica	3
Horticultura..... .. .	3
Agronomia..... .. .	3
Zootechnia..... .. .	3
Agrimensura..... .. .	2
Mechanica Elementar..... .. .	2
Inglez	1
These bimensal sobre assumpto tecnico.	
Trabalhos praticos: na fazenda 8 horas; officinas 5; laboratorios: Zoologia 3, Chimica 2; Agrimensura 2.	
TERCEIRO ANNO	
Chimica Agricola..... .. .	3
Bromatologia	3
Lacticinios	3
Agronomia Especial	3
Noções de Medicina Veterinaria..... .. .	2
Geologia e Mineralogia	2
Desenho de Construcções..... .. .	2
Pathologia Vegetal..... .. .	2
These trimensal sobre assumpto tecnico.	
Trabalhos praticos: na fazenda 3; officinas 5, laboratorios: Chimica 3, Pathologia Vegetal 2, Agronomia 3, Lacticinios 4.	
EM TODOS OS ANNOS HAVERÁ 2 AULAS DE HISTORIA SA-GRADA POR SEMANA.	

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1912, p.19.

ANEXO D. Programa de estudos do novo curso de quatro anos.

PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGELICO				15			
PROGRAMMA DE ESTUDOS DO							
NOVO CURSO DE QUATRO ANNOS							
1.º ANNO							
1.º e 2.º semestres							
	aul.	lab.	unid.				
Botânica	3	3	4 1/2				
Hist. Natural	2		2				
Mach. Agric.	2	2-3	3				
Chimica		6	2				
Physica	2	2	3				
Portuguez	3		3				
Trigonometria	2		2				
	14	13-14	10 1/2				
2.º ANNO							
1.º semestre				2.º semestre			
	aul.	lab.	unid.		aul.	lab.	unid.
Agronomia	3	2-3	4	Agronomia	3	2-3	4
Topographia	1	6	3	Chimica	1	4	3
Chimica	3	2	4	Geologia	2		2
Portuguez	2		2	Topographia	1	3	2
Zoologia	3	3	4 1/2	Portuguez	2		2
Zootecnia	1	2-3	2	Zoologia	3	2	4
	13	15-17	10 1/2	Zootecnia	2	2-3	3
					14	13-15	20
3.º ANNO							
1.º semestre				2.º semestre			
	aul.	lab.	unid.		aul.	lab.	unid.
Agrologia	2	4	4	Agrologia	2	4	4
Agronomia	2	2-3	3	Agronomia	2	2-3	3
Avicultura	2	2-3	3	Bromatologia	2	2-3	3
Bacteriologia	2	2	3	Chimica	1	6	4
Chimica	2	2	3	Horticultura	2	6	4
Horticultura	2	6	4	Genetiologia	2		2
	12	18-20	20		11	20-22	20

4.º ANNO

1.º semestre			2.º semestre				
	aul.	lab.	unid.		aul.	lab.	unid.
Administração	3	2-3	4	Contabilidade.	2		2
Agrologia...	2	2	3	Econ. rural..	3		3
Constr. rural.	1-2	4-2	3	Phytopath...	2	2	3
Entomologia.	2	2	3	Silvicultura...	2	2-3	3
Lactínicos...	2	2-3	3	Technologia..	2	2-3	3
Veterinaria...	3	2-3	4	Veterinaria...	2	2-3	3
	13-14	12-17	20	Zootechnia...	2	2-3	3
					15	11-14	20

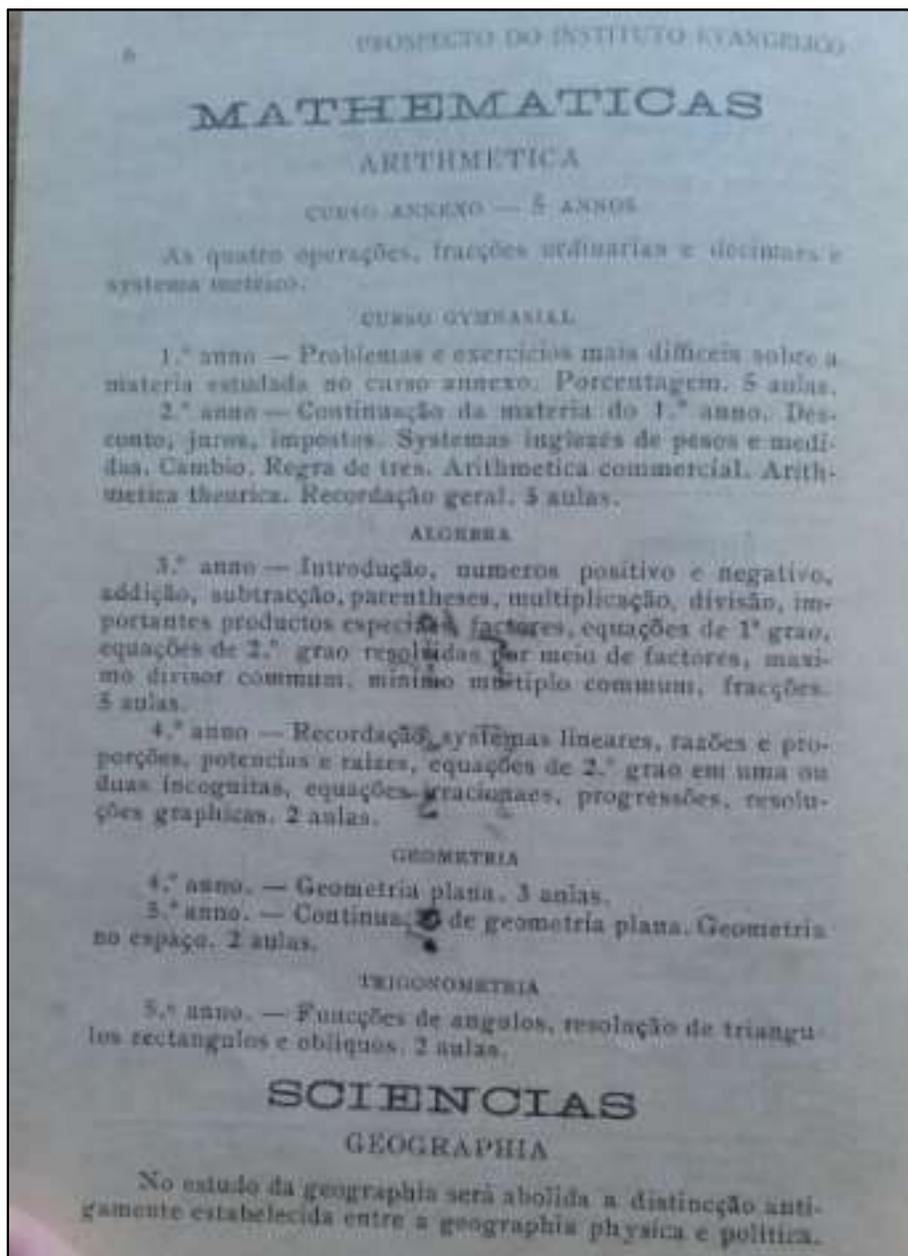
No anno de 1919 o trabalho na fazenda substitue oficinas. Haverá durante o curso seis mezes de trabalho pratico na fazenda.

Sempre que for possivel os estudantes devem assistir as exposições e visitar as fazendas, fazendo os trabalhos indicados pelos professores, apresentando um relatorio dentro de dez dias, depois de regressar á Lavras.

Entende-se por "Unidade" uma aula semanal de 45 minutos ou 95 minutos de laboratorio ou 145 de trabalho no campo.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p.15.

ANEXO E. Programa de estudos do novo curso de quatro anos.



Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 6.

CURSO ANNEXO

2.^o Anno e 3.^o—Geographia local, noções e conceitos geographicos.—Sem compendio.

4.^o Anno e o 5.^o—Geographia Elementar. Estudo do município, do estado e do paiz, geographia geral com uso de compendios facéis, acompanhado de estudo dos mappas, de desenho de mappas em papel e da confecção de outros em areia ou de masso. — leituras e composições analogas.

CURSO GYMNASIAL

1.^o Anno e 2.^o—Estudo methodico por compendio mais desenvolvido, acompanhado de estudo dos mappas, leituras e composições analogas.—3 aulas por semana.

3.^o Anno.—Geographia recapitulada. Estudo de Chorographia do Brazil, com mappas do paiz indicando os systemas de montanhas e as bacias hydrographicas: as regiões onde se encontram riquezas mineraes, e os portos de importação e exportação convenientemente classificados; mappas dos estados indicando os rios navegaveis, vias ferreas, e as principaes fontes de riqueza do estado.— 3 aulas por semana,

PHYSICA

5.^o Anno.—Propriedades geraes dos corpos.

Forças, movimentos; leis da queda, pendulos, alavancas. Pressão nos líquidos, pressão atmospherica, ar comprimido, bombas. Calor e seus effeitos, thermometros, calorimetria, fusão, ebulição, machinas a vapor, Meteorologia. Acustica, — transmissão do som, instrumentos musicoes, leis das vibrações das cordas, canudos abertos e fechados. Luz, — espelhos, lentes, instrumentos de optica.

Magnetismo, Electricidade estatica e dynamica, telegraphia, iluminação electrica, machinas magneto e dynamo-electricas.—3 aulas por semana, senão uma aula de uma hora e meia para trabalhos de laboratorio.

CHIMICA

6.^o— Anno.—1.^o Semestre—Chimica Geral e estudo dos elementos mais communs e dos seus compostos que têm mais interesse para a vida humana. Leis fundamentaes da sciencia chimica.

PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO

2.º Semestre.—Estudo dos compostos orgânicos que são de importância para a vida humana.—4 aulas por semana, sendo uma aula de uma hora e meia para trabalhos de laboratório.

HISTÓRIA NATURAL

Sendo o objecto dos estudos feitos nestes cursos um conhecimento verdadeiro da natureza que nos rodeia, sempre que fôr possível, os seres vivos e os corpos brutos serão estudados nos laboratórios ou no campo, dando assim curso mais pratico ao trabalho. Os laboratórios possuem os instrumentos e objectos mais necessários para o estudo dos diversos ramos da matéria.

HYGIENE

4.º Anno.—Estudos dos diversos órgãos e apparatus de corpo humano para attender o modo do seu funcionamento, Hygiene pessoal e publica. Solo, ar, clima, agua, alimentação, roupa, casa, criação, educação, exercício, trabalho, asscio, vida no campo e na cidade, accidentes, doenças evitaveis e profilaxia. — 2 aulas por semana.

BOTANICA

5.º Anno.—Um curso geral estudando a auctura das plantas, a sua physiologia e classificação. Começando com a cellula, estudam-se os diferentes tecidos vegetaes, sua reunião em órgãos, e as funcções destes órgãos com experiencias demonstrativas. A relação da planta para com o solo, alimentos, respiração, etc. da planta, coloração de cellulas (figuras cariocyneticas). Terminará o curso com um estudo das principaes familias de plantas do Brasil, taxinomia vegetal habilitando o alumno a classificar grande parte da flora do país com mais de cem familias. — 3 aulas e 3 horas no laboratório, ou no campo, por semana.

ZOOLOGIA

6.º Anno.—Este curso consta de estudo da anatomia, physiologia, classificação, habitos, etc., dos animaes, tanto vertebrados como invertebrados com referencia especial á

agricultura e ao commercio. Daremos mais desenvolvimento ao estudo dos mamíferos, aves e insectos. No laboratorio serão feitos estudos na anatomia dos principaes typos por meio de dissecções. Serão feitas collecções de insectos uteis e prejudiciaes à agricultura. Estudo especial do corpo humano baseado em compendios, esqueletos e mappas. Embalsamamento por varios processos modernos, especialmente com o uso do formol.—3 aulas e 2 horas no laboratorio, ou campo, por semana.

LINGUAS

PORTUGUEZ

CURSO ANNERO

Leituras; dictado; conjugação de verbos; exercicios de concordancia em geral; narrações feitas oras e por escripto; estudo de quadros; dictados e composições; bellos trechos decorados.

CURSO GYMNASIAL

1.º Anno.—Leitura com interpretação, dictado, composição, narrações oras e escriptas de quadros, paisagens e factos. Analyse logica de periodos simples, analyse grammatical, decoração de trechos literarios escolhidos. Recitativos. — 4 aulas por semana.

2.º Anno.—Leitura com a devida interpretação, estudo de vocabulario e analyse phonetica. Analyse logica desenvolvida de periodos simples. Composição.

Grammatica: Elementos de phonologia e morphologia. Analyse lexica. — 5 aulas por semana.

3.º Anno.—Composição cada vez mais desenvolvida e de maior alcance. Estudo de periodos complexos, analyse logica e lexica desenvolvida. Leitura de livros e folhetos e apreciação de trechos literarios escolhidos. — 5 aulas por semana.

4.º Anno.—Continuação da leitura de trechos de auctores brasileiros e portuguezes.

Composição: narração, descripções, creações, etc.

Analyse desenvolvida de periodos compostos e complexos. Grammatica: analyse, composição e derivação, ele-

Leitura de trechos facéis e versão para o latim de sentenças de construção simples. — 3 aulas por semana.

5.º Anno. — Continuação do estudo da grammatica latina e traducção de tres livros de Cesar — «De Bello Gallico». — 3 aulas por semana.

GREGO

5.º Anno. — «The Beginner's Greek,» com o estudo da formação de palavras, verbos irregulares, explanação das regras de syntaxe e sua applicação em exercicios de traducção e versão. Texto: — Anabasc de Xenophonte. — 4 aulas por semana.

HISTORIA

HISTORIA DO BRAZIL

4.º Anno. — Historia do Brazil, com estudo, da Constituição Federal e da do Estado de Minas, incluindo-se tambem instrucção cívica, noções geraes de direito e um estudo especial da origem de Portugal e da ethnologia brazílica. — 3 aulas por semana.

HISTORIA UNIVERSAL

6.º Historia Antiga, Medieval e Moderna, devendo os alumnos fazer mappas explicativos dos movimentos historicos. — 4 aulas por semana.

HISTORIA SAGRADA

1.º Historias do Velho Testamento e do Novo. — a Vida de Jesus por topicos.

2.º Anno. — Historia do Novo Testamento, Vida de Jesus, Livro de Actos, Dados historicos das Epistolas. — 2 aulas por semana.

3.º Anno. — Historia do Velho Testamento; Tempos dos Patriarchas, Vida e obra de Moyses, Periodo dos Juizes.

4.º Anno. — Continuação da historia do Velho e do Novo Testamento. — 2 aulas por semana.

PROSPICTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO 17

PROGRAMMA DE ESTUDOS DOS 2.º E 3.º ANOS DO ANTIGO CURSO

Disciplinas	2.º ANNO				3.º ANNO			
	1.º Sem.		2.º Sem.		1.º Sem.		2.º Sem.	
	Aut. - Lab.							
Agronomia					3	2	3	2
Cálculo	3	2	3	2	2	4	2	4
Algebra			3	0				
Mechanica			3	0				
Zoologia	4	2	4	2				
Zoologia	3	2	3	2				
Microbiologia	3							
Agrimensura			1	0				
Horticultura	3	6						
Botanica					2	2		
Lactários					4	2		
Geologia e Mineralogia					3	2		
Desenho								4
Economia Rural					3	2		
Administração da Fazenda							3	0
Medicina Veterinaria							4	2
Phytopathologia							2	2
Entomologia					2	2		
Teoria							3	
Historia Sagrada	2		2					
Officinas		4		4				
	18	10	19	22	19	16	17	16

NOTA — Provavelmente acham-se suspensas as trabalhos de officinas. O mesmo curso terá um periodo de trabalhos praticos na fazenda de 15 dias.

Os *resumes* que abaixo seguem referem-se ao 1.º anno do Novo Curso e aos 2.º e 3.º annos do Antigo.

NOVO CURSO

Botanica. — Vide pagina 5
Historia Sagrada. — Vide pagina 12

ENGENHARIA AGRICOLA

I.—MACHINAS E MOTORES AGRICOLAS.—Princípios geraes de mechaunica : transmissão de forças ; materias de construção ; machinas para culturação: sementeação, colheita,

Fonte: PROSPICTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 17.

beneficiamento; bombas; motores á força animal; a vapor, de explosão, eólios; hydrodynamica e motores hydraulicos. 1.^o anno, 2 aulas e 2 períodos no laboratório por semana.

2.—TRABALHOS DE FAZENDA.—6 horas por semana durante o 1.^o anno dedicadas em maior parte ao manejo das diversas machinas agricolas.

Physica. — Vide pagina 7

Portuguez. — Vide pagina 9

Trigonometria. — Vide pagina 6

ANTIGO CURSO

AGRONOMIA ESPECIAL

3.^o Anno.—Estudo ampliado das principaes culturas, milho, trigo, aveia, arroz, café, canna de assucar, mandioca, plantas forrageiras, etc. — 3 aulas por semana e 2 aulas no laboratório.

AGROLOGIA

2.^o Anno.—2.^o semestre. Estudo do solo, sua formação, composição, propriedades physicas, analyses mechanicas, agua no solo, drenagem, irrigação e conservação da fertilidade.—3 aulas por semana e 6 aulas de laboratório.

Economia rural

3.^o Anno. — 1.^o Semestre. — Estudo do meio social, capital em suas diversas formas, o trabalho e a terra como factores economicos. Leis agrarias do Brazil.—3 aulas por semana.

ADMINISTRAÇÃO DE FAZENDA

1.^o Anno. — 2.^o Semestre. — Aptidões do fazendeiro, typos de lavoura, tamanho e escolha das fazendas, estudo dos problemas de administração da fazenda em todas as suas phases.—3 aulas por semana, 2 aulas de laboratório.

Horticultura

2.º Anno. — 1.º semestre. — Um curso geral: preparo de terrenos para hortas; propagação das plantas; enxertia; cultura das principaes hortaliças; trato e plantio do pomar; cultivo das principaes fructas, modo de aproveitar os mercados locais e distantes. — 3 horas por semana com trabalho pratico nas hortas da fazenda. (6 aulas).

Zootechnia

ZOOTECNHIA GERAL E ESPECIAL

2.º Anno. — Leis biologicas. Methodos zootechnicos, selecção e cruzamento. Selecção individual. Julgamento de animaes. Criação das especies de animaes domesticos, gado bovino para leite e para corte, gado cavallar, suino e bovino. Avicultura. — 4 aulas por semana, 2 aulas de laboratorio.

BROMATOLOGIA

3.º Anno. — 1.º semestre. — Relação entre a vida vegetal e animal. Estudo das ferragens proprias á nutrição dos animaes. Processo da nutrição. Determinação de rações. Estudo das rações destinadas ás diversas especies de gado em relação ao trabalho. — 2 aulas por semana, 2 aulas de laboratorio.

Veterinaria

3.º Anno—2.º semestre. — Em vista do estudo da anatomia dos animaes feito no curso de zoologia, no de veterinaria o tempo todo é dedicado ao estudo de doencas e seu tratamento: doencas do cavallo, as dos orgãos digestivo, urinaes, respiratorios, e do systema nervoso; doencas principaes do boi e da vacca; idem do porco e do carneiro, molestias zoonoticas, applicação dos medicamentos, inoculação e vaccina. — 4 aulas por semana.

Não é mencionada no programma a clinica veterinaria, mas sempre que houver casos para se tratarem, serão chamados os alumnos para assistir.

20

PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO

Lacticínios

3.º Anno. — 1.º semestre. — Divisão de Lacticínios. Escolha de raças leiteiras. O leite, a sua produção e composição, analyse commercial. Methodos de classificação e exportação. — 4 aulas por semana e 2 aulas de laboratorio ou fabrica.

Historia Natural

Botanica (Vide pag. 8)
Zoologia (Vide pag. 8)

MICROBIOLOGIA

2.º Anno. — 1.º semestre. — Morphologia, physiologia, e taxonomia das bacterias, protozoarios, fermentos organizados e outros cogumelos microscopicos. Preparo de meios para cultura dos mesmos. Cultura e identificação de algumas especies typicas. A relação da sciencia a diversas industrias como agricultura, lacticínios, curtimento, fabrico de vinagre, etc.; a bacteriologia dos alimentos, das doenças de plantas e animaes; da agua. — 3 aulas por semana.

GEOLOGIA E MINERALOGIA

3.º Anno. — 1.º semestre. — Um curso elementar, estudando as condições physicas da terra, a natureza e disposição das massas mineraes; os phenomenos actuaes e suas causas; e um resumo da historia da evolução da terra. — 3 aulas por semana e 2 aulas de laboratorio.

ENTOMOLOGIA

3.º Anno. — 1.º semestre. — Estudo da anatomia interna e externa, physiologia, metamorphoses e classificação dos insectos, salientando o estudo dos uteis e dos mais prejudiciaes á agricultura. Os alumnos são obrigados a colleccionar os insectos, conserval-os e classifical-os de modo a facilitar o estudo da materia. — 2 aulas por semana e 2 aulas de laboratorio.

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 20.

PHYTO-PATHOLOGIA

3.^o Anno. — 2.^o semestre. — Estudo dos factores principais que favorecem as molestias das plantas; algumas das causas principaes das molestias, estudos dos mais importantes cogumelos parasitas, e dos meios de combatel-os. Estudo das molestias constitucionaes, casos taratologicos; anomalias e monstruosidades, molestias devidas ás substancias nocivas, aos cuidados culturaes e ao ambiente. Estudo especial das parasitas animaes, como insectos e os inimigos naturaes destes. — 2 aulas por semana e 2 horas no laboratorio ou no campo, por semana.

CHIMICA INORGANICA E CHIMICA ORGANICA

2.^o Anno.—(Vede pagina 7, 6.^o Anno Gymnasial.)

CHIMICA ANALYTICA

3.^o Anno.—1.^o semestre.—Analyses de diversos grupos de metaes e acidos para reconhecer a presença dos elementos de cada grupo. — 2 aulas por semana, e 4 aulas no laboratorio.

CHIMICA AGRICOLA

3.^o Anno — 2.^o semestre.—Estudo theorico e experimental de adubos e solos. Analyses volumetricas. — 2 aulas por semana e 4 aulas de laboratorio.

Agrimensura

2.^o Anno.—2.^o semestre.—Medição pela cadeia, nivelamento, determinação de areas e volumes. Levantamento de plantas. — 1 aula por semana e trabalhos no campo, 6 aulas por semana.

Mechanica Elementar

2.^o Anno. — 2.^o semestre. — Resolução de problemas que se apresentam na vida agricola, especialmente dos da força hydraulica. — 4 aulas por semana.

Desenho

3.º Anno. — 1.º semestre. — Plantas de casas, cocheiras e outras construcções ruraes. — 4 aulas por semana.

Installação

1.º Anno. — Fazenda-modelo «Ceres» nas immediações da cidade de Lavras, tendo 250 hectares de terra, dos quaes 50 são cultivados. Empregam-se nesta fazenda methods modernos; os terrenos são preparados com arados e outros machinismos aperfeiçoados; alguns dos terrenos são irrigados, e empregam-se adubos químicos. Actualmente cria-se gado bovino e suino de diversas raças afamadas.

2.º — Laboratorios de Physica, Chimica e Historia Natural.

3.º — Officinas de Sellaria, Ferraria, e Carpintaria.

4.º — Estabelecimento de Lacticinios.

5.º — Engenho de canna, moinhos movidos á força hydraulica.

6.º — Machinas agricolas necessarias para o bom funcionamento da fazenda e para os trabalhos dos alumnos.

7.º — Campo experimental.

8.º — Posto Zootechnico, mantido pelo Governo Estadual.

9.º — Estação Meteorologica, mantida pelo Governo Estadual.

CAPITULO III

COLLEGIO CARLOTA KEMPER

Este bem conhecido estabelecimento que, ha vinte e cinco annos, se empenha na educaçã da mocidade brasileira está situado no centro da cidade, na Praça Dr. Augusto Silva. Os prediõs são grandes e arejados; ha um espaçoso quintal bellamente arborizado e ajardinado. Os banheiros estão no mesmo edificio com os dormitórios e o refeitório.

ANEXO F. O corpo docente de 1909.

13 PROPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO

TITULO III

— A ESCOLA AGRICOLA —

O Corpo Docente

Dr. Samuel R. Gammon, M. A.	Reitor.
Prof. Benjamin H. Hannicutt, Bachelor em Sciencias Agricolas pela Escola Agrícola de Mississippi, U. S. A.	Diretor, e Professor de Agronomia e Zootecnia.
Dr. Castano Scirza, Formado em Sciencia Veterinaria pela Real Escola Superior, Napoli.....	Veterinaria.
Dr. Augusto F. Shaw, M. A., Universidade de Yale.....	Physica e Chimica Agricola.
Dr. Horacio S. Alyn, Doutor em Medicina, Faculdade do Rio.....	Zoologia, Botanica.
Prof. Firmino Costa.....	Portuguez.
Prof. Alberto Baldi.....	Mathematica.
Prof. Santiago Matilla.....	Geographia, Chorographia, e Historia.
Prof. Carlos Rauber von Plankenstejn.....	Desenho.
Prof. D. Carlota Kemper.....	Inglez.
Prof. D. Adelia V. Shaw.....	Francez.

Deve chegar brevemente, vindo dos Estados Unidos, o Sr. Isaac Newton Richer, que vai reger a cadeira de Lacticinios.

Fonte: PROPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p.10.

ANEXO G. Corpo docente do ano de 1919.

Corpo Docente	
I — DOS CURSOS PRIMARIOS E INTERMEDIARIOS	
Gastão Mury	
Aguinaldo Costa	
Miss Bella Kolb	
D. Edith Villela	
D. Anna Alvarenga	
II — DOS CURSOS SECUNDARIO E SUPERIOR	
Samuel R. Gammon	Inglez, Pedagogia
Benjamin H. Hunnicutt	Sciencias Agronomicas
Charles Noguères	Francez
Charles C. Knight	Mathematicas, Eng. Agricola
Miss Charlotte Kemper	Inglez, Historia Sagrada
Americo Cardoso de Menezes	Portuguez, Latim, Grego
Oswaldo Emerich	Sciencias Zootechnicas
Emmanuel A. Deslandes	Sciencias Biologicas, Geo- graphia
Benedicto Paiva (1)	Physica, Chimica
A. S. Maxwell	
Miss Katharine Bookwalter	Educação Physica, Artes Domesticas
Miss Charlotta Landes	Mathematicas, Inglez
José Filipeiros Sobrinho	Portuguez, Historia
Gastão Mury	Desenho
D. Maria Rosa Rodrigues	Portuguez
Dr. João da C. Braga Junior	Instructor Militar
Ophe Oata	de Gymnastica
José Cardoso	
Benedicto de Oliveira (1)	Mestre de Cultura

(1) Exercicio estubal especial no estrangeiro.

ANEXO H. Tabela de preços para alunos internos e externos da Escola Agrícola.

CAPITULO IV	
Tabela de Preços por Trimestre	
Os internos do 1º e do 2º anno pagaria	200\$000
Os externos do 1º e do 2º anno pagaria.....	40\$000
Os internos do 3º e do 4º anno pagaria.....	225\$000
Os externos do 3º e do 4º anno pagaria.....	50\$000

O anno lectivo é de nove meses, e só se pagam tres trimestres

Fonte: PROSPECTO DO INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908, p. 10.

ANEXO I. Relação dos formandos da escola agrícola de lavras de 1911 até 1938.

Formandos	Ano de conclusão	Número da turma
Aurino Ferreira	1911 / 1	1 ^a
Emmanuel Deslandes	1911 / 1	1 ^a
Oswaldo Tertuliano Emrich	1911 / 1	1 ^a
Eurico Ribeiro dos Santos	1912 / 1	2 ^a
Zacharias da Silva	1912 / 1	2 ^a
Theodulo Rodolpho Emrich	1912 / 2	3 ^a
Eugênio Mendes Castanheira	1913 / 1	4 ^a
Bento Bueno Castanheira	1914 / 1	5 ^a
Benedicto de Oliveira Paiva	1914 / 2	6 ^a
Olegario Werner	1914 / 2	6 ^a
Samuel Bueno da Fonseca	1914 / 2	6 ^a
Arnaud Barbosa de Araujo	1915 / 2	7 ^a
Benedicto Francisco de Oliveira	1915 / 2	7 ^a
Francisco Martins da Silva	1915 / 2	7 ^a
Gontran Mury	1915 / 2	7 ^a
José Alvim Ribeiro	1915 / 2	7 ^a
Valbert de Lima Pereira	1915 / 2	7 ^a
Augusto Nunan	1916 / 1	8 ^a
José Filgueiras Sobrinho	1916 / 1	8 ^a
Pery Orsini Lacerda	1916 / 1	8 ^a
Mário S. Pedroso	1916 / 2	9 ^a
Antonio Peixoto	1917 / 2	10 ^a
Jair Ribeiro Souza Guaracy	1917 / 2	10 ^a
Lyrio Cabral	1917 / 2	10 ^a
Moacyr de Mello Azevedo	1917 / 2	10 ^a
Aristides Carvalho Oliveira	1918 / 1	11 ^a
Alcides Leme	1918 / 2	12 ^a
Francisco Obdon da Nóbrega	1918 / 2	12 ^a
José Garibalde Dantas	1918 / 2	12 ^a
Chistovan Dantas	1919 / 2	13 ^a
Francisco Prudente Filho	1919 / 2	13 ^a
Hildebrando Cabral	1919 / 2	13 ^a
José Ferreira de Castro	1919 / 2	13 ^a
Manuel Gonçalves Trugillo	1919 / 2	13 ^a
Murtinho Maia	1919 / 2	13 ^a
Nestor Canabrava	1919 / 2	13 ^a
Ophir Costa	1919 / 2	13 ^a
Antenor Silva	1920 / 2	14 ^a
Arthur Horta de Andrade	1920 / 2	14 ^a
Frederico Lane	1920 / 2	14 ^a
Octavio Faria	1920 / 2	14 ^a
Sebastião Lutterbach	1920 / 2	14 ^a

Benjamim Soares	1922 / 2	15 ^a
Edgard C. Bittencort	1922 / 2	15 ^a
Erasmus Dias Maciel	1922 / 2	15 ^a
Ildefonso Correia	1922 / 2	15 ^a
Jayme Ferreira de Brito	1922 / 2	15 ^a
José Alvarenga Costa	1922 / 2	15 ^a
Lauro Correa	1922 / 2	15 ^a
Oswaldo Lemos	1922 / 2	15 ^a
Otoniel Justiniano Ribeiro	1922 / 2	15 ^a
Floriano Bottrel	1923 / 2	16 ^a
João Alves Junior	1923 / 2	16 ^a
Josue A. Deslandes	1923 / 2	16 ^a
Tancredo W. Nogueira Paranagua	1923 / 2	16 ^a
Ulderico Cerqueira Luz	1923 / 2	16 ^a
Abelardo de A. Sarmiento	1924 / 2	17 ^a
João José da Silva	1925 / 1	18 ^a
Alcides Ribeiro Wright	1925 / 2	19 ^a
Isaias A. Deslades	1925 / 2	19 ^a
Jonas Guedes	1925 / 2	19 ^a
José Soares Ladeira	1925 / 2	19 ^a
Miguel Mesquita	1925 / 2	19 ^a
Walter Wolf Saur	1925 / 2	19 ^a
Isaias Cavalcanti de Souza	1926 / 1	20 ^a
Julio Cleto Emrich	1926 / 1	20 ^a
Dirceu Duarte Braga	1926 / 2	21 ^a
João Baptista Cortes	1926 / 2	21 ^a
Joaquim Ferreira Carvalho	1926 / 2	21 ^a
Juan Angel Soli	1926 / 2	21 ^a
Olavo Prates	1927 / 2	22 ^a
Rubens Santos de Oliveira	1927 / 2	22 ^a
Amador de Castro Ferreira	1928 / 2	23 ^a
José Guimarães Duque	1928 / 2	23 ^a
Mário Moroni	1928 / 2	23 ^a
Berud-Walter Bartels	1929 / 2	24 ^a
Mauricio Macknight	1929 / 2	24 ^a
Paulo Ribeiro Wright	1929 / 2	24 ^a
Cesar Augusto Lourenço	1930 / 1	25 ^a
Dirceu Duarte Braga	1931 / 1	26 ^a
Lazaro Azevedo Filho	1931 / 1	26 ^a
Walter Schmidt	1931 / 1	26 ^a
Waldemar Cardoso de Meneses	1931 / 2	27 ^a
Wilson Hoekne	1931 / 2	27 ^a
Geraldo Portella Azeredo	1932 / 1	28 ^a
Ilse Souza	1932 / 1	28 ^a
Joaquim Fernandes Vilhena Reis	1932 / 1	28 ^a
José Mendes	1932 / 1	28 ^a

Aarão Rocha	1932 / 2	29 ^a
Gastão Homem de Mello	1932 / 2	29 ^a
Edyvaldo S. Emrich	1933 / 1	30 ^a
Euclides Franco Filho	1933 / 2	31 ^a
Henrique Baumotte	1933 / 2	31 ^a
Jaziel Rezende	1933 / 2	31 ^a
José Ferreira Leite	1933 / 2	31 ^a
Klaus Fest	1933 / 2	31 ^a
Octacílio Mundim da Fonseca	1933 / 2	31 ^a
Sinval Silva	1934 / 2	32 ^a
Agenor Fonseca Junior	1935 / 2	33 ^a
Agostinho Marques Dourado	1935 / 2	33 ^a
Athayde de Souza	1935 / 2	33 ^a
Dermeval Frossard	1935 / 2	33 ^a
Francisco Ferreira Alves	1935 / 2	33 ^a
João Porto Souza	1935 / 2	33 ^a
Josue Jorge	1935 / 2	33 ^a
Leosino Justiniano Ribeiro	1935 / 2	33 ^a
Mário Vilela Teixeira	1935 / 2	33 ^a
Natanael Soares Rocha	1935 / 2	33 ^a
Osias Ribeiro Silva	1935 / 2	33 ^a
Osorio Faria Franco	1935 / 2	33 ^a
Paulo Penna Ribas	1935 / 2	33 ^a
Washington Alvarenga Viglioni	1935 / 2	33 ^a
Luis Mendes Carvalho	1936 / 2	34 ^a
Benjamin Harris Hunnicutt Junior	1937 / 2	35 ^a
Clovis Nery	1937 / 2	35 ^a
Edgard Oliveira Regis	1937 / 2	35 ^a
Eurico Bueno de Azevedo	1937 / 2	35 ^a
Francisco de Campos Gouvea	1937 / 2	35 ^a
Geraldo Alves Dias	1937 / 2	35 ^a
Geraldo de Andrade Ribeiro	1937 / 2	35 ^a
Gernon Plank	1937 / 2	35 ^a
Jeremias P. Camara Filho	1937 / 2	35 ^a
Manoel Alves de Oliveira	1937 / 2	35 ^a
Mário Marcelino de Oliveira	1937 / 2	35 ^a
Moacyr Pedro Lebre de Sampaio	1937 / 2	35 ^a
Nelson Borges Montenegro	1937 / 2	35 ^a
Pedro Nobrega de Araujo	1937 / 2	35 ^a
Samuel Alves Terra	1937 / 2	35 ^a
Vernon Nicholas Plank	1937 / 2	35 ^a
Walter Machado de Miranda	1937 / 2	35 ^a
Abdenago Lisboa	1938 / 2	36 ^a
Carolino Iscold	1938 / 2	36 ^a
Edmundo Gurgel	1938 / 2	36 ^a
Ezechias Paulo Heringer	1938 / 2	36 ^a

Newton Moura	1938 / 2	36ª
Obed Elme de Lima Pereira	1938 / 2	36ª
Pedro Menezes Coli	1938 / 2	36ª
Philemon Justiniano Ribeiro	1938 / 2	36ª

Fonte: Universidade Federal de Lavras.